série

PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DO IPHAN

Paisagem Cultural e Patrimônio

RAFAEL WINTER RIBEIRO

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura
Gilberto Gil Passos Moreira

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN
Luiz Fernando de Almeida

Procuradora-Chefe
Lúcia Sampaio Alho

Departamento de Planejamento e Administração
Maria Emília Nascimento Santos

Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização
Dalmo Vieira Filho

Departamento do Patrimônio Imaterial
Márcia Genesia de Sant'Anna

Departamento de Museus e Centros Culturais
José do Nascimento Júnior

Coordenação-Geral de Promoção do Patrimônio Cultural
Luiz Philippe Peres Torelly

Coordenadora-Geral de Pesquisa Documentação e Referência
Lia Motta

série

PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DO IPHAN

Paisagem Cultural e Patrimônio

RAFAEL WINTER RIBEIRO

RIO DE JANEIRO, IPHAN, 2007

Pesquisa e Texto
Rafael Winter Ribeiro

Revisão Técnica
Leticia Parente Ribeiro
Lia Motta
Márcia Regina Romeiro Chuva
Maria Beatriz Setúbal de Resende Silva

Revisão
Ulysses Maciel

Colaboração
Adalgiza Maria Bomfim D'Eça
Luciano Jesus de Souza
Marcela Nascimento
Oscar Henrique Liberal

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica
Marcela Perroni – Ventura Design

Foto da Capa
Lucas Landau

Impressão
Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda.

ELABORADO PELA BIBLIOTECA NORONHA SANTOS/IPHAN

P484c Ribeiro, Rafael Winter
Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007

p. 152; 16 x 23 cm. – (Pesquisa e Documentação do IPHAN: 1)

ISBN 978-85-7334-054-9
Bibliografia; p. 114
Anexos: p. 120

1. Paisagem cultural – Brasil. 2. Patrimônio Cultural. 3. Patrimônio Natural. 4. Patrimônio mundial. 5. Geografia humana. I. UNESCO. II Convenção Européia da Paisagem. III. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coordenação-Geral de Pesquisa Documentação e Referência (Brasil).

IPHAN/COPEDOC/RJ CDD 363.690981

Sumário

Apresentação 7

Introdução 9

I – Paisagem: um conceito, múltiplas abordagens 13
A morfologia da paisagem **17**
A simbologia da paisagem **23**
Ainda sobre o conceito de paisagem **31**

II - Paisagem cultural e patrimônio no contexto internacional 33
A paisagem cultural e a Lista de Patrimônio da UNESCO **34**
A Convenção Européia da Paisagem **50**
Somando experiências **62**

III – Paisagem e patrimônio cultural no Brasil 65
A institucionalização do patrimônio no Brasil e a criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico **68**
Os primeiros 30 anos **73**
A preocupação com os conjuntos **90**
Patrimônio natural e paisagem no IPHAN **101**
Paisagem cultural brasileira na Lista de Patrimônio da UNESCO **107**

Para pensar paisagem cultural e patrimônio no Brasil hoje 110

Referências Bibliográficas 114

Anexos 120

Página seguinte Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Paraty. Edgard Jacintho, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro



Apresentação

Ao completar 70 anos, parte das atenções do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) volta-se hoje para a categoria de paisagem cultural. Sua característica fundamental é a ocorrência, em uma fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente.

O interesse na paisagem como um bem patrimonial já existia no momento da institucionalização da preservação do patrimônio no Brasil em 1937, manifesta na criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Assim como houve transformação nas práticas de preservação dos demais bens culturais, as formas de compreensão da paisagem e sua valorização também se transformaram ao longo do tempo. Com a adoção da categoria integradora de paisagem cultural o IPHAN responde à crescente complexidade da sociedade contemporânea, que exige um conjunto maior de instrumentos urbanísticos, ambientais e jurídicos de proteção do patrimônio e aponta para a possibilidade de se viabilizar um trabalho de gestão do território pactuado entre os diversos agentes da esfera pública e privada. Também atualiza a prática brasileira com relação ao movimento internacional no campo da preservação do patrimônio cultural que, em 1992, completando a Convenção da UNESCO para o patrimônio mundial assinada em 1972, adotou a paisagem cultural como conceito fundamental para enfrentar os desafios da preservação no mundo moderno.

Com *Paisagem Cultural e Patrimônio*, primeiro número da *Série Pesquisa e Documentação do IPHAN*, a Instituição colabora para preencher lacuna na literatura brasileira sobre a relação entre paisagem e patrimônio. Recupera parte das experiências internacionais ao analisar a construção do conceito de paisagem cultural e sua adoção como categoria da preservação e traz à luz o rico acervo guardado no Arquivo Central do IPHAN, abordando a trajetória brasileira sobre paisagem e patrimônio. Pretende-se com isto oferecer subsídios para os estudos sobre a paisagem cultural no Brasil e contribuir para o estabelecimento de novas ações de identificação e preservação do patrimônio cultural.

Luiz Fernando de Almeida – PRESIDENTE DO IPHAN



Introdução

O objetivo inicial deste trabalho é simples: analisar algumas características e implicações acerca da forma como a categoria de paisagem pode ser aplicada na identificação e preservação do patrimônio cultural. Ao longo do texto que segue, procura-se problematizar o conceito de paisagem cultural para além da sua utilização pelo senso comum e discutir como ele pode ser útil à atribuição de valor, identificação e proteção do patrimônio cultural no Brasil. A vinculação entre paisagem e patrimônio cultural não é recente, mas vem ganhando especial destaque, nas últimas décadas, em determinadas áreas, através da noção de paisagem cultural. No Brasil, foi somente nos últimos anos que essa discussão se ampliou e existe ainda um longo caminho de reflexão a ser percorrido, para que se possa tornar a idéia de paisagem cultural uma categoria operacional nas instituições de preservação do patrimônio cultural brasileiro.

Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras. A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas. Em 1976, Donald Meining identificava dez formas diferentes de encarar a paisagem: como natureza, como *habitat*, como artefato, como sistema, como problema, como riqueza, como ideologia, como história, como lugar e como estética (MEINING, 1979). Existem, enfim, diferentes olhares possíveis sobre a paisagem. Cabe aqui discutir algumas dessas abordagens e refletir sobre como esse conceito é visto na discussão acerca dos processos de atribuição de valor na área de preservação do patrimônio cultural.

Nos últimos anos, o interesse pela paisagem tem sido revigorado no âmbito mundial na área de preservação do patrimônio, com sua qualificação como paisagem cultural, em que são ressaltados aspectos da integração entre o homem e a

Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes
s/a, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

natureza, entre o patrimônio material e o imaterial, na definição e escolha dos bens que pertenceriam à categoria de paisagem. Foi a geografia a disciplina que, desde o final do século XIX, mais se dedicou à idéia de paisagem cultural como fruto do agenciamento do homem, em diferentes escalas, fazendo com que hoje, na disciplina geográfica, este termo se confunda com o próprio conceito de paisagem.

Foi nesse contexto que a UNESCO instituiu, em 1992, a paisagem cultural como categoria para inscrição de bens na lista de patrimônio mundial, na intenção de se libertar da dicotomia imposta pelos critérios existentes para a inscrição dos bens: naturais ou culturais. Até 2005, já se verificava um total de cinqüenta bens inscritos nessa categoria, em todo o mundo.

A discussão sobre paisagem como patrimônio cultural está presente no Brasil desde a criação do IPHAN, em 1937. Ainda que não tenha sido utilizada a idéia de paisagem cultural quando se criou o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – através do decreto-lei 25 –, a sua criação e os bens ali inscritos constituem experiências importantes para se compreender a ação da Instituição em relação às paisagens. No entanto, embora tenha se utilizado a categoria de paisagem em diferentes situações, na maior parte das vezes, a história de ação da Instituição revela pouca clareza em relação àquilo que se entendia por paisagem, e poucos foram aqueles que procuraram tornar mais clara sua aplicação. Assim, a utilização da noção de paisagem cultural para a atribuição de valor de patrimônio apresenta um campo fértil e deve suscitar uma rica discussão na área de identificação e preservação do patrimônio cultural.

Para essa discussão há dois aspectos fundamentais: o primeiro é o de que a paisagem tem sido objeto de estudos de diferentes disciplinas acadêmicas. Isso tem aberto um vasto campo de reflexão teórica sobre o assunto, que precisa ser explorado, uma vez que é a escolha de determinada concepção de paisagem e da metodologia para abordá-la que orientará os resultados do processo de identificação e preservação da paisagem. O processo de atribuição de valor e seus resultados, central na identificação e preservação do patrimônio cultural, está, assim, ligado intimamente ao aparato conceitual e metodológico que lhe dá aporte. O segundo aspecto refere-se às estratégias adotadas em âmbito mundial para a inclusão da categoria de paisagem cultural nos processos de identificação e preservação do patrimônio, bem como na gestão do território. Essas estratégias precisam ser conhecidas, não visando uma simples transposição para a ação brasileira, mas para que, a partir delas, se possa refletir sobre a construção de uma estratégia brasileira adequada à realidade do país e à sua legislação. A partir

disso, é necessária uma avaliação sobre a experiência adquirida pelo Brasil sobre a paisagem, através de sua instituição federal de preservação do patrimônio cultural, o IPHAN, evitando-se com isso que a discussão ora empreendida seja feita sobre uma tábula rasa, ignorando as experiências do passado.

Esse é o contexto que será explorado neste trabalho. Na primeira parte é apresentada uma discussão teórica sobre o conceito de paisagem, mais especificamente a forma como este conceito tem sido trabalhado pela geografia, ciência que fez da paisagem um de seus conceitos fundamentais. É sabido que a paisagem tem sido foco de interesse e de reflexão de diferentes disciplinas, dentre elas a arquitetura e a ecologia. Na área de preservação cultural no Brasil, essa categoria tem sido abordada principalmente por arquitetos, sendo inegável a contribuição destes para o avanço da reflexão. No entanto, a pequena participação de geógrafos dentro das instituições de preservação cultural no país fez com que a vasta contribuição da geografia neste campo tenha permanecido conhecida apenas por alguns iniciados. Por esta razão, é importante discutir como a paisagem se transformou em um conceito-chave para algumas correntes da geografia e como a discussão de mais de um século sobre o tema pode ser importante para o desenvolvimento de novas reflexões sobre as estratégias de atribuição de valor a uma paisagem.

Na segunda parte é discutida a trajetória da associação dos conceitos de paisagem e de patrimônio no âmbito internacional. São privilegiadas duas experiências: a criação da categoria de paisagem cultural para a inscrição como patrimônio mundial pela UNESCO e a criação da Convenção Européia da Paisagem. Ambas constituem estratégias bastante diferenciadas, tanto pela abrangência como pelos objetivos. Uma reflexão sobre elas poderá contribuir para a reflexão sobre a construção de uma estratégia brasileira para valorização das paisagens como instrumento de preservação cultural.

Na terceira parte o foco de análise recai sobre a trajetória brasileira de identificação e preservação de paisagens como patrimônio cultural, tomando sobretudo os processos de tombamento existentes no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro como principal fonte de análise. Finalmente, são elencadas uma série de possibilidades de estratégias de ações relacionadas a paisagens que podem ser constituídas no campo da identificação e preservação do patrimônio cultural no Brasil. Fica evidente que o objetivo aqui não é esgotar o tema. Pretende-se com esse trabalho, muito mais do que dar respostas, alimentar a crescente discussão sobre paisagem e patrimônio cultural no Brasil, contribuindo para a difusão de novas abordagens.

I

Paisagem: um conceito, múltiplas abordagens

Paisagem é um termo utilizado por diferentes disciplinas, umas com mais tradição que outras, como a geografia, a arquitetura, a ecologia, a arqueologia. Embora haja um pequeno denominador comum, cada uma dessas disciplinas se apropria do termo de maneira diferenciada, conferindo a ele significados bastante diversos. Além disso, cada uma dessas disciplinas apresenta internamente correntes de pensamento que tratam do conceito de paisagem, teórica e metodologicamente, de maneiras bastante distintas. Tudo isso torna a noção de paisagem extremamente polissêmica e alguns críticos negam mesmo seu valor como um conceito científico em função de sua polissemia e subjetividade.

O que será feito aqui é uma apresentação do debate sobre a paisagem, visando aprofundar definições, hoje já correntes no senso comum, que apontam a paisagem cultural como testemunho do trabalho do homem, de sua relação com a natureza, como um retrato da ação humana sobre o espaço ou ainda como panorama e cenário. Pretende-se demonstrar que a adoção de qualquer concepção de paisagem necessita ser realizada a partir de um embasamento teórico mais consistente, sob pena de realizarmos um trabalho de pesquisa e de atribuição de valor superficial. Além disso, é necessário que se esteja atento ao fato de que as escolhas realizadas na definição da noção de paisagem, em qualquer trabalho, interferirão no seu resultado final, pois a adoção de uma abordagem em detrimento de outra deve, invariavelmente, levar a diferentes conclusões em pesquisas sobre um mesmo objeto.

Dentro da geografia, uma das disciplinas que ao longo de sua história mais tem se dedicado a refletir sobre a paisagem como um conceito[1], a qualificação de paisagem cultural hoje se confunde com o próprio conceito de paisagem, e qualquer que seja a discussão em torno do seu desenvolvimento como uma ciência moderna deverá considerar a longa e intrincada história da paisagem, com os cíclicos movimentos de aceitação e refutação desse conceito e suas múltiplas abordagens. Como aponta MIKESELL (1972: 09), a identificação, descrição

1 Quando abordada dentro da discussão teórica da geografia, a paisagem será tratada aqui como um conceito científico, posto que tradicionalmente foi objeto de densa discussão a seu respeito, tendo sido considerada como um conceito estruturante da disciplina dentro de algumas tradições da geografia. Devemos entender conceito como uma representação mental de um objeto abstrato ou concreto, que se mostra como um instrumento fundamental do pensamento em sua tarefa de identificar, descrever e classificar os diferentes elementos e aspectos da realidade, sendo necessário à discussão científica. Fora da discussão acadêmica, a paisagem pode ser tratada como uma noção ou categoria, esta última entendida como um conjunto de elementos que possuem características comuns, mas que não possui a precisão teórica e descritiva de um conceito.

e interpretação de paisagens tem sido um dos maiores empreendimentos da geografia ao longo de sua história. Dentre os outros conceitos basais da disciplina, tais como espaço, território, região e lugar, é através da paisagem que, de um modo geral, os geógrafos têm incorporado a dimensão cultural nos seus trabalhos (MEINING, 1979; BERQUE, 1984; CLAVAL, 1999). No entanto, amplamente utilizado pelo senso comum e apresentando uma variação em seu significado segundo diferentes línguas[2], o conceito de paisagem tem demonstrado ser um dos mais difíceis de se estabelecer no âmbito científico.

O objetivo aqui é discutir algumas das abordagens mais utilizadas dentro da pesquisa geográfica, tendo em vista enriquecer a discussão sobre as possibilidades de apropriação do conceito de paisagem para a discussão do patrimônio cultural. Na análise sobre o conceito de paisagem no pensamento geográfico aqui empreendida, serão privilegiados autores que escreveram em inglês e francês por estas constituírem, historicamente, as duas línguas de maior influência na comunidade geográfica. Dentro da discussão sobre a paisagem empreendida por geógrafos de língua inglesa, optou-se por dividir as inúmeras abordagens em dois grandes grupos a partir da valorização conferida a aspectos materiais ou simbólicos na paisagem.

Desse modo, a primeira abordagem aqui em foco será o método morfológico de análise da paisagem, desenvolvido por Carl Sauer, que surgiu ao final do primeiro quartel do século XX, nos Estados Unidos, como um movimento de oposição ao determinismo geográfico, ou ambientalismo, como era chamado na época[3]. A abordagem de Sauer recupera a tradição alemã do final do século XIX e início do século XX, com autores como Passarge e Schlüter e vê a geografia como uma ciência da paisagem. A paisagem é analisada em suas formas materiais, existindo uma preocupação em investigar como a cultura hu-

2 O vocábulo alemão *Landschaft* não apresenta uma correspondência exata ao termo inglês *Landscape*, assim como o termo francês *Paysage* apresenta diferenças em relação a ambos. Para maiores informações sobre a origem e as variações etimológicas da palavra paisagem ver OLWIG (1996).

3 Princípio segundo o qual as características das sociedades humanas deveriam ser estudadas através de seu ambiente, uma vez que é ele quem as molda. Seduzia pela possibilidade de estabelecimento de leis gerais que regeriam as sociedades e a forma como estas transformam seus espaços e suas paisagens: a um ambiente dado, caberia um único tipo de sociedade, deixando pouco espaço para o arbítrio humano. A teoria dos climas de Montesquieu era uma grande inspiração para muitos, uma vez que atribuía, por exemplo, aos climas temperados melhores condições para o desenvolvimento de sociedades avançadas, enquanto afirmava que o clima tropical limitava o trabalho e por isso essas regiões estariam fadadas a abrigar sociedades atrasadas.

mana, analisada através de seus artefatos materiais, transforma essa paisagem. Sauer pode ser considerado o fundador da geografia cultural norte-americana, e a Escola que se formou em sua volta, em Berkeley, representou um dos mais ricos aportes teórico-metodológicos da geografia norte-americana no século XX, e ainda hoje influencia diferentes trabalhos.

O segundo conjunto de abordagens aqui tratado analisa os aspectos simbólicos da paisagem, que começa a ganhar destaque no final da década de 1960 com aquilo que ficou conhecido dentro da geografia como movimento humanista, corrente que valorizava a análise da subjetividade na pesquisa geográfica. Na década de 1980, a investigação em torno da simbologia da paisagem se transforma em uma das principais características dos geógrafos que procuram formar aquilo que chamaram de "Nova Geografia Cultural". Longe de formarem um bloco homogêneo, num primeiro momento, o que unia esses trabalhos era a crítica ao trabalho de Sauer e à Escola de Berkeley, a quem passaram a chamar de "Geografia Cultural Tradicional". Os autores dessa nova perspectiva foram os responsáveis pela introdução da análise de símbolos e de aspectos subjetivos dentro da geografia cultural de língua inglesa e, por conseguinte, dentro das abordagens da paisagem na geografia anglo-saxônica.

A geografia francesa permaneceu à margem desse debate entre geografia cultural tradicional e nova geografia cultural, o que não significa que não tenha oferecido contribuições importantes para o estudo da paisagem, como, por exemplo, através dos trabalhos de Paul Vidal de La Blache, Éric Dardel e, mais recentemente, Augustin Berque. Será essa a discussão aprofundada à frente.

A morfologia da paisagem

> *A geografia baseia-se, na realidade, na união dos elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana.* (Carl SAUER, 1996 [1925]).

Não há como negligenciar o trabalho de exploradores como Alexander von Humboldt (1769-1859)[4] em relação ao desenvolvimento de uma ciência sintética do globo e de descrição das paisagens. Embora não pudesse ser considerado um geógrafo, alguns historiadores do pensamento geográfico atribuem a Humboldt a fundação de uma tradição paisagística na disciplina (CAPEL, 1981), ainda que a própria geografia só viesse a ser instituída como um saber acadêmico em período posterior à morte do explorador alemão.

Em companhia do médico e botânico francês Aimé Bonpland (1773-1858), após uma frustrada tentativa de embarcar numa viagem de volta ao mundo, em 1799, aos trinta anos, Humboldt embarca para a América do Sul, com autorização da Coroa espanhola para viajar por suas colônias. Após viajar pela Amazônia e pelos Andes, segue para Cuba e termina sua viagem no México, voltando para a Europa em 1804. Humboldt passaria então o resto da sua vida organizando e publicando materiais oriundos dessa viagem. Sua visão totalizante, comparativa, integrava fatos naturais e fatos sociais. Somando informações adquiridas em outras viagens, dentre elas à Ásia em 1829, Humboldt publica em Berlim entre 1845 e 1862[5] seu *Kosmos,* obra que possuía, para seu autor, um caráter marcadamente pedagógico. Humboldt inspirou na ciência geográfica que nascia o objetivo de estudar a fisionomia natural exclusiva de determinadas porções da Terra. Assim, em Humboldt, segundo o espírito da *Naturphilosophie* alemã, a paisagem é entendida como a imagem da natureza (TISSIER, 2003) em seu caráter totalizante. Dentro dessa tradição, a paisagem passa a ser tomada como um dos centros da atenção para muitos daqueles que reforçam o caráter sintético dos estudos de geografia, influenciando os traba-

4 *Cf* Cronologia no Anexo I.

5 O quinto e último volume da obra foi publicado em 1862, três anos após a morte de Humboldt, reunindo notas de trabalho.

lhos da geográfica clássica, finalmente institucionalizada academicamente, do final do século XIX.

Apesar da inegável influência de Humboldt, a definição da paisagem como um conceito formal da geografia moderna emerge no final do século XIX e início do século XX na Alemanha, com Otto Schlüter (1872-1959) e Siegfried Passarge (1866-1958), sendo introduzida nos Estados Unidos por Carl Ortwin Sauer (1889-1975) (English e Mayfield, 1972). Nesse sentido, há um consenso entre todos os historiadores da geografia sobre o fato de que foi na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX, que a geografia cultural começou a dar seus primeiros passos em direção à sua definição como um subcampo da geografia (Capel, 1981; Gomes-Mendoza, 1982; Gomes, 1996).

Otto Schlüter usou o termo *Kulturgeographie* [geografia cultural] introduzido inicialmente por E. Kapp, criando a morfologia da paisagem cultural. Ao proceder de forma análoga à geomorfologia, não se limitou ao estudo dos processos responsáveis pela configuração atual da paisagem. Seu método constituía na descrição das partes componentes da paisagem criadas pelas atividades humanas e na explicação de suas origens.

Kulturlandschaft foi um termo criado por Schlüter para designar a paisagem transformada pelo trabalho do homem, ou a *paisagem cultural,* em oposição a *Naturlandschaft* [paisagem natural], da qual a ação do homem estaria ausente (Schick, 1982).

Siegfried Passarge formulou uma hierarquia de regiões e paisagens, iniciando da maior até a menor em termos de escala. Inicialmente, seus estudos incluíam apenas os aspectos físicos. Somente mais tarde, Passarge inclui a sociedade como um agente na configuração da paisagem em seu trabalho.

Na verdade, a maior contribuição desses geógrafos consistiu em que Schlüter e Passarge estavam interessados na investigação de como os elementos que compõem a paisagem se agrupavam, possibilitando uma hierarquia de paisagens, e também nos mecanismos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural (Correa, 1995:4).

Esses autores formaram uma base teórica e metodológica sobre a qual os aspectos culturais poderiam ser estudados cientificamente. Apesar disso, foi somente nos Estados Unidos, com Carl Sauer, que a geografia cultural ganhou o *status* de um subcampo independente dentro da disciplina geográfica, no qual o conceito de paisagem tinha seu lugar de destaque.

Em 1925, Sauer publicou um trabalho que em pouco tempo se tornaria um clássico da geografia. Em seu *The morphology of Landscape* apresenta o que pretendia ser um conteúdo programático para a disciplina geográfica. Esse estudo representa uma clara tentativa de ruptura com relação ao determinismo ambiental ou geográfico que então dominava a geografia norte-americana, representado por autores como Ellen C. Semple[6].

Sauer propõe a diferenciação de áreas como o objetivo da ciência geográfica[7] e a paisagem como o conceito central da geografia, conceito esse que, segundo ele, seria capaz de romper com as dualidades da disciplina (físico/humano e geral/regional), além de capacitar a existência de um método próprio, sendo essas as grandes dificuldades então encontradas pela geografia.

O trabalho de Sauer, por ter formado discípulos e se constituído numa verdadeira escola nos Estados Unidos e mesmo fora de lá, foi o mais bem sucedido no contexto dos anos 20 e 30 do século XX, quando foram feitas várias tentativas de construções metodológicas que faziam do estudo da paisagem algo essencial, senão exclusivo, para a geografia (MIKESELL, 1972: 09).

Segundo Sauer, "O termo 'paisagem' é proposto para denotar o conceito unitário da geografia, para caracterizar a peculiar associação geográfica dos fatos" (SAUER, 1996: 300). *Landscape* seria o equivalente ao alemão *Landschaft*, e pode ser definido como uma área construída por uma associação distinta de formas, tanto naturais como culturais (SAUER, 1996: 301). Ainda nesse mesmo trabalho de 1925, Sauer lançou a frase que ainda hoje é repetida à exaustão por aqueles filiados à Escola de Berkeley e que procura dar conta da relação entre o homem e a natureza: "a cultura é o agente, a área natural o meio e a paisagem cultural é o resultado" (SAUER, 1996).

Fortemente influenciado pela geografia alemã, Sauer tomou de autores como Schlüter e Passarge os conceitos de paisagem natural e paisagem cultural. A

6 Ellen C. Semple (1863-1932), uma das geógrafas americanas mais famosas do início do século XX, pode ser considerada como a grande difusora do determinismo ambiental, ou simplesmente ambientalismo, como era conhecido na época, nos Estados Unidos. Sua principal obra, *Influences of Geographic Environment*, publicada em 1911 obteve uma grande repercussão e aceitação nos meios científicos durante um bom tempo.

7 Com essa proposição, Sauer foi o primeiro, mesmo antes de Hartshorne, a propor a diferenciação de regiões como o objeto fundamental da geografia (GOMES, 1996: 232). Richard Hartshorne (1899-1992) ficou conhecido por desenvolver o método de diferenciação de áreas como o principal objeto da geografia. Sua obra *The Nature of geography* (1939) pode ser considerada como uma das maiores contribuições da moderna geografia de língua inglesa, justificando os estudos regionais como centrais à disciplina geográfica.

primeira é aquela paisagem ainda sem as transformações do homem, enquanto a segunda é a paisagem transformada pelo trabalho do homem. Desses dois autores Sauer tomou também a concepção de que o estudo da paisagem deve ser restrito essencialmente aos aspectos visíveis, excluindo assim todos os fatos não-materiais da atividade humana (GOMES, 1996: 231; MENDONZA, 1982: 75). Nesse mesmo texto de 1925, Sauer deixa explícito que as dimensões estética e subjetiva da paisagem existem, são reconhecidas, mas não fazem parte do interesse científico, na medida em que não podem ser classificadas e mensuradas. Isso representava a visão corrente das ciências naquele momento, ainda impregnadas pelo positivismo e pela necessidade de estabelecimento de leis gerais.

Amigo e colega em Berkeley de Alfred Kroeber (1876-1960), antropólogo e um dos precursores da Escola Cultural Americana, Sauer toma dele o conceito de cultura com o qual trabalha e que viria, posteriormente, a ser um dos principais alvos das críticas que sofreu, como veremos adiante. Para Kroeber, era a cultura que justificava as diferentes realizações do homem sobre a terra, mais do que a genética ou as condições do meio. Tendo como preocupação evitar a confusão, então ainda comum, entre o orgânico e o cultural (LARAIA, 1986), segundo Kroeber, é através da cultura que as sociedades desenvolvem meios de adaptação aos diferentes ambientes, e não a natureza ou a genética que determinariam o tipo de sociedade que ocupa determinado espaço, como queriam os deterministas. Nessa abordagem, a cultura possui, em si mesma, um valor auto-explicativo, não necessitando ser explicada. Dessa maneira, ele forneceu a Sauer os argumentos de que necessitava para romper com o determinismo ambiental.

Quanto à metodologia, como aponta CORREA (1989), Sauer nega a utilização de qualquer teoria *a priori* para a interpretação da paisagem. Nega também a postura idiográfica na geografia, ou seja, o estudo dos fenômenos particulares[8]. O método de Sauer é o indutivo[9], empiricista e procura generali-

8 A antinomia entre idiográfico e nomotético está no cerne da explicação nas ciências sociais e nas discussões sobre o raciocínio geográfico. Idiográfico designa o estudo de fenômenos particulares, dos objetos ou indivíduos considerados nas suas singularidades. Nomotético designa o estudo preocupado com o estabelecimento de leis gerais.

9 Indução e dedução são dois termos que definem a relação entre a teoria e a empiria na ciência. A abordagem é indutiva quando consiste em chegar à explicação geral a partir da inferência da observação empírica e da descrição do particular. A abordagem é dedutiva quando consiste em tirar as conseqüências lógicas de axiomas e de hipóteses, sem que haja qualquer experimentação. Ela pode ser ainda hipotético-dedutiva quando, partindo de uma construção teórica tomada como verdadeira, é feita a confrontação com a realidade para que se teste a sua validade.

zações. Sauer faz questão de afirmar que o sentido que emprega no termo paisagem não é o de uma cena atual vista por um observador. Para ele, a paisagem geográfica é uma generalização derivada da observação de cenas individuais. O geógrafo pode descrever uma paisagem individual como um tipo por ele construído ou possivelmente uma variante do tipo, mas sempre deve ter em mente o genérico, e proceder por comparação. Uma apresentação ordenada das paisagens da Terra seria um formidável empreendimento, afirma. Iniciando com uma diversidade infinita, as características salientes são selecionadas para o estabelecimento do caráter da paisagem e para colocá-la dentro de um sistema (SAUER, 1996: 303). Por definição, a paisagem possui uma identidade que é baseada em uma constituição reconhecível, em limites e em uma relação genérica com outras paisagens, constituindo parte de um sistema geral.

O método morfológico de síntese proposto por Sauer baseia-se nos seguintes postulados:

1. Que há uma unidade orgânica ou quase orgânica, isto é, uma estrutura na qual certos componentes, chamados de "formas", são necessários;
2. A similaridade de formas em diferentes estruturas é reconhecida por causa de sua equivalência funcional, sendo, então homólogas;
3. Que as unidades estruturais possam ser colocadas em séries, especialmente em uma unidade que tenha seu desenvolvimento ao longo do tempo valorizado, partindo do incipiente até o final ou estágio completo (SAUER, 1996: 304).

A consideração da paisagem a partir de uma qualidade orgânica levanta um ponto interessante da obra de Sauer. Apesar da preocupação em romper com o determinismo ambiental, ao considerar essa qualidade orgânica da paisagem, com uma ênfase em seus estágios evolutivos, Sauer incorpora o darwinismo como matriz explicativa (CORREA, 1989). O conceito de paisagem desenvolvido está impregnado pelo darwinismo da época, que permeia toda a obra. Percebe-se esse aspecto porque, além do caráter espacial, a variável tempo, apresentada segundo estágios de evolução da paisagem, representa um importante ponto no estudo de Sauer. Segundo ele, não é possível formar uma idéia de paisagem exceto em termos de suas relações no tempo, bem como suas relações no espaço, na medida em que ela está em um contínuo processo de desenvol-

vimento e mudança no tempo e no espaço (SAUER, 1996: 307). Os estudos de caráter genético das paisagens formam uma das características centrais do trabalho de Sauer e da escola por ele desenvolvida em Berkeley. Sauer, ao se interessar pela maneira como o homem transforma uma paisagem natural em paisagem cultural, afirmava que o trabalho do geógrafo deveria iniciar-se na observação da paisagem natural[10] e acompanhar o desenvolvimento desta ao longo do tempo, até a formação da paisagem cultural atual. A paisagem cultural expressa o trabalho do homem sobre o espaço e, dessa forma, ela não é estática, está sujeita a mudar, tanto pelo desenvolvimento da cultura, como pela substituição desta. Assim haveria um momento de desenvolvimento da paisagem cultural até que esta alcançasse o clímax, passando então a um período de decadência onde poderia haver a imposição de uma nova cultura que iniciaria o processo de construção de sua paisagem cultural novamente. Dessa forma, havendo a introdução de uma cultura exterior, a paisagem cultural sofre um rejuvenescimento ou uma nova paisagem cultural é construída sobre os remanescentes da antiga (SAUER, 1996: 311)[11].

Uma das principais contribuições de Sauer ao desenvolvimento do estudo da paisagem está ligada ao fato apontado por Cosgrove de que, sob o método morfológico, a paisagem se transforma num objeto que pode ser estudado através dos métodos considerados científicos naquele momento. Seus elementos de composição e suas relações se tornam suscetíveis de uma investigação científica, classificação e mensuração (COSGROVE, 1984:16), aspectos então imprescindíveis à ciência e que encontravam certas dificuldades de serem aplicados em relação à paisagem.

No entanto, é necessário notar que durante sua longa atividade acadêmica Sauer reviu várias de suas teses e propostas de 1925. Dentre estas, a principal es-

10 Isso faria com que Sauer desse muita ênfase ao fato de que o geógrafo deveria dominar muito bem a geografia física da área à qual se dedicava, sendo imprescindível o trabalho de campo.

11 É possível identificar aqui uma clara analogia com os ciclos de formação do relevo de William Morris Davis (1850-1934), reconhecido como o fundador da geografia americana. A teoria dos Ciclos Geográficos, decisiva na sistematização dos estudos geomorfológicos, foi publicada em 1899 e procurava dar conta de organizar um modelo genético da evolução das formas do relevo. No seu modelo ideal, após um processo de soerguimento, o terreno passaria por um intenso processo erosivo, caracterizando um relevo acidentado e com formas angulosas que constituiria sua juventude. Um segundo momento, característico da maturidade, seria o início da suavização das formas até alcançar a forma plana na sua velhice. O processo todo recomeçaria a partir do momento em que houvesse um novo soerguimento da crosta terrestre. Para a repercussão dos trabalhos de Davis, ver MONTEIRO (2001).

tá ligada ao fato de que o estudo da morfologia da paisagem mostrou várias dificuldades práticas e conceituais, fazendo com que Sauer renegasse parte do conteúdo programático desse seu trabalho de 1925 (LEIGHLY, 1963). A intenção metodológica de partir da análise da paisagem natural, a que existia antes de qualquer atividade do homem, foi reconhecida como uma das principais dificuldades, na medida em que essa reconstituição demandava um trabalho arqueológico de peso. No entanto, apesar de todas as críticas[12], Sauer permanece com a idéia de que o conceito de paisagem é central para a geografia, influenciando toda uma escola, sobretudo no oeste americano e em especial em Berkeley, que permanece ativa ainda hoje. Influenciou também o próprio movimento de renovação da geografia cultural que, apesar de repudiar boa parte da metodologia de abordagem da paisagem proposta por Sauer, reconhece a importância do seu trabalho no sentido de consolidar a noção de paisagem como um conceito científico.

A simbologia da paisagem

> *Mas as paisagens nunca têm um único significado; sempre há a possibilidade de diferentes leituras. Nem a produção, nem a leitura de paisagens são inocentes. Ambas são políticas no sentido mais amplo do termo, uma vez que estão inextricavelmente ligadas aos interesses materiais das várias classes e posições de poder dentro da sociedade.* James DUNCAN, *The City as Text*, 1990.

Um segundo grupo de abordagens do conceito de paisagem difere daquele desenvolvido por Sauer, ao identificar que o fundamental na paisagem é justamente aquilo que antes havia sido considerado fora do objetivo da ciência e, portanto, fora do interesse geográfico – seu caráter simbólico e subjetivo.

---

12 Uma das críticas mais contundentes veio a partir do trabalho de Richard Hartshorne que, em seu *The Nature of Geography*, de 1939, livro que influenciaria toda uma geração de geógrafos, dedica várias páginas à análise do trabalho de Sauer. Segundo ele, o conceito de paisagem apresentava muitas dificuldades. A primeira, ligada ao fato de que na história da geografia a paisagem possui várias acepções. Ainda segundo ele, a noção de *Landscape,* carregada de imprecisões e de ambigüidades, colocava mais problemas do que resolvia. Outro problema estaria ligado à acentuação da dicotomia entre físico e humano, na medida em que Sauer distinguia a paisagem natural da paisagem cultural. A limitação do estudo da geografia somente aos aspectos materiais também é fortemente criticada e vista como limitadora do trabalho do geógrafo (GOMES, 1996: 236-243).

No final da década de 1960, teve início um movimento de ruptura com o positivismo, que se dirigiu para uma maior aproximação da geografia com as filosofias ligadas ao humanismo, do que emergiu uma nova corrente que se intitulava "geografia humanista", que refutava também a geografia cultural. Ao negar a existência de um mundo unicamente objetivo que pudesse ser estudado conforme o método positivista, a intenção era reorientar a geografia humana para uma instância na qual fosse resgatado o caráter sintético, característica da geografia regional tradicional, que era capaz de realizar grandes sínteses sobre as regiões. Além disso, reenfatizava a importância de se estudarem eventos únicos, ao invés daqueles simuladamente gerais (JOHNSTON, 1986: 202).

Para esses geógrafos, diferente daquilo que a geografia cultural havia feito até então, a paisagem representava mais do que simplesmente o visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é introjetada no sistema de valores humanos, definindo relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção sobre o meio. Nessa visão, a estética da paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado, onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas. Essas impressões deixadas pelo homem na paisagem revelam o pensamento de um povo sobre o mundo em sua volta (ENGLISH; MAYFIELD, 1972:07). Nesse momento se destacam autores como David Lowenthal e Yu-Fu Tuan, mas que, sobretudo o segundo, acabam dando mais valor ao conceito de lugar que ao de paisagem. Para eles, o conceito de lugar demonstraria mais fortemente a idéia de pertencimento, de individualidade do ser humano e de seu apego a determinados espaços. Tuan chegou a desenvolver em seus livros a noção de *Topofilia*, como o amor ao lugar (TUAN, 1980)[13].

Entretanto, como aponta Gomes, no movimento humanista existe apenas um consenso na refutação do modelo científico anterior: o de que não há um único caminho a adotar, surgindo assim uma grande quantidade de abordagens, algumas diametralmente opostas, que requerem para si a denominação de humanistas (GOMES, 1996: 307). Essa grande variação de abordagens, sem dúvida, se refletiu no conceito de paisagem dentro da geografia humanista. No entanto, entre a grande quantidade de trabalhos ligados a esse tema, a característica presente em todos eles foi a percepção da paisagem como um do-

13 Numa perspectiva mais voltada para a psicologia, o autor publicou, em 1979, *Landscapes of fears*, traduzido para o português em 2005 (TUAN, 2005).

cumento a ser lido, resultante de um patamar moral, intelectual e estético alcançado pelo homem num dado momento do processo civilizatório (ENGLISH; MAYFIELD, 1972:07).

É interessante notar que o movimento humanista procurou se libertar da geografia cultural, impregnada pelo positivismo, construindo um subcampo próprio dentro da geografia. No entanto, na década de 1980, um novo grupo de autores procurou renovar a geografia cultural e, apesar de não estarem alinhados à geografia humanista, é inegável as influências que sofreram desse movimento, incorporando como um dos focos de análise a simbologia da paisagem e passando a valorizar o caráter subjetivo do conhecimento. Apesar de se autoinserirem na geografia cultural, tornando-se seus herdeiros, a estratégia adotada por esses autores para a afirmação das novas idéias foi a de desconstruir e refutar grande parte daquilo que a geografia cultural havia feito até então.

Os autores ligados a essa nova vertente da geografia cultural, num primeiro momento e como estratégia de afirmação, refutaram o postulado de Sauer, associando a Escola de Berkeley ao atraso. Passam então a chamar todo o legado de Sauer e de sua Escola como "Geografia Cultural Tradicional", nomenclatura por eles criada. Ao mesmo tempo, classificam seu trabalho como a "Nova Geografia Cultural". A estratégia, como foi dito, era a de apontar aquilo que seriam os erros da Escola de Berkeley para então construir uma nova geografia cultural. Nesse sentido, uma das críticas mais contundentes veio no texto de James DUNCAN (1980), ao criticar o próprio conceito de cultura com o qual trabalha a Escola de Berkeley, influenciado, como vimos anteriormente, pelo contato de Sauer com Kroeber e apontado por Duncan como superorgânico e reificado[14], pairando sobre a sociedade como uma entidade autônoma. Este texto pode mesmo ser identificado como um ponto central no processo de revisão crítica da geografia cultural (SILVA; RIBEIRO, 1999).

Dentre as diferentes metodologias e aportes teóricos que surgem nesse momento, Mondada e Söderström identificam a metáfora da cultura e da paisagem como um texto como principal abordagem que caracteriza a Nova Geografia Cultural. Segundo eles, o interesse dessa metáfora, em um contexto de reformulação não positivista da geografia cultural, é o de permitir ter em

14 O processo de reificação consiste em transformar algo abstrato em concreto. Desse modo, a crítica que Duncan dirige à Escola de Berkeley é a de que seus autores trabalham com a noção de cultura como se ela fosse algo palpável, algo material, que paira sobre a sociedade e não algo construído por ela mesma.

conta a dimensão do sentido, na medida em que essa analogia apresenta a paisagem como uma espécie de documento de interpretação instável, aberta a múltiplas interpretações (MONDADA; SODERSTROM, 1993: 74). Um dos melhores exemplos da utilização dessa metáfora é o trabalho de James Duncan, atualmente professor em Cambridge, *The City as a Text*, publicado em 1990. Fortemente influenciado pela hermenêutica e pelo trabalho do antropólogo Clifford Geertz[15], nessa abordagem, a interpretação da paisagem é subjetiva, e cada grupo a interpretaria de uma forma diferente segundo seus próprios conjuntos de símbolos. A interpretação da paisagem torna-se algo muito próximo da hermenêutica e o trabalho do geógrafo transforma-se em um esforço de interpretação limitado, na medida em que o próprio geógrafo também lê a paisagem segundo suas próprias simbologias.

Uma outra forma de trabalhar com o conceito de paisagem que surge dentro do contexto de renovação da geografia cultural aborda a simbologia da paisagem através de um conceitual teórico de fundo marxista. Denis Cosgrove pode ser identificado como um dos principais representantes desse grupo. Para ele, a paisagem deve ser apreendida por seus aspectos simbólicos, mas, diferentemente dos autores ligados mais à escola humanista, Cosgrove afirma que estes aspectos são produzidos pelos meios de produção de uma sociedade. Interessado nas origens da idéia de paisagem e no seu desenvolvimento como um conceito cultural no Ocidente, o autor deixa bem claro que foram as novas formas de produção introduzidas que consolidaram novas visões de mundo e uma nova percepção da relação entre o homem e a natureza (COSGROVE, 1984: 01). O argumento utilizado ao longo de todo o seu trabalho e resumido na primeira página fundamenta-se na compreensão de que a hegemonia européia impôs sua visão de mundo:

> [...] a idéia de paisagem representa uma forma de olhar — uma forma na qual alguns europeus têm representado para si próprios e para os outros o mundo sobre eles e seu relacionamento com este. (COSGROVE, 1984: 01).

15 Nascido em 1923, entre seus livros mais famosos está *A interpretação das Culturas*, de 1973. É considerado o fundador da antropologia hermenêutica, ou interpretativa. Para ele, a função da cultura é a de impor significado ao mundo e torná-lo inteligível. Ao antropólogo caberia o papel de tentar interpretar os símbolos de cada cultura e, nesse caso, o que daria unidade não seria a paisagem e sim o grupo social.

A paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história, mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade. O autor associa a produção cultural à prática material. O argumento utilizado é que o conceito de paisagem não emerge pronto da mente de indivíduos ou grupos humanos. Histórica e teoricamente seria insatisfatório tratar a forma de visão da paisagem em um vácuo, fora do contexto do mundo histórico real das relações humanas de produção e entre pessoas e o mundo que habitam. A evolução das práticas sobre a terra na Europa oferece um importante paralelo histórico com o período em que a paisagem se transforma numa noção culturalmente importante. Não só a ordem espacial e a dimensão geográfica da transição para o capitalismo são importantes, mas as relações entre sociedade e ambiente físico, entre o homem e a terra também o são. As mudanças nas formas como os homens se organizam para produzir suas vidas materiais resultam e, ao mesmo tempo, influenciam as mudanças no relacionamento com seus ambientes físicos (Cosgrove, 1984: 05).

O autor identifica dois usos distintos da idéia de paisagem. O primeiro, denota a representação artística e literária do mundo visível, ou seja, é cenário visto pelo espectador, implicando também na noção de sensibilidade, uma forma de experimentar e expressar sentimentos a partir do mundo exterior. O segundo uso da idéia de paisagem está ligado àquele apropriado pela geografia da atualidade. Nela, a paisagem denota a integração dos fenômenos físicos e humanos, podendo ser empiricamente verificada e analisada através de métodos científicos. A geografia até então teria negligenciado a existência de um patamar comum entre o objeto e sua investigação e a sensibilidade impressa pelo uso artístico da paisagem. É esse relacionamento que, segundo Cosgrove, merece ser estudado com ênfase (Cosgrove, 1984: 09).

Na tentativa de criar modelos inteligíveis da paisagem, ao adotar o materialismo histórico dialético como base teórica para sua pesquisa, Cosgrove fala em paisagens dos grupos dominantes e paisagens alternativas. A primeira seria um meio através do qual o grupo dominante mantém o seu poder, enquanto a segunda seria produzida por grupos não dominantes e que, por isso, teriam menor visibilidade (Cosgrove, 1989). Trata-se claramente de uma redução, na tentativa de operar modelos explicativos aceitáveis da forma como a sociedade cria e transforma a sua paisagem. O objetivo é então o de ler a paisagem através de modelos previamente estabelecidos.

A discussão sobre o conceito de paisagem até aqui empreendida centrou-se naquela produzida em língua inglesa que, pela sua amplitude de circulação, consolidou-se como uma das principais matrizes do pensamento, influenciando as demais produções. No entanto, é certo que em outras partes do mundo as discussões sobre o conceito de paisagem também se fizeram com maior ou menor influência desta que é analisada aqui. Dentre as abordagens de língua não inglesa, sem dúvida, a que mais influenciou a geografia foi aquela produzida em francês.

Na geografia francesa, uma das maiores influências da geografia brasileira, Paul Vidal de La Blache (1845-1918), para muitos seu pai fundador, no final do século XIX já colocava o problema da diferenciação das paisagens. Sua ambição era a de explicar os lugares e não os homens, mas para ele a análise dos gêneros de vida mostraria como a elaboração das paisagens reflete a organização social do trabalho e as diferentes formas de relação do homem com o seu meio (CLAVAL, 1999: 33)[16]. Sua obra mais conhecida talvez seja *Tableau de la géographie de la France*, publicada em 1903, encarada como o modelo de geografia regional. No lugar de buscar leis universais como os deterministas, ou de criar modelos acabados, Vidal de la Blache se preocupou em identificar os encaminhamentos de causa e efeito que davam conta das combinações, mudanças e emergências da superfície da terra. O homem, na obra de la Blache, mais do que simplesmente refém do meio, é considerado como um ser dotado de iniciativa diante de um meio físico e biológico, para cuja transformação ele contribui (BERDOULAY, 1981). Nesse sentido, mais do que o conceito de paisagem, a idéia de meio [*millieu*] é fundamental no pensamento vidalino. No entanto, no seu trabalho, era fundamental tudo aquilo que faz a mediação entre o meio e homem, todas as construções que resultam da ação combinada do homem com a natureza. Foi desse modo que ele se interessou pela fisionomia dos lugares, isto é, pela paisagem e pela morfologia, além das divisões regionais (BERDOULAY; SOUBEYRAN, 2003). A relação do homem com o meio, ao longo dos séculos, em dado lugar, moldaria naquele grupo humano um *gênero de vida*

16 A noção de *gênero de vida* é fundamental no pensamento vidalino, assim como para a geografia regional clássica. O termo foi criado por Paul Vidal de la Blache, amplamente utilizado por este, e estabelecido com maior precisão por um de seus discípulos, Max Sorre. A idéia de gênero de vida está relacionada ao conjunto de práticas e artefatos desenvolvidos pelos grupos humanos em consonância com as especificidades do meio e da história. Dessa forma, a cada unidade regional caberia um gênero de vida distinto.

particular. Tal gênero de vida seria o responsável por criar distintas paisagens a partir do substrato natural fornecido pelo meio. Assim, o trabalho do geógrafo seria o de reconhecer cada um desses gêneros de vida, delimitando suas regiões. Esse foi o trabalho empreendido por Vidal no seu *Tableau de la géographie de la France*, formando uma Escola muito influente constituída por discípulos espalhados por todas as partes, influenciando também, posteriormente na história, a formação da Escola dos *Annales*, e nesta especialmente os trabalhos de Fernand Braudel (1902-1985)[17].

Com grande influência no Brasil, assim como em outras partes do mundo, os perpetuadores de sua escola dominaram a geografia francesa até meados da década de 1960. Entre seus discípulos estão nomes importantes da geografia francesa, tais como Marcel Dubois, Lucien Gallois, Jean Brunhes, Emmanuel de Martonne, Albert Demangeon, entre outros.

No Brasil, Alberto Ribeiro Lamego (1896-1985), na década de 1940, publicou uma série de livros nos quais ressaltava a relação do homem com seu meio no espaço fluminense: *O homem e o brej*o (1940), *O homem e a restinga* (1946), *O homem e a Guanabara* (1948), *O homem e a serra* (1950). Nos seus trabalhos é evidente a influência de geógrafos franceses do final do século XIX e início do século XX: Eric Dardel, Elisée Reclus e, sobretudo, Paul Vidal de la Blache (Freitas; Pinto, 2004). Em *O homem e a Guanabara*, Lamego utiliza diferentes vezes as categorias de quadro panorâmico, paisagem e paisagem cultural, esta última entendida como fruto da humanização. No capítulo sobre a terra, o autor utiliza os termos cenário e paisagem como se fossem sinônimos, para se referir à natureza, referindo-se também às montanhas como "molduras das paisagens". Assim como Vidal, Lamego, com formação em geologia, via na descrição da estrutura física a base da formação da paisagem[18].

Menos influenciado pela escola vidalina, Éric Dardel (1899-1968), muito antes dos geógrafos de língua inglesa fundarem a geografia humanista, incluiu a fenomenologia nos seus estudos. Sua obra *L'Homme et la Terre*, publicada em

17 Paul Vidal de la Blache havia fundado em 1891, junto com Marcel Dubois o periódico *Annales de Géographie* que posteriormente serviu de inspiração para a criação do periódico *Annales d'histoire économique et sociale* em torno do qual se reuniram os historiadores do grupo dos *Annales*. (*Cf* Burque, 1997).

18 "A origem de cada paisagem deve ser buscada em seus fundamentos geológicos. Além dos fenômenos petrográficos devemos, sobretudo, investigar profundamente as causas tectônicas, primordiais na evolução das formas topográficas [...]" (Lamego, 1948: 71).

1952, obteve pouca repercussão na sua época. Influenciado por autores como Martin Heidegger e Mircea Eliade, seu livro, publicado inicialmente numa coleção de filosofia, apresenta uma grande originalidade em relação à geografia regional e geral clássicas, dando ênfase à experiência dos seres humanos sobre a Terra. Ele se interessa por aquilo que chama de geograficidade [*géographicité*], a relação do homem com o mundo, ou a natureza da realidade geográfica. Sua obra foi redescoberta pelos geógrafos humanistas que viam nele um precursor. Hoje sua obra é bastante citada por autores que trabalham com a relação entre a paisagem e a experiência humana do mundo.

Atualmente, fora da discussão anglo-americana sobre as bases da Nova Geografia Cultural, o trabalho do geógrafo francês Augustin Berque oferece uma importante contribuição para o entendimento do funcionamento da simbologia da paisagem. Logo nas primeiras linhas da introdução de seu trabalho de 1994 é possível observar sua idéia central, que se opõe claramente aos estudos de paisagem como estudos morfológicos, ou como estudos psicológicos. O autor afirma que a paisagem não se reduz ao mundo visual dado em nossa volta. Ela é sempre especificada de qualquer forma pela subjetividade do observador. Subjetividade que é mais do que um simples ponto de vista ótico. "O estudo da paisagem é então outra coisa que uma morfologia do ambiente" (Berque, 1994: 05). No entanto, o autor afirma também que, inversamente, a paisagem é mais do que um "espelho da alma". Ela é referida aos objetos concretos, aqueles que existem realmente à nossa volta. Se aquilo que ela representa ou evoca pode ser imaginário, existe sempre um suporte objetivo. "O estudo da paisagem é então outra coisa que uma psicologia da percepção" (Berque, 1994:05). Dessa forma, é colocado que a paisagem não reside somente no objeto nem somente no sujeito, mas na interação complexa dos dois. Em um esquema de dupla entrada, a paisagem, para Berque, é ao mesmo tempo matriz e marco: Paisagem Matriz na medida em que as estruturas e formas da paisagem contribuem para a perpetuação de usos e significações entre as gerações; Paisagem Marco, na medida em que cada grupo grava em seu espaço os sinais e os símbolos de sua atividade (Berque, 1984: 33). Ainda para Berque, a importância do estudo da paisagem está no fato de que ela nos permite perceber o sentido do mundo no qual estamos.

No Brasil, os trabalhos de Aziz Ab'saber também incorporam a paisagem como um elemento de análise, mas a partir de uma vertente ambientalista muito mais forte. Com forte formação na geografia física, Ab'saber desenvolveu

importantes trabalhos sobre a relação entre o homem e o meio, e sobre patrimônio natural, incluindo um estudo para tombamento da Serra do Mar.

Hoje o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura – NEPEC –, sediado na UERJ, tem sido um dos mais atuantes na difusão e valorização da vertente cultural na geografia, seja através de estudos inéditos, da organização de seminários ou da tradução e publicação de textos clássicos da geografia cultural, incluindo a temática da paisagem.

Ainda sobre o conceito de paisagem

Em função do recorte aqui adotado, muitas abordagens em torno do conceito de paisagem foram negligenciadas. No entanto, espera-se que tenha sido possível demonstrar como paisagem é um conceito que possui múltiplas acepções e está em permanente construção.

O conceito de paisagem, apesar de ser um dos mais antigos da geografia, ainda demanda um maior esclarecimento de sua importância e função dentro da disciplina. A grande variação de acepções não só ao longo do tempo, mas convivendo dentro de um mesmo contexto histórico, muitas vezes contribui para uma confusão ao redor das definições do conceito de paisagem, fazendo com que geógrafos, como Richard Hartshorne, preferissem que fosse abandonado, por trazer mais confusão do que esclarecimento. No entanto, a profusão de acepções também demonstra como o conceito de paisagem possui uma riqueza de possibilidades que não pode deixar de ser explorada, ao preço de um empobrecimento do próprio conhecimento humano. Sauer e a Escola de Berkeley, junto com outros, tiveram o papel de transformar a paisagem em um conceito científico, valorizando a abordagem a partir de seus aspectos materiais. O movimento de renovação da geografia cultural teve o papel de incluir na agenda de pesquisa os aspectos intangíveis e subjetivos da paisagem. Aqueles interessados na produção de uma reflexão sobre a ação de identificação e preservação do patrimônio não devem negligenciar nenhuma das duas vertentes. Se for verdade que a atribuição de valor de patrimônio é uma ação realizada a partir dos valores simbólicos atribuídos a um bem, seja este bem material ou não, é verdade também que elas estão estritamente ligadas à organização do espaço e às manifestações físicas da paisagem.

De Humboldt aos geógrafos da nova geografia cultural, a paisagem tem instigado a imaginação dos geógrafos, que optaram por abordá-la das mais diferen-

tes formas. Outras abordagens devem surgir, fazendo da paisagem um conceito vivo e em construção, transformando a geografia em uma ciência dinâmica.

Apesar de pouco explorada de maneira direta pelos geógrafos da academia, a relação entre paisagem e patrimônio cultural deve muito a essa reflexão. A idéia de integração entre o homem e a natureza, sempre um foco central nessas abordagens, tem no pensamento geográfico uma das suas origens. Da mesma forma, na série de estudos e reflexões empreendidas por organismos nacionais e internacionais ligados à proteção do patrimônio, nota-se a presença forte de referências a trabalhos, seja daqueles ligados a Sauer e à Escola de Berkeley, seja daqueles ligados ao processo de renovação da geografia cultural. No capítulo seguinte serão discutidas algumas das estratégias desenvolvidas no âmbito internacional que valorizam a categoria de paisagem cultural na identificação e preservação do patrimônio cultural dos povos.

II

Paisagem Cultural e Patrimônio no Contexto Internacional

Neste capítulo serão analisadas as formas como organismos internacionais têm inserido a idéia de paisagem cultural nas discussões sobre patrimônio. Trata-se de verificar diferentes experiências na tentativa de formar um *corpus* analítico para a compreensão da questão no contexto brasileiro. Duas experiências são privilegiadas: a inscrição de paisagens culturais na lista de patrimônio mundial pela UNESCO e a criação da Convenção Européia da Paisagem. São duas instâncias internacionais que tratam da paisagem de forma bastante diferenciada e que precisam ser problematizadas.

Paisagem Cultural e a lista de Patrimônio Mundial da UNESCO

> *A lista não é uma coisa imóvel, é algo evolutivo, que se modifica todo dia, todo ano. É uma coleção de regras fixas à qual a gente deve se adaptar. Cada candidatura significa uma renovação do conceito de patrimônio mundial. Cada uma deve trazer um enriquecimento a este conteúdo.* Jean-Pierre HALEVY (2002: 33)

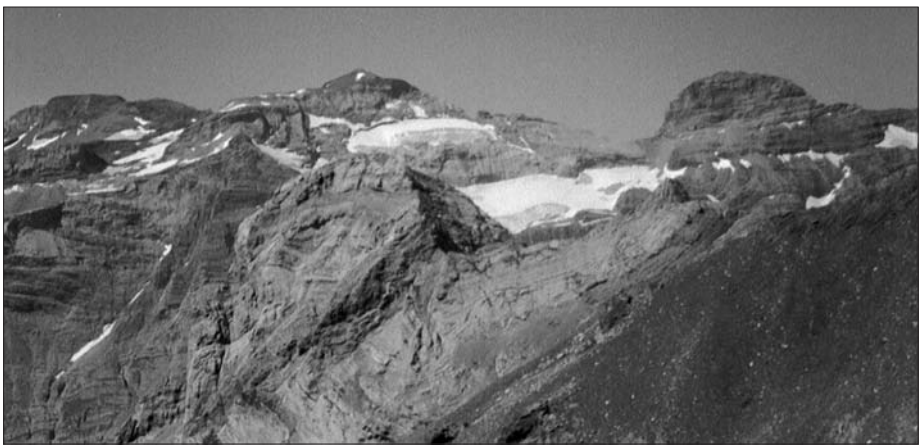
A *Convenção para Proteção do Patrimônio Cultural e Natural* foi organizada pela UNESCO e aprovada na Reunião de Paris em 1972[19], estabelecendo a inscrição de bens como patrimônio mundial[20]. Com o objetivo de implementar a Convenção e permitir a inscrição e gestão da Lista, em 1976 foi criado o Comitê do Patrimônio Mundial e os primeiros sítios foram então inscritos em 1978. O Comitê é constituído por 21 representantes dos estados membros da UNESCO, eleitos periodicamente, tendo uma reunião anual ordinária para dis-

19 A UNESCO, Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura, teve sua constituição assinada em Londres em 1945, sendo de fato implementada em 1946, visando a cooperação internacional nas áreas de educação, cultura e meio ambiente. Ela possui como órgão supremo a Conferência Geral, composta pelos Estados membros, reunindo-se a cada dois anos para aprovação do seu programa, orçamento e documentos substanciais.

20 Assim, no artigo 10º da Convenção: "Com base no inventário apresentado pelos Estados, em conformidade com o parágrafo 1, o comitê organizará, publicará e divulgará, sob o título de 'Lista do Patrimônio Mundial', uma lista dos bens do patrimônio cultural e natural, tais como definidos nos artigos 1º e 2º desta convenção, que considere de valor universal excepcional, segundo os critérios que haja estabelecido. Uma lista atualizada será distribuída pelo menos uma vez a cada dois anos." (IPHAN, 2004: 182-183). Um histórico sucinto em português da preocupação com o patrimônio mundial pode ser encontrado em: http://www.unesco.org.br/areas/cultura/patmundial/historiasucinta/ mostra_documento.

cutir temas ligados à implementação da Convenção e para a inscrição de bens na sua lista, entre outros assuntos.

Segundo as linhas gerais da Convenção aprovada em 1972, esses bens poderiam então ser inventariados e classificados para inscrição de duas maneiras diferentes a partir do valor a eles atribuídos: como patrimônio natural ou como patrimônio cultural. Além disso, ela fixou o dever competente aos Estados signatários da Convenção, de identificação e preservação de possíveis sítios, cabendo a estes a responsabilidade da indicação dos seus bens candidatos a patrimônio mundial. Na mesma época, foi também criado o Fundo do Patrimônio Mundial, sendo o Comitê do Patrimônio Mundial responsável por indicar a forma como esse fundo deve ser administrado, bem como em que condições ele deve ser empregado[21]. Foram também criadas as *Orientações para guiar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial*[22] que, em conjunto com o texto da Convenção, constitui o conjunto de documentos mais importantes que regem o patrimônio mundial. Uma lista de critérios para a seleção dos bens foi estabelecida, dividida inicialmente em critérios naturais e critérios culturais. Para obterem sua inscrição, os bens deveriam satisfazer pelo menos um desses critérios. Nos quadros abaixo são listados os critérios adotados até 2005, após terem passado por algumas alterações.



Paisagem Cultural do Monte Perdido/Mont Perdu, Espanha/França - Patrimônio Mundial pela UNESCO. Rafael Winter Ribeiro, 2003

21 O texto completo da Convenção pode ser encontrado com versões em sete línguas, dentre elas inglês, francês, espanhol e português, em: http://whc.unesco.org/en/conventiontext/.

22 O Guia, em sua última versão, já com as revisões de 2005, que serão aqui posteriormente discutidas, pode ser encontrado em inglês e francês em: http://whc.unesco.org/pg.cfm?cid=57.

Quadro I

Critérios culturais para inscrição do bem como Patrimônio Mundial pela UNESCO até 2005

(i.)	representar uma obra-prima do gênio criativo humano, ou
(ii.)	ser a manifestação de um intercâmbio considerável de valores humanos durante um determinado período ou em uma área cultural específica, no desenvolvimento da arquitetura, das artes monumentais, de planejamento urbano ou de paisagismo, ou
(iii.)	aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva, ou que tenha desaparecido, ou
(iv.)	ser um exemplo excepcional de um tipo de edifício ou de conjunto arquitetônico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre uma ou várias etapas significativas da história da humanidade, ou
(v.)	constituir um exemplo excepcional de *habitat* ou estabelecimento humano tradicional ou do uso da terra, que seja representativo de uma cultura ou de culturas, especialmente as que se tenham tornado vulneráveis por efeitos de mudanças irreversíveis, ou
(vi.)	estar associado diretamente ou tangivelmente a acontecimentos ou tradições vivas, com idéias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional. (O Comitê considera que este critério não deve justificar a inscrição na Lista, salvo em circunstâncias excepcionais e na aplicação conjunta com outros critérios culturais ou naturais).

Fonte: http://www.unesco.org.br/areas/cultura/patmundial/convencao/mostra_documento

Quadro II

Critérios naturais para inscrição do bem como Patrimônio Mundial pela UNESCO até 2005

(i.)	ser exemplo excepcional representativo dos diferentes períodos da história da Terra, incluindo o registro da evolução, dos processos geológicos significativos em curso, do desenvolvimento das formas terrestres ou de elementos geomórficos e fisiográficos significativos, ou
(ii.)	ser exemplo excepcional que represente processos ecológicos e biológicos significativos para a evolução e o desenvolvimento de ecossistemas terrestres, costeiros, marítimos e de água doce e de comunidades de plantas e animais, ou
(iii.)	conter fenômenos naturais extraordinários ou áreas de uma beleza natural e uma importância estética excepcionais,
(iv.)	conter os *habitats* naturais mais importantes e mais representativos para a conservação *in situ* da diversidade biológica, incluindo aqueles que abrigam espécies ameaçadas que possuam um valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Fonte: http://www.unesco.org.br/areas/cultura/patmundial/convencao/mostra_documento

No texto da Convenção, desde o início, nota-se um antagonismo entre as categorias cultural e natural, reflexo de um pensamento que por essa época já começava a se tornar anacrônico. Essa divisão refletia a idéia de que, para muitos dos conservacionistas da natureza, quanto menos interferência humana houvesse numa área, melhor ela seria qualificada; assim também, para muitos arquitetos, historiadores da arte e outros cientistas das áreas humanas, os monumentos e estruturas, prédios e ruínas, eram vistos como fenômenos isolados (FOWLER, 2003). Na verdade, essa concepção refletia a própria origem bipartida da preocupação com o patrimônio mundial, oriunda de dois movimentos separados: um que se preocupava com os sítios culturais e outro que lutava pela conservação da natureza.

No entanto, verificando a existência de bens que podiam ser classificados nas duas categorias, foi posteriormente criada a classificação de bem misto, para aqueles que tinham sua inscrição justificada tanto por critérios naturais quanto culturais, mas sem que a integração entre ambos fosse necessariamente objeto de análise ou de valoração. Com o passar dos anos, o desenvolvimento de disciplinas como a ecologia política e a discussão em torno de categorias como a de desenvolvimento sustentável[23] provocou uma valorização no contexto internacional das relações harmoniosas entre os homens e o meio ambiente. Foi em resposta a esse contexto que a categoria de paisagem cultural começou a ser pensada mais fortemente pela UNESCO.

Na verdade, a paisagem já havia sido objeto de atenção no plano internacional algumas décadas antes, mas a partir de outro prisma. A Carta de Atenas de 1931 já apontava uma preocupação para com aspectos da visibilidade dos monumentos e de sua vizinhança. Naquele documento, a preocupação central estava ligada sobretudo com a ambientação de um determinado bem cultural. Assim, o documento afirmava: "Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Deve-se também estudar as

23 A categoria de desenvolvimento sustentável foi definida no relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, "Nosso Futuro Comum", de 1987, também conhecido como Relatório Brundtland, como sendo o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras (CMMAD, 1988). Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 no Rio de Janeiro, na qual a idéia de desenvolvimento sustentável pautou as discussões e a elaboração do documento final, a Agenda 21, um conjunto de metas assinados por mais de 170 países visando conciliar o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente (CONFERÊNCIA, 1992).

plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar o caráter antigo." (IPHAN, 2004: 14).

A Convenção de Washington de 12 de outubro de 1940 para a proteção da flora, da fauna e das belezas panorâmicas naturais dos países da América estabeleceu em seu preâmbulo o objetivo de proteger e conservar a paisagem de beleza rara. Embora a paisagem fosse uma das preocupações centrais dessa convenção, ela estava baseada ainda na idéia de paisagem relacionada quase que estritamente à natureza e ao conceito de paisagem como belo.

Na Recomendação de Paris relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios, adotada na 12ª Conferência Geral da UNESCO em 1962, não há uma definição do que está sendo chamado de paisagem. Nesta Recomendação, entende-se por salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios: "a preservação e, quando possível, a restituição do aspecto das paisagens e sítios, naturais, rurais ou urbanos, devido à natureza ou à obra do homem, que apresentem um interesse cultural ou estético, ou que constituam meios naturais característicos" (IPHAN, 2004: 83).

Esta Recomendação afirma que os estudos e medidas visando à salvaguarda das paisagens e dos sítios deveriam ser estendidos a todo o território do Estado em questão, não se limitando a algumas paisagens ou sítios particulares. Ela representa também a primeira vez em que um documento internacional considerava os centros históricos como parte do meio ambiente, merecendo atenção de um planejamento territorial (MOTTA, 2000: 36).

Na 19ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em 1976 em Nairobi, foi lançada a Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea. Reconhecida como Recomendação de Nairobi, ela trouxe uma definição clara do que se entende como um conjunto histórico:

> [...] todo grupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio-cultural.
>
> Entre esses 'conjuntos', que são muito variados, pode-se distinguir especialmente os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e lugarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos, ficando entendido que es-

> tes últimos deverão, em regra, ser conservados em sua integridade (IPHAN, 2004: 219).

A mesma recomendação define a idéia de ambiência, como o quadro ao redor que influi na percepção do bem protegido: "Entende-se por 'ambiência' dos conjuntos históricos ou tradicionais, o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles se vincula de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais" (IPHAN, 2004: 220). Ela representa também um avanço, na medida em que considera que o centro histórico e sua ambiência devam ser tratados em conjunto:

> Cada conjunto histórico ou tradicional e sua ambiência deveria ser considerado em sua globalidade, como um todo coerente, cujo equilíbrio e caráter específico dependem da síntese dos elementos que o compõem e que compreendem tanto as atividades humanas como as construções, a estrutura espacial e as zonas circundantes. Dessa maneira, todos os elementos válidos, incluídas as atividades humanas, desde as mais modestas, têm em relação ao conjunto, uma significação que é preciso respeitar (IPHAN, 2004: 220).

Embora se admita que o conjunto histórico e sua ambiência devam ser considerados como um todo coerente, ao se fazer esta dissociação, o centro histórico continua sendo o foco central e a ambiência, segundo esse ponto de vista, continua existindo apenas para dar maior sentido àquilo que é considerado o bem principal.

Da mesma forma, a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, adotada pelo ICOMOS em 1986, conhecida como Carta de Washington, ressalta que entre os valores a preservar estão as relações da cidade com seu entorno natural ou criado pelo homem (IPHAN, 2004: 282). Embora esses documentos sejam de inegável importância para a valorização da paisagem, eles contribuem para uma visão dual entre um determinado bem e a paisagem. Nesse contexto, a paisagem só tem valor a partir do momento em que ela dá sentido a um bem mais importante.

A adoção da categoria de paisagem cultural da UNESCO, em 1992, se diferenciou dessas concepções anteriores, por adotar a própria paisagem como um bem, valorizando todas as inter-relações que ali coexistem. É nesse sentido que

a categoria de paisagem cultural da UNESCO representa uma ruptura com esses modelos anteriores.

Apesar da anterioridade das discussões sobre paisagem associada ao natural e ao belo, a discussão sobre a idéia de paisagem cultural como associação entre os aspectos culturais e naturais no Comitê do Patrimônio Mundial começou na década de 1980, a partir de abordagens que buscavam uma visão integradora entre o homem e a natureza. Com isso, foi em 1992, no mesmo ano em que a ONU organizava no Rio de Janeiro a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que alguns especialistas se reuniram na França, a convite do ICOMOS e do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO para pensar a forma como a idéia de paisagem cultural poderia ser incluída na Lista do Patrimônio Mundial, visando a valorização das relações entre o homem e o meio ambiente, entre o natural e o cultural.

O encontro ocorreu entre os dias 24 e 26 de outubro de 1992 e tinha como objetivos a discussão dos critérios necessários para a inclusão de paisagens culturais na Lista de Patrimônio Mundial, além de preparar recomendações para serem submetidas ao Comitê durante sua 16ª sessão, que se realizaria em dezembro do mesmo ano, em Santa Fé, Estados Unidos. O encontro preparatório, realizado no Parc Naturel Régionel des Vosges du Nord, em La Petite Pierre, na França, contou com a presença de especialistas ligados à temática da paisagem cultural oriundos de oito países diferentes (Alemanha, Austrália, Canadá, Egito, França, Nova Zelândia, Reino Unido e Sirilanka) e de campos científicos diversos, dentre os quais arqueologia, história, ecologia da paisagem, geografia, arquitetura da paisagem e planejamento. O grupo concluiu por recomendar pequenas mudanças nos seis critérios culturais estabelecidos para acomodar as paisagens culturais. Em seu documento final, as paisagens são consideradas ilustrativas da evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, sobre a influência de contingências físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo ambiente natural, bem como pelas sucessivas forças social, econômica e cultural, que nelas interferem. Elas deveriam ser selecionadas pelo seu valor universal e pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e também pela sua capacidade de ilustrar elementos culturais essenciais e distintos dessa região. O grupo faz ainda uma distinção entre alguns tipos de paisagens culturais, que terminaram por ser de fato adotadas pela Convenção, criando assim três categorias diferentes de paisagens para serem inscritas como patrimônio, indicadas no quadro a seguir:

Quadro III

Classificação das paisagens culturais pela UNESCO

Paisagem Cultural	(i) Paisagens claramente definidas (*clearly defined landscape*)	
	(ii) Paisagem evoluída organicamente (*organically evolved landscape)*	Paisagem relíquia ou fóssil (*relict or fossil landscape*)
		Paisagem contínua, (*continuing landscape*)
	(iii) Paisagem cultural associativa (*associative cultural landscape*)	

As "paisagens claramente definidas"[24] são aquelas desenhadas e criadas intencionalmente, na qual se encaixam jardins e parques construídos por razões estéticas. Exemplos desse tipo de paisagem, já reconhecidos como patrimônio mundial são Sintra, em Portugal e a paisagem cultural de Lednice-Valtice na República Checa. Nesses sítios, para a concessão de título de patrimônio mundial, os principais valores identificados estão enraizados em seu planejamento, além de serem paisagens trabalhadas, que refletem respostas culturais ao ambiente natural (MITCHELL e BUGGEY, 2000).

A segunda categoria de "paisagem evoluída organicamente" resulta de um imperativo inicial social, econômico, administrativo e/ou religioso e desenvolveu sua forma atual através da associação com o seu meio natural e em resposta ao mesmo. Esse tipo de paisagem pode ainda ser subdividida em duas subcategorias: a paisagem relíquia ou fóssil, aquela cujo processo de construção terminou

24 Na tradução dos termos, optou-se por adotar uma tradução literal, mais próxima dos termos usados no texto, acompanhada do termo original em inglês. No entanto, algumas publicações em português de Portugal traduzem essas categorias de maneiras distintas. *Organically evolved landscape* é traduzido como "paisagem essencialmente evolutiva". Da mesma forma, *continuing landscape* é traduzido como "paisagem viva".



Paisagem Cultural de Sintra, Portugal - Patrimônio Mundial pela UNESCO
Rafael Winter Ribeiro, 2003

em algum tempo passado, mas cujos aspectos ainda são visíveis como vestígios materiais; e a paisagem contínua (*continuing landscape*), como aquela que retém um ativo papel na sociedade contemporânea, profundamente associada com formas de vida tradicionais, e na qual processos evolutivos ainda estão em progressão, ao mesmo tempo em que exibe significativa evidência material de sua evolução através do tempo. Exemplos de paisagem cultural organicamente evoluída são os terraços de arroz das Cordilheiras Filipinas ou a paisagem cultural de Hallstatt-Danchstein Salzkamergut na Áustria.

A terceira categoria é a da paisagem cultural associativa (*associative cultural landscape)*. Trata-se das paisagens que têm seu valor dado em função das associações que são feitas acerca delas, mesmo que não haja manifestações materiais da intervenção humana. Sua inclusão na lista do patrimônio mundial é justificada em virtude de poderosas associações religiosas, artísticas ou culturais com o elemento natural, sem a evidência material da cultura, que pode ser insignificante, ou mesmo ausente.

Em função dessa discussão, durante a 16ª Sessão do Comitê, em 1992, foi adotada a categoria de paisagem cultural e os critérios para definição das características culturais foram revistos, para permitir a inclusão na lista do patrimônio mundial de bens que reflitam a combinação dos trabalhos da natureza e do homem, de excepcional valor universal, assim como referido no artigo 1 da Convenção.

Na mesma sessão que incluiu a categoria de paisagem cultural, foi decidida a remoção das referências à "interação entre o homem e seu ambiente natural" e "combinações excepcionais de elementos naturais e culturais", que existiam nos critérios para definição das características naturais (ii) e (iii) respectivamente. Desse modo, desde então, os critérios naturais ou culturais usados para a inscrição do bem como patrimônio mundial não se referem especificamente às interações entre o homem e seu ambiente, cabendo esse papel à categoria de paisagem cultural.

Nota-se ainda que, além das alterações realizadas nos critérios, não foram criados critérios especiais para as paisagens culturais. Elas são tomadas inicialmente como bens culturais e, como os demais, as paisagens culturais, para serem inscritas na lista do patrimônio mundial, precisam atender a pelo menos um dos critérios estabelecidos para essa valoração. Além disso, todos os bens culturais devem também obedecer ao critério de autenticidade e as paisagens culturais devem possuir caráter e componentes distintivos.

Um novo encontro de especialistas foi organizado em outubro de 1993, em Templin, na Alemanha, para exame das revisões realizadas nos critérios e nos parágrafos ligados à paisagem cultural do Guia Operacional para a inscrição dos bens, que confirmou as mudanças que haviam sido feitas. Foi também preparado o *Plano de ação para o futuro* para guiar os países signatários na identificação, avaliação, indicação e gerenciamento de paisagens culturais para a inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. O plano de ação recomendava que encontros de especialistas fossem realizados com estudos comparativos e estruturações temáticas para a avaliação de paisagens culturais, visando dar assistência ao Comitê em suas decisões.

Com o reconhecimento de que havia grandes disparidades entre os tipos de bens incluídos na lista e a sua representatividade regional, em junho de 1994, o Centro do Patrimônio Mundial, em conjunto com o ICOMOS, organizou um encontro de especialistas para analisar o aspecto da representatividade da Lista de Patrimônio Mundial, sua definição e implementação, em Cartagena. Foi então proposta uma Estratégia Global para uma Lista do Patrimônio Mundial Representativa e Credível (*Global Strategy for a Representative and Credible World Heritage List*). O documento foi adotado pelo Comitê durante sua 18ª Sessão, em dezembro de 1994. Trata-se de um documento de desenvolvimento conceitual e de uma metodologia programática e operacional.

Posteriormente, o *workshop* em paisagens culturais associativas, ocorrido em 1995, na região da Ásia-Pacífico, estabeleceu que elas podem ser grandes ou pequenas, contíguas ou não contíguas e se apresentar em forma de áreas, itinerários, estradas, ou outras paisagens lineares; podem ainda ser entidades físicas ou imagens mentais imersas na espiritualidade das pessoas, em sua tradição cultural e prática. A paisagem cultural associativa inclui, dentre seus atributos, o aspecto imaterial ou intangível, como aspectos acústicos, olfativos etc. O parque nacional Tongariro, na Nova Zelândia, e o Parque Nacional Uluru-Kata Tjuta, na Austrália, são sítios do patrimônio mundial designados por suas qualidades naturais e culturais. Eles são o *habitat* de populações indígenas que vivem nessas terras por séculos e têm poderosas associações espirituais com esses locais, mais comumente expressas através da tradição oral passada entre as gerações[25].

25 A relação completa das paisagens culturais inscritas na Lista do Patrimônio Mundial pode ser encontrada no Anexo II. Para informações mais detalhadas sobre cada um dos bens, ver em: http://whc.unesco.org/en/culturallandscape/

A razão para a inclusão de uma paisagem cultural na lista do patrimônio mundial e os critérios para atribuição de valor são relativos à sua funcionalidade e inteligibilidade. Em qualquer caso, a parte selecionada precisa ser substancialmente adequada para representar a totalidade da paisagem cultural que ela ilustra. Ainda segundo as resoluções desse encontro, a possibilidade de selecionar longas áreas lineares que representem redes de comunicação e transporte culturalmente significantes não deveria ser excluída.

Outros encontros de especialistas foram ainda realizados nos primeiros dez anos de entrada em vigor das normas para inscrições das paisagens culturais,



Paisagem Cultural da Jurisdição de Saint Emilion, França - Patrimônio Mundial pela UNESCO
Rafael Winter Ribeiro, 2003

Quadro IV

Encontros regionais sobre paisagem cultural

Evento	Local	Data
Expert Meeting on Heritage, Canals Chaffeys Lock	Ontário, Canadá	15-19 de setembro de 1994
Expert Meeting on Routes as Part of our Cultural Heritage	Madri, Espanha	24-25 de novembro de 1994
Regional Thematic Study Meeting on Asian Rice Culture and its Terraced Landscapes	Manila, Filipinas	28/03 a 04/04 de 1995
The Asia-Pacific Workshop on Associative Cultural Landscape, Sydney	Jorolan Caves, Nova Gales do Sul, Austrália	27-29 de abril de 1995
Expert Meeting on European Cultural Landscapes of Outstanding Universal Value	Viena, Áustria	21 de abril de 1996
Regional Thematic Meeting on Cultural Landscapes in the Andes,	Arequipa/Chivay, Peru	17-22 de maio de 1998
Expert Meeting on African Cultural Landscapes	Tiwi, Quênia	9 a 14 de março de 1999
Regional Thematic Meeting on Cultural Landscapes in Eastern Europe	Bialystok, Polônia	29/09 a 3/10 de 1999

Evento	Local	Data
Regional Meeting on Cultural Landscapes in Central America	San Jose de Costa Rica	27-29 de setembro de 2000
Regional Expert Meeting on Desert Landscapes in Oasis Systems in the Arab Region	Kharga Oasis, Egito	23-26 de setembro de 2001
Regional Expert Meeting on Plantation Systems in the Caribbean	Paramaribo, Suriname	17-19 de julho de 2001
Thematic Expert Meeting on Asia- Pacific Sacred Mountains	Wakayama, Japão	5-10 de setembro de 2001

O trabalho de Peter Fowler, preparado para as comemorações, na Itália, do 30º aniversário da Convenção do Patrimônio Mundial, em 2002, faz uma revisão dos primeiros dez anos de trabalho com relação à paisagem cultural do Comitê. Ele mostra que desde 1992 o conceito de paisagem cultural tornou-se cada vez mais relevante para aspirações à classificação de bens como patrimônio mundial, podendo ser uma via para o reconhecimento de estruturas ligadas a sociedades tradicionais, historicamente marginalizadas na atribuição de valor como patrimônio mundial.

O conceito de paisagem cultural do Comitê de Patrimônio Mundial ressalta a relação entre a cultura e o meio natural, entre as pessoas e seu ambiente. Essa concepção abarca também idéias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar (Fowler, 2003). Nesse mesmo estudo, o autor analisa os trinta sítios inscritos como paisagem cultural no patrimônio mundial, entre 1992 e 2002. Entre eles, 65% estão na Europa e 35% no resto do mundo, tendendo a refletir as mesmas concentrações de bens verificadas nas outras categorias do patrimônio mundial. Dez entre os trinta sítios já eram reconhecidos anteriormente como parques nacionais, assim uma grande proporção das paisagens

culturais reconhecidas têm importantes valores naturais. De uma maneira geral, as paisagens culturais inscritas são caracterizadas, do ponto de vista geográfico, topográfico e funcional como montanhas, águas, áreas agrícolas e assentamentos habitados, incluindo cidades; ou, do ponto de vista intelectual, por seu significado histórico e/ou cultural, continuidade e tradição, religiosidade e estética. Dentre as propostas do autor, ao final do estudo, está a de que devem ser consideradas como paisagem cultural não apenas as paisagens rurais, como tem sido a ênfase, mas também devem ser identificados todos os tipos de paisagem, como por exemplo, paisagens urbanas, industrial, costeira e submarina.

Também com o objetivo de comemorar os 30 anos da Convenção para a proteção do patrimônio cultural e natural mundial, a UNESCO organizou com o suporte do governo da Itália um congresso internacional para discutir os avanços e transformações do trabalho em relação ao patrimônio mundial, contando com a participação de cerca de seiscentas pessoas. Dias antes, especialistas se encontraram em nove *workshops,* em diferentes cidades italianas, para discutirem sobre os temas mais importantes do congresso. Um destes, realizado em Ferrara, teve como objetivo discutir a categoria paisagem cultural (UNESCO; University of Ferrara, 2003)[26].

Em 2005 foi implementada uma revisão nas Orientações para Guiar a Implementação da Convenção do Patrimônio Cultural. Continuando na tentativa de se libertar da dicotomia entre cultural e natural, os seis critérios culturais e quatro critérios naturais para a inclusão dos bens na lista foram transformados em dez critérios únicos[27]. É como resultado dessa estratégia integradora e de ruptura com os antigos parâmetros que a categoria de paisagem cultural ganha força no contexto internacional. Desse modo, a idéia de paisagem cultural da UNESCO valoriza uma abordagem do conceito que identifica na paisagem a inscrição das relações do homem com a natureza e estabelece como objeto para reconhecimento e proteção aquelas paisagens culturais detentoras de valores excepcionais.

A estratégia adotada pela UNESCO para valorização da categoria de paisagem tem se revelado uma instigante vertente para se pensar o tema, mas que não é

26 A publicação pode ser encontrada em: http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_07_en.pdf.

27 Apesar dessa transformação, alguns documentos publicados posteriormente pelo Comitê ainda continuaram fazendo essa divisão entre os critérios cultural e natural.

necessariamente a única. Outras experiências atribuem valor à paisagem através de outros critérios. Adiante será explorada uma outra perspectiva diferenciada daquela da UNESCO, muito mais abrangente e que muitas vezes aparece para complementá-la: a Convenção Européia da Paisagem.

A Convenção Européia da Paisagem

> *a) Paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação dos fatores naturais e ou humanos;*
> *b) Política da paisagem designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas, tendo em vista a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem.*
> (Convenção Européia da Paisagem, 2000)

A Convenção Européia da Paisagem, cuja discussão teve início em 1994 (ver Anexo III), sendo aprovada em 2000, é oriunda de reflexões que lhe são anteriores. Quanto à legislação, a primeira referência legal à paisagem na Europa diz respeito a florestas e à introdução no ambiente rural de hidrelétricas (PRIEUR, 2003). Trata-se de uma lei criada na Dinamarca em 1805. Na França, em 1906, um texto sobre a distribuição de energia leva em conta a proteção da paisagem. Na Suíça, uma lei de 1916 sobre energia hidráulica obriga as fábricas a não danificarem, ou danificarem o menos possível a paisagem. Na Bélgica, há uma lei de 1911 sobre a conservação da beleza das paisagens. Na Espanha, a paisagem aparece pela primeira vez em uma lei de 1916 sobre parques nacionais (PRIEUR, 2003).

Com a entrada do meio ambiente como uma questão importante para as políticas públicas na década de 1970, o caráter da paisagem como um elemento ou um componente do ambiente passa a ser ressaltado. A paisagem é mais diretamente ligada à natureza como uma parte intrínseca da diversidade ambiental. Nessa perspectiva, a paisagem é uma visão cultural da natureza, e seus componentes são a flora, a fauna, as florestas e a biodiversidade.

O plano europeu para o patrimônio natural, adotado em 1995, em Sofia, pelos ministros do meio ambiente dos países europeus, e elaborado pelo Progra-

ma das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, em inglês) e pelo Conselho da Europa, é intitulado Estratégia Pan-européia da Diversidade Biológica e de Paisagens (*Pan-European Biological and Landscape Diversity Strategy*). Apesar de estar focado na biodiversidade das paisagens, este programa internacional baseado em aspectos naturais não pôde ignorar aspectos culturais. Por seu aspecto transversal, contudo, sempre foi muito difícil a existência de uma legislação mais específica e abrangente sobre a paisagem. Na verdade, as leis sobre paisagens estão relacionadas à legislação dita "proteção da natureza e das paisagens" (como na Alemanha, na Suíça, República Checa e na Eslováquia).

No mesmo ano de 1995, o Comitê de Ministros do Conselho da Europa adota a Recomendação R (95) 9, que versa *Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas*, na qual orienta a ação das políticas para conservação dos Estados-membros para áreas de paisagem cultural e para que estas sejam adaptadas a uma política mais geral sobre as paisagens. A Recomendação entende paisagem como

> [...] expressão formal dos numerosos relacionamentos existentes em determinado período entre o indivíduo ou uma sociedade e um território topograficamente definido, cuja aparência é resultado de ação ou cuidados especiais, de fatores naturais e humanos e de uma combinação de ambos. (IPHAN, 2004: 331).

Nesse sentido, todas as paisagens são consideradas segundo um triplo significado cultural. Em primeiro lugar, elas sãodefinidas e caracterizadas segundo a maneira pela qual determinado território é percebido. Em segundo lugar, a paisagem é um testemunho do passado do relacionamento entre os indivíduos e seu meio ambiente. Por último, a paisagem ajudaria a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições. Um aspecto fundamental dessa Recomendação é que ela diferencia paisagem e áreas de paisagem cultural, esta última entendida como um recorte especial da primeira:

> Áreas de paisagem cultural – partes específicas, topograficamente delimitadas da paisagem, formadas por várias combinações de agenciamentos naturais e humanos, que ilustram a evolução da sociedade humana, seu estabelecimento e seu caráter através do tempo e do espaço e quanto de valores reconhecidos têm adqui-

> rido social e culturalmente em diferentes níveis territoriais, graças à presença de remanescentes físicos que refletem o uso e as atividades desenvolvidas na terra no passado, experiências ou tradições particulares, ou representações em obras literárias ou artísticas, ou pelo fato de ali haverem ocorrido fatos históricos. (IPHAN, 2004: 332).

Nota-se com isso que a paisagem cultural é investida de um caráter especial em relação à paisagem, apontando para uma definição diferenciada daquela da geografia tradicional na qual paisagem cultural é toda e qualquer paisagem alterada pelo homem. Isso reflete uma concepção diferenciada do adjetivo cultural na paisagem. Se para a antiga definição da geografia o qualificativo "cultural" parece estar mais atrelado a uma idéia de cultura como trabalho do homem, no caso da Recomendação aqui analisada, esse qualificativo está mais atrelado à noção de bem cultural. Ela se diferenciaria daquelas de particular valor ecológico e natural, mas tal como estas últimas, também deveria merecer proteção legal[28]. Trata-se de um instrumento visando à identificação de paisagens e paisagens culturais com o objetivo principal de dar subsídios à gestão do território.

A Convenção Européia da Paisagem surge nesse contexto, sendo bastante distinta da Convenção da UNESCO em diferentes aspectos, formais e substanciais (DEJEANT-PONS, 2003), começando pela escala territorial de atuação: enquanto uma tem o objetivo regional, a outra é mundial. Além disso, uma diferença fundamental é que a convenção da Europa cobre todas as paisagens, até mesmo aquelas que não são de um valor excepcional único. Da mesma forma, seu objetivo principal não é desenhar uma lista de ativos de valor universal excepcional, mas o de introduzir regras de proteção, gerenciamento e planejamento para todas as paisagens baseadas num conjunto de regras, constituindo um elemento fundamental da gestão do território. A Convenção estabelece princípios legais que deveriam guiar a adoção de políticas nacionais e da União Européia para a paisagem e para o estabelecimento da cooperação internacional nesse campo. Desse modo, a Convenção se aplica a

28 "Assim como se justifica atribuir proteção legal a locais de particular valor ecológico ou natural, as paisagens culturais, tal como definidas no artigo 1 desta recomendação, deveriam ser objeto de medidas específicas de preservação." (IPHAN, 2004: 339)

todo o território dos Estados membros e está relacionada às áreas naturais, urbanas e periurbanas, em terra, água ou mar. Ela não diz respeito apenas às paisagens memoráveis, mas também às paisagens ordinárias ou arruinadas. Independentemente de seu valor excepcional, todas as formas de paisagens são identificadas como cruciais para a qualidade do ambiente dos cidadãos e merecem ser consideradas nas políticas de paisagem. A Convenção Européia também não faz distinção entre o que seria natural e o que seria cultural, sem mesmo usar o termo paisagem cultural, mas unicamente "paisagem". A Convenção também incita a participação dos cidadãos nas decisões sobre as políticas das paisagens nas quais vivem. Ao assinar a Convenção, os Estados se comprometem a:

- reconhecer legalmente paisagens como um componente essencial do ambiente das pessoas, uma expressão da diversidade de seu patrimônio natural e cultural compartilhado, e a fundação de suas identidades;
- estabelecer e implementar políticas direcionadas para a proteção, gerenciamento e planejamento das paisagens;
- estabelecer procedimentos para a participação do público em geral, autoridades locais e regionais, e outras partes com interesses na definição e implementação de políticas de paisagem;
- integrar a paisagem nas políticas de planejamento regional e urbano, bem como nas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e econômica, além de qualquer outra política com possibilidade de impacto direto ou indireto sobre a paisagem (DEJEANT-PONS, 2003: 53).

O conceito de paisagem adotado pela Convenção é o de que ela designa uma parte do território, tal como percebido pelas populações, na qual seu caráter resulta da ação de fatores naturais e/ou humanos e de suas inter-relações. Ela afirma ainda que a paisagem é um patrimônio comum e um recurso partilhado.

A Convenção Européia da Paisagem foi assinada em Florença, na Itália, em 2000. Uma primeira conferência dos Estados contratantes e signatários da Convenção foi realizada em Estrasburgo em 22 e 23 de novembro de 2001, para impulsionar a assinatura e/ou ratificação da Convenção e para estudar a implementação efetiva da Convenção após a sua entrada em vigor. No ano seguinte, na mesma cidade, foram organizados cinco *workshops* para apresentação e discussão de exemplos concretos e experiências em diferentes temas,

além de uma segunda conferência, também realizada em 2002. Apesar de abordar as paisagens do território como um todo, a Convenção Européia faz uma categorização entre os tipos de paisagens, dividindo-as em três tipos: paisagens de considerável importância, paisagens ordinárias e paisagens degradadas. Assim, poderiam ser definidas quais as paisagens que necessitariam de proteção, pela sua importância atribuída em função de diferentes valores, e quais as paisagens que necessitariam de políticas de remodelação e transformação.

Alcançado o mínimo de dez Estados ratificantes, norma anteriormente estabelecida, a Convenção entrou em vigor em 1º de março de 2004. A situação da Convenção em relação aos Estados ratificantes em janeiro de 2006 pode ser encontrada no anexo IV.

Nesse sentindo, o objetivo geral da Convenção é o de encorajar os poderes públicos a colocar em ação, aos níveis local, regional, nacional e internacional, políticas e medidas destinadas a proteger e gerir as paisagens da Europa, a fim de conservar ou melhorar sua qualidade e de cuidar daquilo que as populações, as instituições e as coletividades territoriais reconhecem como valor e interesse e participam nas decisões públicas. Os ideais da Convenção Européia da Paisagem estão intimamente ligados aos de desenvolvimento sustentável. Sua intenção é a de garantir o usufruto das paisagens para as populações atuais e futuras, permitindo também, na medida do possível, o desenvolvimento dos meios de produção. A necessidade de uma convenção que regule a paisagem em toda a Europa, além das legislações nacionais, é justificada através da idéia de que as paisagens formam um conjunto e, além de apresentarem um interesse local, elas têm também um valor para o conjunto da população européia, sendo apreciadas muito além do território por elas recoberto e das fronteiras nacionais. Além disso, as paisagens estão submetidas a processos que podem ser deflagrados em outras zonas.

Tal definição leva em conta que as paisagens evoluem no tempo, sob o efeito das forças naturais e da ação dos seres humanos, sublinhando, igualmente, a idéia de que a paisagem forma um todo, no qual os elementos naturais e culturais são considerados simultaneamente.

As políticas de ação sobre a paisagem, no contexto da Convenção Européia, devem ser pensadas segundo as características de cada zona de paisagem e das intenções que se têm sobre essas zonas. Assim, algumas zonas podem merecer uma proteção bastante rigorosa. Por outro lado, podem existir zonas nas quais as paisagens, consideradas extremamente degradadas, demandariam inteira

remodelação. Desse modo, a Convenção trabalha com as idéias de proteção, gestão e gerenciamento. A Convenção reconhece que, na procura por um justo equilíbrio entre proteção, gestão e organização de uma paisagem, é necessário levar em conta o fato de que não se procura preservar ou "congelar" as paisagens em um estado dado na sua longa evolução. As paisagens sempre mudaram e continuarão a mudar, tanto sob o efeito dos processos naturais, como da ação humana. Na verdade, o objetivo é acompanhar as mudanças que ocorrerão, reconhecendo a grande diversidade e a qualidade das paisagens que serão herdadas, se esforçando em preservar, talvez enriquecer, essa diversidade e essa qualidade.

A discussão sobre paisagem como objeto de políticas públicas, na Europa, hoje já se transformou bastante, desde a antiga idéia simples de panorama ou vista, que caracterizou a política de alguns países até meados do século XX, ou mesmo da idéia de paisagem como ambiente ou natureza, que ainda hoje caracteriza a ótica ambientalista sobre o conceito (SCAZZOSI, 2003). A trajetória da construção da paisagem como uma questão para as políticas públicas variou bastante segundo o contexto nacional de diferentes países dentro da Europa. No final da década de 1950, em muitos países e especialmente naqueles da Europa do Norte, a proteção incluía quase que exclusivamente valores naturalistas e problemas ambientais e ecológicos. Ao mesmo tempo, em alguns outros, especialmente os do sul da Europa, ela expressava aspectos arquitetônicos e de formas dos lugares, enquanto em outros, os aspectos mais relevantes eram o recreativo e o produtivo/econômico.

A Convenção Européia da Paisagem aparece no contexto de Unificação da Europa, na tentativa de estabelecer políticas públicas comuns, mas também de que o conceito seja entendido de uma maneira mais unívoca. Além disso, as paisagens sempre desempenharam um papel importante na construção das identidades nacionais e, nesse sentido, trata-se também do esforço de construção de uma identidade européia através do reconhecimento e valorização de suas paisagens. Trata-se assim de construir a idéia de Europa através das representações de suas paisagens.

Uma questão essencial para as políticas de paisagem na Europa passa também pela sua identificação. A proteção, promoção e gestão das paisagens coloca como questão essencial a sua individualização, tornando os critérios utilizados para a separação das paisagens em unidades distintas uma questão essencial para a definição das políticas em relação a elas. Na Europa, não há nenhum

método único de identificação, estudo e descrição das paisagens, nem mesmo um sistema de acesso aos componentes da paisagem que seja capaz de encontrar um consenso geral. Hoje, nos processos e experimentações levados a cabo em diferentes países, é possível observar a intensa preocupação com a análise dos métodos de leitura para a consideração dos aspectos histórico-culturais e formais das paisagens na sua interação com os aspectos naturais, seus problemas ecológicos e ambientais. Além disso, o estudo e a comparação entre leitura da paisagem e métodos de estudo, em diferentes países, demonstram a profunda relação entre métodos de conhecimento dos lugares e os objetivos e ferramentas de políticas de proteção e gerenciamento (Scazzosi, 2003).

Scazzosi (2003) assinala ainda alguns pontos que deveriam ser mais profundamente analisados e experimentados no caso europeu:

> **1.** O crescente interesse por paisagens como um arquivo da história natural e humana e de lugares vivos, consideradas como uma garantia para a conservação da identidade das pessoas, impõe a consciência de que devemos ultrapassar os métodos de leitura visual – ainda prevalecente – e integrá-las com estudos históricos. Todavia, este último normalmente limita a leitura das paisagens de acordo com eras e varrendo variantes geográficas e culturais. Eles procuram por traços, mesmo os menores, deixados por eventos históricos. Além disso, algumas vezes usam o simples inventário detalhado de objetos históricos ainda no território, de acordo com tipos (igrejas, castelos, centros históricos etc.), os quais contemplam os últimos avanços no conceito de patrimônio histórico, considerando tanto os "bens maiores", como os "menores" ou difusos, além de levar em conta o contexto, ainda que raramente.
>
> **2.** As paisagens herdadas não são uma mera soma de objetos, mas são feitas do que restou de numerosos sistemas espaciais e funcionais: elas não são um conjunto de pontos, linhas ou áreas (para formar um mero banco de dados), mas um sistema de relações visuais, espaciais, simbólicas e também funcionais e ambientais, além de outras, que mantêm juntos os pontos, linhas e áreas que precisam ser entendidas e gerenciadas como uma unidade. Hoje são poucos os estudos que promovem esse tipo de leitura. Esse

método supõe uma profunda análise do tema da *unidade da paisagem*, superando a concepção que define a paisagem como um quebra-cabeça de áreas homogêneas: essas unidades podem aparecer algumas vezes como áreas, outras como redes entre elementos não contínuos (como, por exemplo, sistemas de objetos religiosos maiores e menores), ou mesmo um elemento linear (ruas históricas, por exemplo).

3. Existem estudos, ainda que raros e não sistemáticos, sobre os significados simbólicos que os sítios podem ter para a cultura das populações, como lugares da memória, mesmo se lhes faltam as marcas da ação humana. Similarmente, existem poucas metodologias para o entendimento, em cada sítio, das "lentes culturais" que foram historicamente desenvolvidas, mesmo que inconscientemente, para a leitura da paisagem e seus valores.

4. As paisagens herdadas são complexos objetos feitos pelo homem, em particular as rurais, resultantes de um trabalho difuso e contínuo de construção e manutenção, levado a cabo pelas coletividades. Existe uma crescente demanda para trabalhos de *survey* difusos e sistemáticos, sobre desenho, materiais, técnicas de construção etc., de acordo com elementos, como terraços e canalizações que comumente estruturam paisagens inteiras.

Algumas abordagens revelam, mais do que uma atenção com a relação entre homem e natureza, uma preocupação com a valorização da paisagem como documento histórico, para sua preservação como o *locus* no qual se encontram elementos de diferentes tempos e onde a história pode ser lida. Nesse sentido a paisagem tem seu valor principal dado como representação da materialização da memória. Para SCAZZOSI (2003), a tomada de consciência na escala internacional de que a paisagem, em sua totalidade, é um bem cultural que deve ser preservado é bastante recente. Ela foi conseqüência do processo de valorização da atenção dada à história e à proteção das obras humanas históricas, que se desenvolveu desde o final do século XIX e ao longo do século XX. Progressivamente novos tipos de objeto foram valorizados como patrimônio. As novas legislações européias, como a italiana, consideram

a paisagem como um documento e não mais unicamente como uma beleza natural. Na perspectiva européia, a partir de sua qualidade de documento, o território inteiro deve ser considerado como um grande arquivo de história do homem, bem como da natureza. Igualmente, o território é um palimpsesto, isto é, um documento em perpétua transformação, onde encontramos alguns traços, mas não todos, que as diferentes épocas deixaram e que se misturam aos traços que o presente deixa à sua volta e que o modifica continuamente, de maneira contrária a uma simples estratificação. Analisando a experiência italiana, Scazzosi afirma que há algumas décadas a Itália tem se engajado através do governo central com o Instituto Central para o Catálogo e a Documentação, ou através dos governos locais (regiões, províncias, municípios), num trabalho de recenseamento de seu patrimônio histórico. Nesse sentido, os bancos de dados já difundidos no passado foram largamente utilizados na gestão urbana e, em menor medida, na gestão do território, para completar uma leitura sumária dos eventos históricos dos lugares, segundo as épocas e as grandes constantes geográficas e culturais. Esse tipo de dado constitui hoje uma base importante para o conhecimento da história da paisagem e para seu gerenciamento. No entanto, a leitura em questão, é uma leitura por pontos, linhas, áreas, numa espécie de soma dos objetos, que não chega a levar em conta a complexidade das relações funcionais, formais, simbólicas, visuais, que ligam os elementos entre eles e criam sistemas estruturados. Ainda segundo a autora, faz pouco tempo que esses dados de modalidade de leitura homogêneos e detalhados, de permanências, sobre vastas extensões territoriais, são acompanhados, colocando-se em evidência, de forma sistemática, não apenas os edifícios, os canais, as estradas, as obras humanas menores etc., mas igualmente as estruturas funcionais, os usos do solo, as dimensões das propriedades, recorrendo à cartografia histórica. Sobre essa base é possível identificar, de maneira detalhada, os sistemas funcionais históricos que estruturaram cada território, ler as permanências que ali se encontram e enquadrar as transformações para que as utilizações e as inovações contemporâneas não alterem nem destruam a sua visibilidade, mas, ao contrário, coloquem no centro do processo de inovação os conceitos de compatibilidade e de respeito àquilo que é preexistente. Assim, o problema da leitura da história dos lugares reside, de um lado, na necessidade de reservar uma atenção pontual, diligente, minuciosa à existência e permanência física de traços do passado. Essa atenção é fundamental para toda empresa de trans-

formação física, desejosa de se reconstruir sobre o respeito da história. Por outro lado, é conveniente evitar que esse tipo de leitura seja exclusivo e redutor. Não devemos esquecer o processo vivo e perpétuo que está na base de elaboração de paisagens, porque ele condiciona fortemente as atuais escolhas econômicas, produtivas, culturais e sociais.

Hoje, uma característica comum a várias convenções internacionais é o fato de que elas impõem mecanismos de inventário, implicando levantamentos com atualizações e uma metodologia especial (PRIEUR, 2003: 154). Mesmo a forma mais simples de indexação de dados pertencente ao Patrimônio Arquitetônico do Conselho da Europa (Recomendação No. R(95)3) propõe um método. Ele indica a informação necessária para indexar, organizar e classificar os dados para serem incluídos em um inventário. É aqui que a informação adicional sobre o sítio e a paisagem vai utilmente completar o inventário. No entanto, isso necessita de uma equipe multidisciplinar, com especialistas em paisagem, o que ainda hoje é muito raro, mesmo na Europa. Evidentemente, ainda segundo Prieur, os inventários e a sua organização são condicionados pela política que deve ser seguida. Os métodos e procedimentos não serão os mesmos se apenas as paisagens excepcionais e memoráveis forem o alvo, ou se o alvo forem as paisagens culturais tradicionais e ordinárias. No caso da Convenção Européia, o artigo 6 C conclama todos os Estados a identificar todas as paisagens. Esse importante trabalho de inventário das paisagens provê discernimento acerca do caráter específico de diferentes áreas, cada uma delas tendo sua própria combinação de elementos naturais e culturais. Além do trabalho de especialistas que se apóiam também no uso de sistemas de informações geográficas e outras tecnologias, a Convenção estabelece que o trabalho deve ter especial ligação com as populações locais, que devem ser ouvidas. O inventário é completado por um trabalho delicado de qualificação, que não deve ser confundido com qualquer tipo de classificação. Assim, a determinação coletiva do que a Convenção chama de "qualidades objetivas da paisagem" permitirá que os tomadores de decisão adotem medidas concretas para a proteção, gerenciamento ou desenvolvimento com o maior número possível de informação em mãos.

Se por um lado a concepção da UNESCO de paisagem cultural como patrimônio mundial valoriza os representantes de tipos com interesse mundial, não sendo exaustiva, colocando claramente a questão de identificação dessas paisagens mundiais, a abrangência da Convenção Européia sobre todas as paisagens

não deixa de lado a questão do conhecimento, identificação e classificação das paisagens. Na verdade, ela coloca a necessidade de um trabalho muito maior. A proteção, a preservação e o gerenciamento de todas as paisagens necessitam de um sistema de conhecimento, identificação e classificação das diferentes paisagens de todo o continente.

Nesse sentido, alguns países já contam com um atlas das paisagens que cobrem todo o território nacional, como é o caso da Inglaterra e da Espanha. Partindo do pressuposto de que para a criação do Atlas das paisagens da Espanha é necessário criar tipologias de paisagem para classificação, Josefina Gómez-Mendoza e Concepción Sanz-Herraiz (2001) tomam a paisagem como uma organizações não apenas geoecológica, mas também geoistóricas. As autoras partem do princípio de que a cobertura paisagística total do território exige definir tipos, caso se queira entender algo e avançar no critério de representatividade e de valoração inerente à proteção. Desse modo, a tipologia das paisagens tem como objetivo agrupar em uma mesma configuração paisagística o conjunto de representações territoriais cujas características definidoras se identificam ou se assemelham. Uma paisagem tipo constitui, então, uma abstração das singularidades que existem em todas as paisagens, para melhor captar o que as aproxima de outras, a essência de suas características morfológicas, estruturais e funcionais. Trata-se, no entanto, de fazer escolhas sobre quais características devem ser levadas em conta para o estabelecimento dessas tipologias. No caso do Atlas da Espanha, as autoras não levaram em conta aspectos subjetivos ou identitários, mas sim aquilo que chamam de paisagens reais, morfologias paisagísticas que constroem o marco de vida das atuais populações que as habitam. Nota-se, nesse caso, a aplicação de alguns dos preceitos desenvolvidos por Carl Sauer, ainda na primeira metade do século XX, para a gestão e manejo das paisagens na Europa, evidenciando como essa abordagem ainda permanece viva.

Da mesma forma, com base na experiência de outros países europeus, Portugal executou um levantamento e identificação das suas paisagens. O estudo realizado sob encomenda da Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, ligada ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território português e desenvolvido pela Universidade de Évora, chegou à identificação de 128 unidades de paisagem na parte continental de Portugal, organizadas em 22 grupos de unidades, reunindo aquelas com características semelhantes, sobretudo do ponto de vista físico, mas le-

vando em conta também aspectos da ocupação humana (PINTO-CORREIA, 2001). Com uma abordagem abrangente que incorpora diferentes dimensões da paisagem[29], o estudo toma a idéia de caráter da paisagem, utilizada pelos ingleses (*landscape character área*). O objetivo dessa metodologia é definir áreas com características relativamente homogêneas, não por serem exatamente iguais em toda a área, mas por possuírem um padrão específico que se repete e as diferencia das áreas envolventes. Os fatores tomados como determinantes para a definição do caráter de uma área não são sempre os mesmos, podendo ser, entre outros, as formas de relevo, a altitude, o uso do solo, a urbanização, combinações entre esses fatores, etc. Embora não citado diretamente, essa idéia de caráter das paisagens possui uma forte associação com a idéia de gênero de vida, desenvolvida por Paul Vidal de la Blache no início do século XX, e uma das principais matrizes teóricas da geografia regional francesa, como visto no capítulo anterior.

A mesma idéia de unidade de paisagem também foi utilizada no estudo norueguês e no finlandês para a definição das paisagens desses países. Na verdade, os estudos realizados pela *Countryside Commission*, posteriormente chamada de *Countryside Agency*, do Reino Unido, têm orientado ao menos parte de todos esses trabalhos. Essa agência produziu o *Landscape Character Assessment Guidance for England and Scotland* (SWANWICK, 2002)[30] como um manual visando sistematizar as técnicas necessárias à identificação daquilo que se chama de caráter das paisagens. O documento, reunindo uma série de informações presentes em documentos anteriores, apresenta uma visão holística da paisagem que pode abarcar desde pequenos espaços de um bairro, até grandes áreas rurais, tomando a paisagem muito além da sua relação com

29 "Com o objetivo da compreensão total da paisagem, o estudo aqui apresentado procura ser holístico e integrador das várias componentes: a ecológica, relativa à parte física e biológica dos ecossistemas; a cultural, onde tanto os fatores históricos como as questões de identidade e as qualidades narrativas da paisagem são considerados; a socioeconômica, referindo-se aos fatores sociais e às atividades econômicas, assim como às respectivas regulamentações condicionadoras da ação humana, que permanentemente constroem e transformam a paisagem; e finalmente a sensorial, ligada às impressões causadas pela paisagem. A paisagem é considerada neste estudo como um sistema dinâmico, onde os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam entre si e evoluem em conjunto, determinando e sendo determinados pela estrutura global, o que resulta numa configuração particular de relevo, cobertura vegetal, uso do solo e povoamento, que lhe confere certa coerência e à qual corresponde um determinado caráter." (PINTO-CORREIA, 2001: 199).

30 Disponível em http://www.countryside.gov.uk/lar/landscape/cc/landscape/publication/

o campo visual[31]. Trata-se de um manual, voltado para um público vasto de gestores, elaboradores de políticas públicas, entre outros, direcionado para a gestão do território a partir da categoria de paisagem. De maneira didática, o manual estabelece e descreve cada um dos passos necessários para o estabelecimento de uma tipologia de paisagens baseada na idéia de caráter da paisagem. Embora defina critérios objetivos, o manual reconhece que o caráter subjetivo para a definição dessas paisagens é fundamental e, portanto, deve ser incorporado.

A Convenção Européia da Paisagem tem atuado no sentido de incentivar e promover as iniciativas dos países signatários de estabelecimento de tipologias de paisagens sem, no entanto, definir um critério único para tal. Embora o modelo inglês esteja sendo usado como referência para muitos dos países, este é adaptado segundo as especificidades locais.

Somando experiências

Assim, o que vimos até aqui é que as concepções de paisagem permanecem flutuantes em qualquer das experiências analisadas. Mesmo no contexto da UNESCO, que tem tentado conferir uma única visão sobre o termo, ele ainda permanece sem precisão. Nos *workshops* realizados para a discussão do assunto, existem diferentes visões sobre o conceito de paisagem. Apesar de muitos autores criticarem a concepção de paisagem associada ao ambiente rural, por exemplo, ainda há aqueles que defendem essa visão, como é possível identificar na seguinte afirmação: "A paisagem hoje continua a conter valores que foram perdidos na cidade. Nela existem os remanescentes de recursos ambientais que não são mais encontrados na cidade." (BESIO, 2003: 60)

Como foi visto, o conceito de paisagem e sua aplicação enredam diferentes problemas ainda difíceis de serem solucionados. Na Alemanha, segundo WEINMANN (2003), o termo é reconhecido, até mesmo por especialistas, como ambíguo e, muitas vezes, vago. A população local não necessariamente reco-

31 "People's perceptions turn land into the concept of landscape. This is not just about visual perception, or how we see the land, but also how we hear, smell and fell our surroundings, and the feeling, memories or associations that they evoke. Landscape character, which is the pattern that arises from particular combinations of the different components, can provide a sense of place to our surroundings."

nhece a paisagem como identidade ou se sente como se estivesse vivendo numa área claramente definida. Comumente não há consciência do significado especial de uma área. Todos esses são problemas que devem ainda ser encarados para uma utilização cada vez mais eficiente e operacional da categoria de paisagem cultural no processo de atribuição de valor e preservação do patrimônio cultural.

A experiência européia, privilegiada neste estudo, não sintetiza todos os enfoques dados a essa temática. Nos Estados Unidos, o Comitê norte-americano da *International Council on Monuments and Sites* (US/ICOMOS) inaugurou essa discussão em escala nacional no seu sétimo simpósio anual entre 25 e 27 de março de 2004, em Natchitoches, na Louisiana, intitulado "Aprendendo com o patrimônio mundial: lições da administração e preservação internacional de paisagens culturais e ecológicas de significância global" (*Learning from World Heritage: Lessons from International Preservation & Stewardship of Cultural & Ecological Landscapes of Global Signicance*). O simpósio esteve focado nas experiências de preservação e conservação de paisagens culturais, áreas protegidas, áreas patrimônio, reservas da biosfera, e recursos mistos de significância global e nacional. O simpósio pretendia com isso explorar as transformações na preservação de paisagens de significância cultural e ecológica, através da experiência do Patrimônio Mundial (O'Donnell, 2004). Pela primeira vez, reuniram especialistas em preservação da cultura e da natureza numa mesma reunião, somando 123 profissionais de doze países. A declaração final do evento reflete também essa convergência de preocupações com a inseparabilidade entre o natural e o cultural:

> Há uma convergência de valores naturais e culturais na paisagem, e um reconhecimento crescente de que a separação tradicional entre natureza e cultura é um obstáculo à proteção e não é mais sustentável. Uma maior proteção da paisagem como patrimônio é necessária nos níveis local, nacional e global, na intenção de transmitir para futuras gerações essas paisagens de valor de patrimônio universal. (O'Donnel, 2004: 45)

Pode-se afirmar, por fim, que as categorias de paisagem e de paisagem cultural têm, nos últimos anos, passado por um amplo processo de discussão e análise, sendo incorporadas em diferentes dimensões do planejamento, da

proteção do patrimônio cultural e da gestão do território, segundo diferentes contextos nacionais. Assim, após analisar algumas experiências internacionais de como a categoria de paisagem tem sido abordada nos últimos anos, como instrumento de gestão do território e de identificação e preservação do patrimônio cultural, cabe agora aprofundar a análise da experiência brasileira na área, analisando como o tema tem sido abordado pelo IPHAN, na direção de atribuição de valor às paisagens. Esse será o tema abordado no próximo capítulo.

III

Paisagem e Patrimônio Cultural no Brasil

Neste capítulo será analisada a forma como a atribuição de valor e a proteção de paisagens têm sido tratadas pelo Estado brasileiro a partir de valores culturais. O assunto é abordado através da experiência do IPHAN, instituição federal, criada em 1937, encarregada da identificação e proteção do patrimônio cultural nacional. Não se pretende com isso anular a importância de experiências de instituições estudais ou mesmo municipais que possam já ter tratado do assunto. No entanto, o privilégio é dado à esfera federal, por sua abrangência em todo o território nacional e, em grande medida, pelo fato de as ações do próprio IPHAN servirem como modelo para inúmeras outras instituições que atuam em escalas menores.

De uma maneira geral, pode-se dizer que as transformações da ação do IPHAN em relação às paisagens acompanham as transformações pelas quais a Instituição tem passado e que já foram analisadas, segundo diferentes ângulos e objetivos, por diferentes autores[32]. Nesse sentido, será feita uma análise do contexto em que determinados bens foram inscritos no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico a partir de seu valor como paisagem, procurando compreender como o IPHAN tratou a questão da paisagem como patrimônio cultural até o momento. Além das inscrições nesse livro, e apesar do foco da análise estar centrado nele, não é possível ignorar completamente os outros três Livros do Tombo, na medida em que uma série de bens definidos como conjuntos paisagísticos foram inscritos no Livro Histórico ou mesmo no Livro de Belas Artes. Assim, a decisão sobre em qual livro inscrever determinado bem pode ser reveladora das prioridades dos valores a ele atribuídos. Da mesma forma que a presença de um bem "paisagístico" no Livro Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico pode ser indicadora de uma série de informações, também o é a sua inscrição em outro livro. Nesse sentido, visando analisar o processo de atribuição de valor de patrimônio cultural à paisagem para sua inscrição nos Livros do Tombo, a principal fonte utilizada neste capítulo, mas não a única, são os processos de tombamento arquivados no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro.

A importância que tomou o tombamento na ação do IPHAN ao longo de décadas fez com que muitas vezes se confundisse tombamento com preservação

32 Ver entre outros: Sant'anna (1995 e 2004), Chuva, (1998), Motta (2000), Gonçalves (2002), Fonseca (2005).

(Castro, 1991), sendo o tombamento, muito além de um instrumento jurídico com implicações econômicas e sociais, utilizado como o rito, por excelência, de consagração do valor cultural de um bem (Fonseca, 2005: 180). Até 2006, existiam 119 bens inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Analisando os processos de tombamento e, sobretudo, os pareceres ali incluídos, produzidos por técnicos do IPHAN, pelos Conselheiros do Conselho Consultivo da Instituição que foram relatores dos casos, como também aqueles pareceres de caráter jurídico, pode-se compreender como se construiu a atribuição de valor para esses bens, buscando assim um melhor entendimento da forma como a Instituição lidou com as paisagens ao longo de sua história.

Embora revelador de uma série de informações, trata-se de um esforço que enfrenta inúmeras dificuldades. Em primeiro lugar, em um grande número de processos, sobretudo nos primeiros anos de ação da Instituição, não é explicitada uma atribuição de valor que explique as razões do tombamento. Em segundo lugar, nem sempre um bem que hoje pode ser entendido como paisagem cultural foi tratado como tal. Na maioria dos casos, o termo paisagem sequer é citado. Além do Livro no qual o bem pode ser inscrito, outra entrada possível no momento da pesquisa foi a denominação atribuída ao bem no momento do tombamento e a sua classificação. A todo bem tombado é atribuída uma denominação (como, por exemplo, Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Porto Seguro, Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro). Consultando-se a base de dados do Arquivo Central do IPHAN, por sua vez, encontra-se uma classificação do bem tombado (como, por exemplo, conjunto paisagístico, arquitetura religiosa, arquitetura civil) feita posteriormente, visando facilitar a consulta à documentação. Nesse sentido, para compreender o bem no contexto no qual foi inscrito é necessário partir do título que lhe foi dado no momento de inscrição. A classificação feita posteriormente, por outro lado, é reveladora de um outro olhar, com outras finalidades num outro momento, sobre aquele bem. Esta classificação *a posteriori* explica, por exemplo, o fato de Congonhas e do Serro terem como título "conjunto arquitetônico e urbanístico" e estarem classificados como conjunto arquitetônico e paisagístico, somado ao fato de que este último sequer está inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Portanto, para a identificação dos bens que foram tombados conforme uma certa percepção de paisagem, foram observados dois aspectos conjugados: o título a ele atribuído no momento do tombamento e o livro – ou livros – no qual foi inscrito.

Para encaminhar a discussão, na primeira parte deste capítulo é analisado o processo de institucionalização da proteção ao patrimônio no Brasil e de criação dos livros do tombo e seus objetivos. Na segunda parte, são analisadas as abordagens feitas pelo IPHAN em relação à paisagem, através da análise dos processos de tombamento, como foi descrito acima, grosso modo, entre a década de 1930 e 1960, que corresponde também ao período em que Rodrigo Melo Franco de Andrade esteve à frente da Instituição. Na terceira parte é analisada a crescente preocupação com os conjuntos, entre eles os paisagísticos, que tem início na década de 1960 e sobretudo na década de 1970. Em seguida o alvo é o crescimento da preocupação com o patrimônio natural, verificado desde os anos 1970, repercutindo na forma como a paisagem é abordada dentro do IPHAN. Por último, são analisadas algumas das experiências do Brasil junto à UNESCO na direção de atribuição de valor de patrimônio a partir de uma abordagem que valorize a paisagem.

A institucionalização do patrimônio no Brasil e a criação do Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico

> *O S.P.A.N. possuirá quatro livros de tombamento e quatro Museus [...]. Os livros de tombamento servirão para neles serem inscritos os nomes dos artistas, as coleções públicas e particulares, e individualmente as obras de arte que ficarão oficialmente pertencendo ao Patrimônio Artístico Nacional. Os museus servirão para neles estarem expostas as obras de arte colecionadas para cultura e enriquecimento do povo brasileiro pelo Governo Federal. Cada Museu terá exposta no seu saguão de entrada, bem visível, para estudo e incitamento do público, uma cópia do Livro de Tombamento das artes a que ele corresponde.* (ANDRADE, Mário, 1936)

Quando da organização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da criação do instrumento legal do tombamento, em 1937[33], foram criados quatro livros do tombo, nos quais os bens poderiam ser inscritos: o Livro do Tombo Histórico, o Livro do Tombo de Belas Artes, o Livro do Tombo das Artes Aplicadas e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A criação de um livro do tombo paisagístico revela que desde aquele momento havia o interesse em se considerar bens de natureza paisagística como patrimônio nacional. É neste último livro que as paisagens de interesse para o patrimônio deveriam ser inscritas. Mas naquele momento, o que caracterizava uma paisagem de interesse para tombamento? O fato de ser criado um livro do tombo paisagístico indica um interesse na preservação de determinadas paisagens, mas o que caracterizava esse interesse?

Uma breve análise de como se estruturou a institucionalização da proteção ao patrimônio cultural no Brasil pode nos oferecer algumas pistas. A criação dos Livros do Tombo está relacionada à organização do serviço de proteção, que teve início com o Anteprojeto de lei elaborado por Mário de Andrade sob encomenda do então ministro da Educação de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema. O Anteprojeto de lei por ele apresentado foi em seguida modificado, sobretudo por Rodrigo Melo Franco de Andrade, que viria a ser o presidente da Instituição criada, e finalmente implementado, através do decreto-lei 25 de 1937.

No anteprojeto de Mário de Andrade, elaborado em 1936, para a criação do serviço ao qual chamou Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPAN), havia uma preocupação exclusiva com os aspectos culturais, sendo deixadas de lado qualquer preocupação com as áreas naturais (ANDRADE, 1984). Conforme já esmiuçado por outros autores, o entendimento de Mário de Andrade sobre patrimônio estava relacionado à idéia de arte como fruto do

33 Criado em 1937 com a sigla SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – passou por diferentes denominações. Em 1946 passou a se chamar Dphan – Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, em 1970 se transforma no IPHAN, em 1979 volta a se denominar SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e divide atribuições com a FNpM – Fundação Nacional pró-Memória. Em 1990 ambas são extintas e é criado o IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. Finalmente, em 1994, o IBPC volta a se chamar IPHAN. Neste texto, a fim de evitar confusões, doravante a Instituição será sempre designada pelo seu nome atual, independente do período histórico que esteja sendo tratado, salvo quando a referência for necessária.

engenho humano[34]. Nesse sentido, no seu anteprojeto não havia qualquer menção a paisagens naturais como um bem de valor patrimonial.

O projeto de Mário de Andrade previa o estabelecimento de quatro Livros do Tombo, com abrangências muito semelhantes aos que de fato foram criados. No entanto, na posição na qual foi criado o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, era proposta a criação do Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico. Uma leitura apressada poderia levar a pensar que as paisagens não teriam sido mencionadas no projeto. No entanto, ao detalhar o objeto dos Livros, nota-se que não era esse o caso. A paisagem, uma vez que seja fruto do engenho humano, é também para Mário de Andrade um bem artístico, passível de valorização e de inscrição no Livro do Tombo.

Mário de Andrade define como obra de arte patrimonial, pertencente ao Patrimônio Artístico Nacional, "todas e exclusivamente as obras que estiverem inscritas, individual ou agrupadamente nos quatro livros de tombamento" (ANDRADE, 1980: 91). Para serem inscritas, essas obras de arte deveriam pertencer a pelo menos uma das oito categorias por ele estabelecidas: arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e, finalmente, artes aplicadas estrangeiras. Ao especificar cada uma dessas categorias, Mário de Andrade inclui a preocupação com as paisagens em algumas delas. Para arte arqueológica e arte ameríndia, especifica: "incluem-se nestas duas categorias todas as manifestações que de alguma forma interessem à Arqueologia em geral e particularmente à arqueologia e etnografia ameríndias" (ANDRADE, 1980, p. 92). Além de especificar como objetos, monumentos e folclore ameríndios podem ser incluídos nesse item, o projeto especifica também a forma como paisagens podem ser inclusas: "Paisagens: determinados lugares da natureza, cuja expansão florística, hidrográfica ou qualquer outra, foi determinada definitivamente pela indústria humana dos Brasis, como cidades lacustres, canais, aldeamentos, caminhos, grutas trabalhadas etc." (ANDRADE, 1980: 92).

34 A definição de Mário de Andrade para o Patrimônio Artístico Nacional foi a seguinte: "Entende-se por Patrimônio Artístico Nacional todas as obras de arte ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencentes aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil." (ANDRADE, 1980: 90). Cecília Londres Fonseca (2005: 99) aponta mesmo para a noção de arte como o conceito unificador da idéia de patrimônio no anteprojeto de Mário.

Da mesma forma, como arte popular, para ele, "incluem-se nesta terceira categoria todas as manifestações de arte pura ou aplicada, tanto nacional ou estrangeira, que de alguma forma interessem à Etnografia, com exclusão da ameríndia" (ANDRADE, 1980: 92). Além de objetos, monumentos e folclore, especifica como podem ser incluídas as paisagens: "Paisagens: determinados lugares agenciados de forma definitiva pela indústria popular, como vilejos [sic] lacustres vivos da Amazônia, tal morro do Rio de Janeiro, tal agrupamento de mocambos no Recife etc." (ANDRADE, 1980: 92). Essas três categorias deveriam ser inscritas no Livro do Tombo Arqueológico e Etnográfico.

Já foi bastante comentado que Mário de Andrade, além da arte erudita, dá ênfase à arte popular. Cecília Londres FONSECA (2005: 101) apontou como as disciplinas da arqueologia e etnografia legitimaram a inscrição nos livros do tombo da arte popular, daí a instituição de um livro específico para elas. É a partir desse ângulo que a paisagem, fruto de um trabalho coletivo ao longo do tempo, é entendida por Mário de Andrade como um bem de valor patrimonial que deve ser preservado. Nesse sentido, foi em grande parte seu interesse pelo popular que o levou a considerar também o valor das paisagens. Mário associava a paisagem à etnografia e, quando dizia etnografia, pensava também nas manifestações populares, na arte popular. Era em função disso que entendia a paisagem também como um constructo da arte popular, a partir de uma concepção ampla de paisagem. Através do tombamento de paisagens, os bens materiais impressos no espaço pelo trabalho coletivo, desassociados daquilo que considera como arte erudita, poderiam ser reconhecidos como patrimônio e preservadas. É sintomático o fato de Mário usar, como exemplos para esse caso, mocambos do Recife e vilarejos da Amazônia.

O Decreto-lei 25, de 1937, que de fato organiza o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e ainda hoje vigente, apesar de inspirado no anteprojeto de Mário de Andrade, sofreu algumas transformações em relação ao anteprojeto original encomendado ao poeta modernista. O artigo primeiro do decreto define o patrimônio histórico e artístico nacional:

> Art. 1º – Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (IPHAN, 2006)

Ainda no mesmo artigo, no parágrafo segundo, além das paisagens agenciadas pelo homem, como previa Mário de Andrade, também foram incluídos os monumentos naturais:

> § 2º – Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana. (IPHAN, 2006)

O mesmo decreto-lei, no seu artigo 4º, estabelece quais bens devem ser inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: "as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º" (IPHAN, 2006). Desse modo, pode-se entender que a legislação prevê o tombamento das paisagens que tenham uma feição notável, dotadas pela natureza ou pela agência humana, permitindo assim o reconhecimento de paisagens naturais ou paisagens culturais. Em outras palavras, o valor de patrimônio dado a uma paisagem pode ser tanto por suas características naturais, quanto por suas características culturais. Uma paisagem, mesmo que não tenha sido transformada pelo homem, mas que lhe seja atribuído um valor, entendido como uma feição notável, pode ser identificada como um bem passível de tombamento. Nesse aspecto, o Decreto-lei foi bem mais abrangente que o Anteprojeto, ao incluir a possibilidade de se considerar a natureza também como um bem patrimonial. Apesar disso, a ação da Instituição nas suas primeira décadas pouco explorou essa possibilidade, agindo sobre a paisagem sobretudo a partir de concepções oriundas do paisagismo e com uma concepção da paisagem como panorama, ou ambiência de bens arquitetônicos de interesse patrimonial, como veremos adiante.

> *O que constitui o Brasil não é apenas seu território, cuja configuração no mapa do hemisfério sul do continente americano se fixou em nossa memória, desde a infância, nem esse território acrescido da população nacional, que o tem ocupado através dos tempos. Para que a nação brasileira seja identificada, terá de considerar-se a obra da civilização realizada neste país. Somente a extensão territorial, com seus acidentes e riquezas naturais, somada ao povo que a habita, não configuram de fato o Brasil, nem correspondem a sua realidade. Há que computar também, na área imensa povoada e despovoada, as realizações subsistentes dos que a ocuparam e legaram às gerações atuais: a produção material e espiritual duradoura ocorrida do norte ao sul e de leste a oeste do país, constituindo as edificações urbanas e rurais, a literatura, a música, assim como tudo mais que ficou em nossas paragens, com traços de caráter nacional, do desenvolvimento histórico do povo brasileiro.* (ANDRADE, 1964)

Após a criação do SPHAN, com o passar do tempo e, ao longo de décadas, com a conhecida dedicação da Instituição à preservação, sobretudo do patrimônio arquitetônico – o patrimônio de pedra e cal – foram poucos os tombamentos que visavam as áreas naturais ou aspectos que revelassem relações entre o natural e o cultural. Nos seus primeiros anos de ação, o foco da Instituição privilegiou o barroco mineiro, eleito como representante de uma arte e cultura autenticamente brasileiras, construídas a partir de um modelo europeu, mas reapropriado e reinventado pelos nacionais. Constituía assim, segundo essa concepção, o próprio espelho do país que, a partir de influências múltiplas, teria construído uma nacionalidade própria.

Outro fator que corrobora esse privilégio do bem arquitetônico em detrimento de outros é a predominância dos arquitetos na Instituição. Embora no texto legal de 1937 não houvesse uma definição a respeito do profissional que atuaria na identificação e proteção do patrimônio, a partir da implementação das práticas do Serviço, esse quadro foi sendo delineado favoravelmente aos arquitetos. O ingresso desses profissionais, concentrados na seção técnica e também nas representações regionais, fez com que no final da década de 1940 esse quadro já estivesse bastante definido, contribuindo para o direcionamento

das práticas e preocupações da Instituição em consonância com aqueles da arquitetura. Nesse sentido,

> [...] eles [os arquitetos] efetivamente tiveram peso significativo no processo de rotinização nas práticas de preservação cultural no Brasil, sempre sob a orientação e direção de Rodrigo M. F. de Andrade, construindo os meios e as técnicas para se proceder à **seleção** e à **classificação** de objetos a serem incluídos na categoria de *patrimônio histórico e artístico nacional* – os 'bens culturais' representativos da nação. (CHUVA, 1998: 227) (Grifos no original)

Nesse sentido, os arquitetos foram em grande parte responsáveis pelo direcionamento das políticas de patrimônio do IPHAN. Márcia CHUVA (1998) mostrou como 93,76% dos bens tombados, entre 1938 e 1946, configuravam bens arquitetônicos, demonstrando como o patrimônio histórico e artístico nacional constituiu-se pela arquitetura. Os dados levantados pela autora demonstram ainda que apenas seis eram paisagísticos (1,44% do total) e um era paisagístico científico (0,24%), de um total de 417 bens tombados no período[35].

FONSECA (2005, p. 110) também lembra que o perfil profissional do corpo técnico do SPHAN orientou o critério de seleção de bens. O critério baseado na representatividade histórica ficou em segundo plano, diante de critérios formais produzidos pelos arquitetos modernistas, que consideravam a existência de relações estruturais entre a arquitetura colonial e barroca.

Como apontado por CAMPOFIORITO (1985) e também assinalado por CHUVA (1998) e FONSECA (2005), na prática da Instituição houve uma hierarquização dos Livros do Tombo, embora esta não fosse reconhecida oficialmente. O Livro Histórico e o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico passaram a ser utilizados para inscrição daqueles bens que não atingiam as exigências que eram colocadas para o Livro das Belas Artes, seja por não possuírem maior interesse estético, seja por estarem adulterados e/ou parcialmente destruídos. Dentre os fatores responsáveis por esse padrão, FONSECA (2005) aponta o fato de a cons-

35 Os seis bens classificados como paisagísticos no período são: Morros do Distrito Federal, Jardins e Morro do Valongo, Praias de Paquetá, Quinta da Boa Vista, Passeio Público do Rio de Janeiro e o Jardim do Hospital de São João de Deus em Cachoeira-BA. O único bem classificado como paisagístico-científico é o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

tituição do patrimônio no Brasil ter sido feita a partir de uma perspectiva predominantemente estética. Além disso, na urgência de inscrever bens em perigo, o Livro das Belas Artes era aquele que possuía a afinidade eletiva dos agentes do SPHAN, oriundos em sua maioria das Escolas de Belas Artes.

É nesse contexto que podemos procurar entender a ação do SPHAN nos seus primeiros anos em relação às paisagens. Esse predomínio dos arquitetos, além de privilegiar durante décadas o bem arquitetônico em detrimento de outros, também levou a Instituição a trilhar um caminho em relação à paisagem. Em primeiro lugar, nota-se a pequena ação no tocante à paisagem natural, deixando esta em grande parte aos cuidados da legislação ambiental. Em segundo lugar, nota-se uma predominância da idéia de paisagem atrelada ao paisagismo e seu aspecto visual e planejado. Foi essa a abordagem mais corrente em relação à paisagem durante a maior parte do tempo ao longo da história do IPHAN.

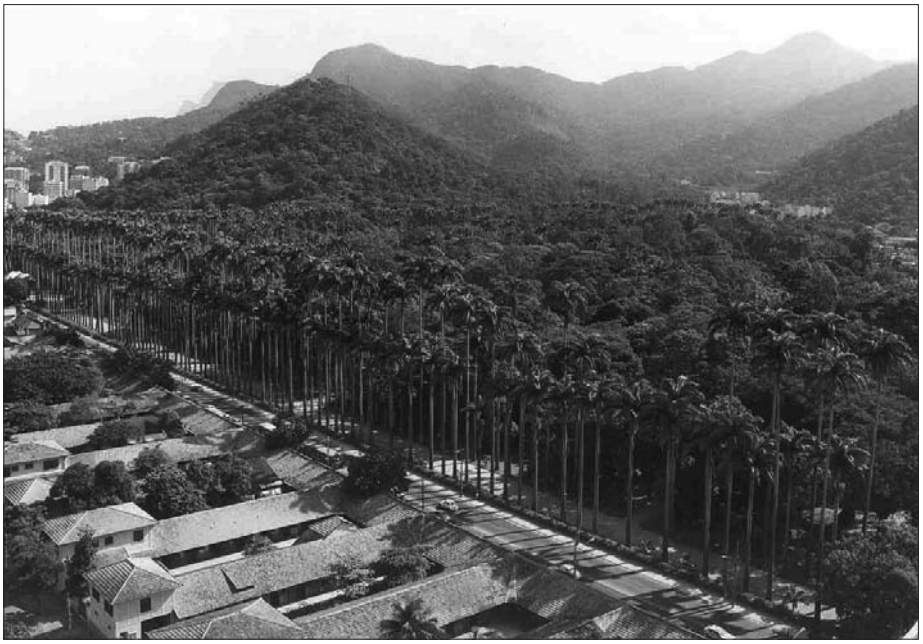
De um modo geral, entre as décadas de 1930 e 1960, pode-se notar um certo padrão nas inscrições no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, a partir do valor do bem como paisagem, excluídos os bens inscritos por seu valor arqueológico ou etnográfico. Tais padrões podem assim ser resumidos em:

- Tombamento de jardins e bens mais diretamente ligados ao paisagismo;
- Tombamento de conjuntos;
- Tombamento de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram;
- Tombamentos de áreas cujo panorama seja importante para populações que vivem nos arredores.

Um exemplo da ação em relação à paisagem nesse primeiro grupo foi o tombamento do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, segundo bem inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em 30 de maio de 1938[36]. Embora seu processo de tombamento, arquivado no Arquivo Central do IPHAN no Rio de Janeiro, pouco nos informe sobre o valor patrimonial

36 O primeiro bem inscrito nesse Livro foi o acervo do Museu da Magia Negra, da Polícia Civil do Rio de Janeiro.

atribuído ao bem[37], as características do Jardim Botânico são reveladoras do tipo de valor que estava sendo buscado. Criado por Dom João VI por decreto, em 13 de junho de 1808, quando ainda era Príncipe Regente e recém-chegado ao Brasil, localizado entre a Lagoa Rodrigo de Freitas e o Maciço da Carioca, o objetivo do então chamado Jardim de Aclimatação era o de aclimatar especiarias vindas das Índias. O Jardim Botânico tornou-se um espaço de rara beleza cênica, além de ter se constituído numa instituição que realiza estudos relativos à botânica e de fundamental valor para o paisagismo. Embora lhe possa também ser atribuído valor histórico, sua inscrição foi efetivada apenas no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Trata-se também, como o próprio nome já anuncia, de um jardim, no qual a disposição do espaço, em associação com as plantas, foi planejada pelo homem.



Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Pedro Lobo, 1984
Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

37 A ausência de pareceres atribuindo valor como justificativa para o tombamento é uma característica das primeiras décadas de ação do IPHAN. Somente a partir das décadas de 1950/60 é que estudos e pareceres detalhados sobre os bens passaram a ser encaminhados para o Conselho Consultivo para que este decidisse sobre o tombamento ou não do bem.

Na mesma época, também foi tombado o jardim do hospital São João de Deus, em Cachoeira, Bahia. Trata-se de um pequeno jardim em estilo francês. O hospital foi criado em 1729, mas foi em 1912 que o quintal da igreja foi transformado em jardim, apresentando canteiros de desenho geométrico e gradil com colunas coroadas. No seu centro, há uma fonte de mármore com três golfinhos.

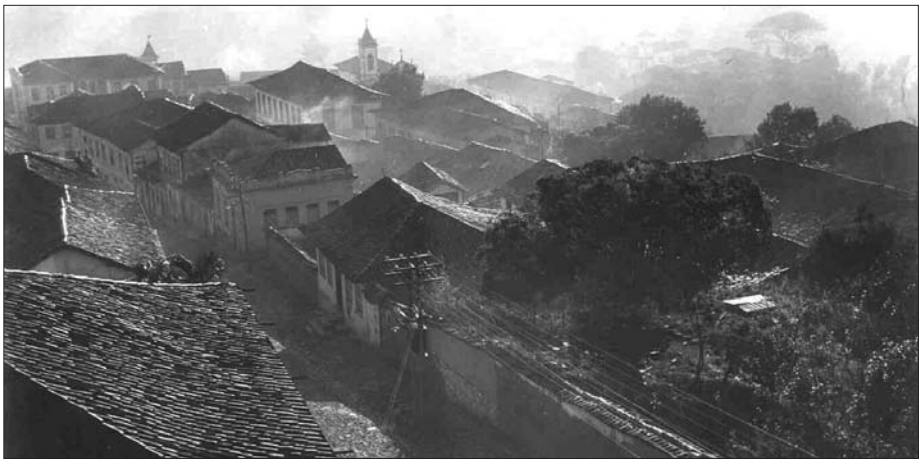
No segundo grupo identificado estão os bens tombados em conjunto. O primeiro conjunto arquitetônico inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico foi o conjunto arquitetônico e paisagístico da Ilha de Boa Viagem, em Niterói, estado do Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1938, inscrito também no Livro de Belas Artes e, dois anos mais tarde, também no Livro Histórico. Além dele, o primeiro Conjunto Arquitetônico e Urbanístico inscrito nesse livro foi o conjunto da Aldeia de Carapicuíba, inscrita em 13 de maio de 1940. Considerado desprovido de valor arquitetônico, o conjunto, remanescente de um aldeamento jesuíta não poderia ser inscrito no Livro das Belas Artes, sendo desse modo inscrito no Livro Paisagístico.

Apesar dessas inscrições, o tombamento de conjuntos no Livro Paisagístico só viria a ser uma prática mais comum a partir da década de 1970, como veremos adiante. A maior parte das cidades tombadas nesse período foi inscrita no Livro de Belas Artes. A exceção foi a cidade de Congonhas em Minas Gerais, o primeiro centro urbano inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Na



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba
s/a, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

cidade, o Santuário de Nosso Senhor Bom Jesus de Matosinho já havia sido inscrito no Livro de Belas Artes em 1939. Em 1941 todo o conjunto arquitetônico e urbanístico de Congonhas foi inscrito no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico[38]. Diferentemente de Diamantina, São João del Rei, Tiradentes, Serro, Mariana e Ouro Preto, inscritas em 1938 apenas no Livro das Belas Artes (esta última em 1986 foi inscrita também no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), Congonhas foi inscrita apenas no Livro Paisagístico. Alguns fatores podem explicar essa inscrição diferenciada. Naquela época, Congonhas era ainda distrito de Ouro Preto e talvez o conjunto da cidade não tenha sido considerado bom o suficiente para inscrição no Livro de Belas Artes, segundo as exigências do Livro, não apresentando quantitativa e qualitativa densidade formal. Isso poderia explicar também a demora no tombamento da cidade em relação às demais, que foram inscritas no Livro do Tombo já em 1938. Na atualidade, entre as cidades mineiras tombadas nessa época, Congonhas é aquela que mais sofre com a descaracterização de seu conjunto, tendo a atuação do IPHAN se voltado privilegiadamente para o Santuário (*Cf.* INBI-SU Congonhas – Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro).



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Diamantina
Eric Hess, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

Página ao lado Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de São João del Rei
s/a, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

38 Em 1950 fora tombada individualmente, também na cidade de Congonhas, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, inscrita no Livro de Belas Artes.

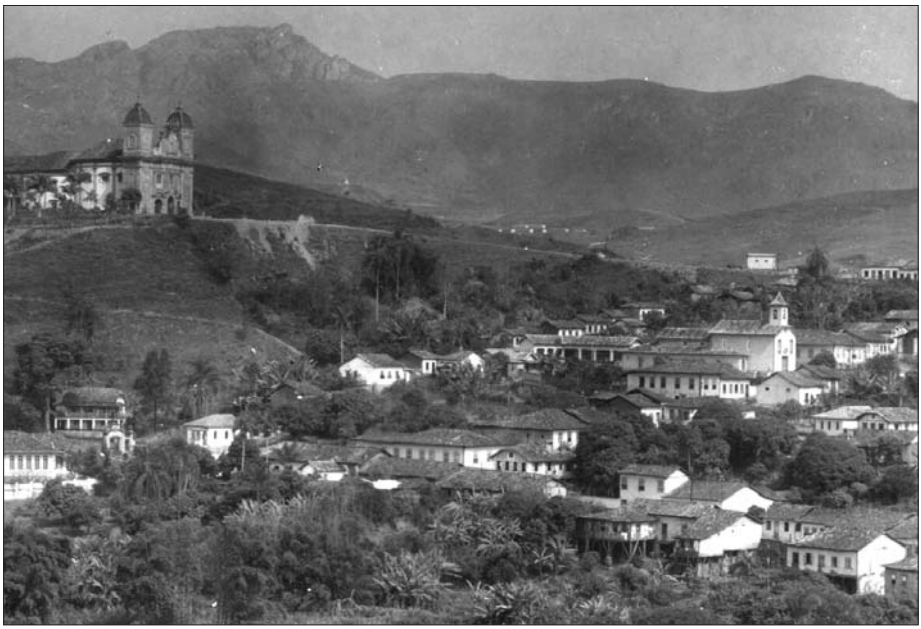




Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Tiradentes
s/a, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro



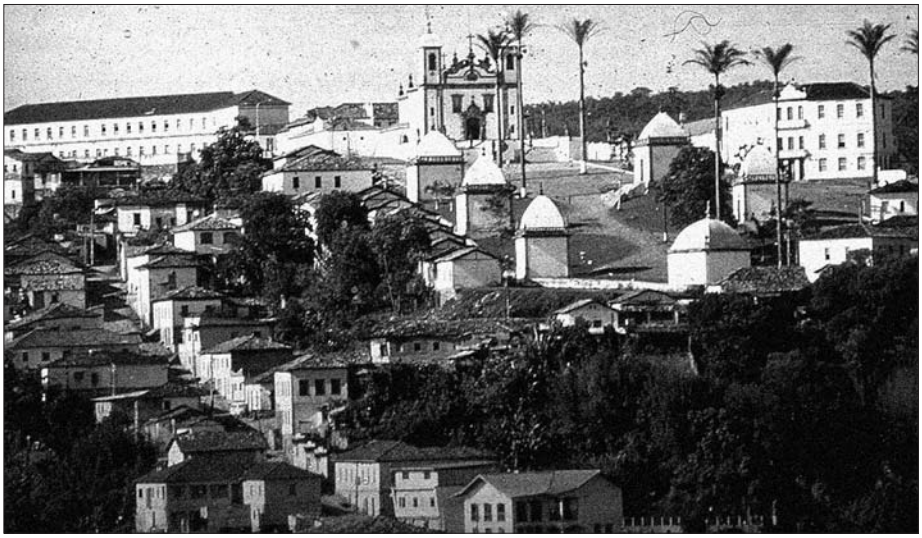
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico do Serro
s/a. s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Mariana
s/a, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Ouro Preto
s/a, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro



Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Congonhas
s/a, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

Página ao lado – Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás
s/a, 1964. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

O primeiro conjunto urbano a ter o qualificativo de paisagístico no seu título foi o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Pilar de Goiás, inscrito em 20 de março de 1954 nos Livros de Belas Artes e no Livro Histórico, segundo parecer de Carlos Drumond de Andrade, mas não no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Na verdade, como consta do processo, a primeira notificação à prefeitura, informando sobre a decisão do tombamento, em 28 de março de 1952, usava como título do bem Conjunto Arquitetônico e Urbanístico. Só no ofício à mesma prefeitura informando sobre a inscrição, datado de 29 de março de 1954, é que o bem é descrito como Conjunto Arquitetônico e Paisagístico. Uma pista sobre essa mudança na titulação do bem durante a tramitação do processo pode estar relacionada ao conflito de interesses com a prefeitura e grupos de moradores locais que não desejavam o tombamento e que planejavam um loteamento contíguo ao conjunto em questão, como consta no processo. A partir dessas informações, é possível inferir que a titulação como conjunto paisagístico foi decidida como uma estratégia para valorizar o entorno da cidade e dar ao IPHAN condições de fiscalização sobre uma área bem maior que o centro urbano propriamente dito, fundamentando a proibição ao loteamento. Entretanto, a ausência de maiores informações a esse respeito não permite conclusões mais definitivas sobre o caso.



Apesar de a primeira inscrição de conjunto urbano com a denominação de paisagístico ter sido o de Pilar de Goiás, em 1938, o Conselho Consultivo do IPHAN deliberou que fossem tomadas as providências necessárias para o tombamento do conjunto arquitetônico e paisagístico da Colina de Olinda "a fim de preservar-lhe a feição histórica e os aspectos naturais" (*Cf* Atas do Conselho Consultivo do IPHAN, 17 de maio de 1938), sendo esta a primeira vez que a expressão conjunto paisagístico foi encontrada. Essa determinação, feita no bojo das discussões contra a impugnação ao tombamento do Palácio Episcopal e do Seminário de Olinda, só teve andamento em 1962, quando foi aberto o processo de tombamento, cuja inscrição só foi feita em 19 de abril de 1968 no Livro de Belas Artes, no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Uma carta do arquiteto Augusto da Silva Telles a José Luis Mota Menezes, da então 1ª DR do IPHAN, em Pernambuco, é reveladora das motivações para a utilização do termo paisagístico no tombamento desta cidade:

> Estou ultimando a proposta para o tombamento do Pátio de São Pedro (como extensão do tombamento da Igreja) e de Olinda, como tombamento paisagístico e urbanístico. [...] Nesta área, o tombamento seria paisagístico e urbanístico, nele incluindo-se, principalmente, o traçado urbano existente e a vegetação, tanto pública, quanto particular. Todas as novas edificações a serem feitas nesta área, deverão ocupar, no máximo, 25% dos respectivos terrenos, e deverão ser cobertas com telhados de telhas canais de feitio antigo.
>
> O arquiteto Lúcio Costa sugeriu, outrossim, a inscrição com tombamento, também com caráter arquitetônico, das edificações de alguns logradouros, talvez de arruamento: Rua São Bento, Rua 13 de Maio, Rua do Amparo. [...] Concordam com as características do tombamento? Acho que não há possibilidade em ser Olinda tombada como conjunto arquitetônico na sua totalidade. Ela está muito deturpada. Assim, só paisagístico, poderá ser incluída a área litorânea, que ficará, desta forma, preservada, no que concerne a gabarito e a densidade de construções. (IPHAN, processo 0674-T-62, p. 1 e 2) (Grifos no original)

Nota-se mais uma vez, a prioridade dada ao bem arquitetônico e a valorização dos caracteres de integridade e originalidade como critérios mais rele-



Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Olinda
Pedro Lobo, 1981. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

vantes. Pensou-se no tombamento paisagístico pelo fato de o bem não corresponder na sua totalidade às características acima, mas também pela possibilidade de inclusão da área litorânea. No parecer, Augusto da Silva Telles termina por propor o tombamento de Olinda como conjunto urbano e paisagístico e, dentro desse perímetro, o tombamento dos conjuntos urbanísticos e arquitetônicos das ruas 13 de Maio, Amparo e Bernardo Vieira de Mello.

O tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Vassouras, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico em 1958, inclui não só as construções, mas também a arborização da cidade. Trata-se de um tombamento de cidade erigida no século XIX, quebrando o padrão de cidade barroca. A inclusão das árvores no tombamento revela uma preocupação com o conjunto urbano que vai além do arquitetônico. A arborização das praças e das ruas passa também a ser considerada como elemento da paisagem urbana que se quer preservar. Na década de 1960, o tombamento do conjunto paisagístico do Cemitério da Soledade em Belém, valorado também pela sua arborização, é um outro exemplo da vegetação tomada como um elemento importante da paisagem urbana. Espécie de jardim com belas esculturas nos tú-



Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Vassouras
Eurico Antonio Calvente, 1977. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

mulos na área central da cidade, a necrópole funcionou para enterros durante um curto período de tempo no século XIX sendo, entretanto, ainda bastante visitado. Seu valor paisagístico foi reconhecido pelo IPHAN em 1964.

No terceiro grupo identificado, isto é, o dos tombamentos de monumentos junto a aspectos da natureza que os emolduram, destaca-se o tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Casa e Colégio do Caraça, também em Minas Gerais, inscrito em 1955, ao mesmo tempo no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. No ano seguinte, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Nossa Senhora da Piedade, em Caeté, Minas Gerais, foi inscrito também em ambos os livros. Além da edificação, nesses casos, foi inscrita também a paisagem ao redor das igrejas. O parecer, nesse último caso menciona a paisagem que circunda o bem:

> Considerando outrossim a necessidade da proteção da paisagem característica da Serra da Piedade, parte integrante e inseparável daquele monumento, indissoluvelmente ligada à sua tradição [...]. (IPHAN, processo 0526-T-55, fl 11).



Conjunto Arquitetônico e Paisagístico Casa e Colégio do Caraça
Eric Hess, 1941. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro



Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Nossa Senhora da Piedade.
s/a, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

Nesses casos, a paisagem é tomada como uma moldura do bem mais importante, o arquitetônico. Trata-se de uma visão acerca da relação entre natural e cultural, ou natural e arquitetônico, que privilegia o aspecto humano, secundarizando a paisagem. Nesse sentido, um importante monumento construído tem sua relevância aumentada através da associação com a paisagem que o envolve, ampliando seu caráter de excepcionalidade. No entanto, a paisagem nessa interpretação ainda é algo extrínseco ao bem. Embora a relação entre ambos seja reconhecida, a paisagem só ganha valor a partir de sua associação com o bem arquitetônico principal, seja ele uma única construção ou um conjunto.

No quarto grupo, o dos tombamentos de áreas a partir do panorama que oferece a uma população que vive nos seus arredores encontra-se o tombamento da Serra do Curral. O processo de tombamento dessa serra, no entorno de Belo Horizonte, foi aberto em 1958, a partir de uma demanda do próprio governador de Minas Gerais, em função da possibilidade de a serra vir a ser alvo de mineradoras, que então já efetuavam prospecções na área, o que afetaria inclusive a área do Palácio das Mangabeiras, sede do governo. Sylvio de Vasconcellos, então chefe do 3º Distrito do SPHAN (Minas Gerais), reconhece a importância da serra no seu parecer, sobretudo por seu perfil e pelo Pico de Ferro, ou de Belo Horizonte, presente mesmo no Brasão de Armas da cidade. No entanto, confere parecer contrário ao tombamento da serra, primeiro por achar que o Palácio das Mangabeiras estaria longe da área e não seria afetado pela ação das mineradoras na serra. Além disso, aponta os empecilhos para a preservação de uma área tão vasta[39]. Em ofício ao Conselho Consultivo, Rodrigo Melo Franco de Andrade reconhece as dificuldades que o tombamento da serra imporia em relação ao tamanho da área, com uma abrangência territorial inédita para a Instituição. Reconhece também que a concessão para exploração mineral já havia sido dada a uma companhia estrangeira e que a não explo-

39 "1- O Palácio Mangabeira, que parece ter provocado o assunto está muito mais ligado à área urbana da cidade do que à Serra do Curral propriamente dita e, dificilmente, se poderia considerar para tombamento a região em que o mesmo se coloca, tendo-se em vista apenas o valor paisagístico de elevação, de vez que o uso dessa região para loteamento e mineração – pelo menos em seus trechos limítrofes à área urbanizada – apresenta-se como uma natural contingência, já em curso, cujo estancamento suscitaria sérias dificuldades; 2- O tombamento da Serra do Curral teria de abranger vasta área geográfica, com cerca de onze quilômetros quadrados em projeção (em desenvolvimento muito maior superfície), cuja visibilidade e conseqüência não se pode prever..." (Arquivo Central do IPHAN - Processo de Tombamento 591-T-58).

ração desses recursos naturais afetaria o próprio desenvolvimento do país. Alega também que um grande número de bens naturais de maior beleza não foram tombados[40].

O conselheiro Miran Latif é nomeado relator do processo e dá um parecer defendendo o tombamento apenas da parte diretamente ligada à avenida Afonso Pena, eixo principal da cidade. Seu parecer é favorável a que se tome o eixo monumental da avenida Afonso Pena como marco e que o tombamento da serra recaia apenas a 2 km à esquerda e a 2 km à direita, diminuindo assim, consideravelmente, a área sob proteção e privilegiando aquela que é vista a partir do principal eixo da cidade.

Nota-se, nesse caso, que a serra foi tombada pelo seu valor para Belo Horizonte e pelo valor de sua vista, associada à identidade da cidade. Tem-se aqui uma inscrição no Livro do Tombo Paisagístico de um bem por seu valor de panorama, associado à identidade da cidade. Ele revela não só o entendimento e valorização da paisagem como uma vista, mas também as dificuldades de se trabalhar com essa concepção de paisagem, sobretudo por ela, de um modo geral, implicar na necessidade de preservação de uma área considerável. O tombamento de vastas áreas associadas à paisagem viria a se mostrar como um problema para alguns técnicos da Instituição, como veremos mais adiante.

Vale ressaltar que a concepção de paisagem como panorama ou vista e como ambiência do bem protegido não é restrita ao IPHAN. A concepção de paisagem a partir da experiência visual que ele propicia, tomada como ambiência de um bem, já estava inscrita na Carta de Atenas de 1931. Nela há uma preocupação com a paisagem, natural ou construída, mas a partir de um bem ao qual é atribuído o valor cultural. Nela, a preocupação é de pro-

40 "De uma parte, a inscrição da Serra aludida nos Livros do Tombo imporá a este órgão da administração federal o ônus de assegurar indefinidamente a proteção efetiva da integridade de um monumento natural cuja extensão ultrapassa de muito as áreas que, até esta data, a DPHAN ficou obrigada a defender. De outra parte, o tombamento criará embaraços à exploração da jazida de minério de ferro ocorrente na Serra do Curral, concedido a uma firma estrangeira no regime amparado pelo art. 21 das Disposições Transitórias da Constituição [...]. Tais são, em resumo, as razões que desaconselham o tombamento pretendido.Em face delas, justificar-se-á a iniciativa de inscrição da Serra do Curral nos Livros do Tombo, considerando-se que um número considerável de monumentos naturais, indubitavelmente mais belos e expressivos, não se acham até hoje protegidos pelo tombamento, no território nacional?" (Arquivo Central do IPHAN - Processo de Tombamento 591-T-58)

teger as perspectivas notáveis e a vegetação nativa constituidoras da ambiência do bem[41].

No período seguinte, sobretudo a partir de finais da década de 1960, vemos paulatinamente tentativas de ultrapassagem dessas visões, com noções cada vez mais ampliadas e integradoras da paisagem, mas que, muitas vezes, esbarraram nas dificuldades de execução da Instituição.

A preocupação com os conjuntos

> *[...] a partir dos anos 60, a cidade patrimônio deixa de ser concebida somente como cidade-monumento, passando a ser vista também como testemunho da evolução da organização social, fazendo jus ao nome de 'cidade histórica'. Aos antigos valores histórico e artístico agrega-se o valor paisagístico como um critério predominante na seleção de áreas urbanas. A noção de paisagem, de resto, sempre presente em todos os tombamentos extensos, ganha agora maior força, incluindo cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão arquitetônica. [...] A hegemonia do valor paisagístico é também, naturalmente, reflexo do discurso de contextualização do objeto patrimonial no seu entorno.* (Sant'anna, 1995: 170-171)

Se no primeiro momento a maior parte dos tombamentos foi realizada no Livro de Belas Artes, segundo a hierarquia não-oficial dos livros, já discutida anteriormente, a partir da década de 1960 a prioridade de inscrição parece ter sido transferida para o Livro Histórico (Chuva, 1998). Ao mesmo tempo, aumenta o número de inscrições no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, ligado a uma ênfase maior no tombamento de conjuntos e na ampliação

41 "A conferência recomenda respeitar, na construção dos edifícios, o caráter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança dos monumentos antigos, cuja proximidade deve ser objeto de cuidados especiais. Em certos conjuntos, algumas perspectivas particularmente pitorescas devem ser preservadas. Devem-se também estudar as plantações e ornamentações vegetais convenientes a determinados conjuntos de monumentos para lhes conservar a caráter antigo. Recomenda-se, sobretudo, a supressão de toda publicidade, de toda presença abusiva de postes ou fios telegráficos, de toda indústria ruidosa, mesmo de altas chaminés, na vizinhança ou na proximidade dos monumentos, de arte ou de história." (Carta de Antenas, 1931. Disponível em: www.iphan.gov.br)

dos critérios para o tombamento. Este passa a incluir não mais apenas a idéia de monumentalidade e integridade arquitetônica, mas também conjuntos modestos e triviais, associados sobretudo à história da formação do território brasileiro. Como o Livro de Belas Artes permanece associado ao conceito de arte da elite, são os livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico que são eleitos para a inscrição desses novos bens.

Como discutido anteriormente, nas primeiras décadas de atuação do IPHAN, as cidades históricas foram inscritas predominantemente no Livro de Belas Artes, entretanto, considerando os 37 processos abertos entre as décadas de 1960 e 1970 que resultaram numa inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, 21 deles correspondem a conjuntos urbanos. Além disso, só nesse período é que foi de fato inscrita uma série de bens cujos processos haviam sido abertos ainda na década de 1940 relativos ao tombamento de conjuntos urbanos, como o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico de Igarassu, em Pernambuco, cujo processo foi aberto em 1945 e o tombamento só veio a ser efetivado em 1972. Ela demonstra um crescente número de inscrições de conjuntos, sobretudo conjuntos urbanos, cuja atribuição de valor não se faz mais exclusivamente por critérios estéticos e de monumentalidade dos bens, mas incluindo também valores históricos e culturais, todos reunidos através da categoria de paisagem.

Essa transformação está atrelada também a uma absorção dos pressupostos da Carta de Veneza, de 1964, que elevava à categoria de monumento conjuntos urbanos modestos[42]. Acostumados inicialmente a atribuir valor de patrimônio através de critérios estéticos, os técnicos do IPHAN incluem os sítios arquitetonicamente mais modestos através da categoria de conjunto paisagístico, reservando a categoria de conjuntos arquitetônicos para aqueles de maior integridade arquitetônica. Nesse momento, a utilização da categoria de paisagem permite rupturas e continuidades dentro da prática da instituição. Ao direcionar o olhar para outros elementos que não aqueles de valor puramente arquitetônico e voltado para as belas artes, a categoria de paisagem permite a inte-

42 Carta de Veneza, Artigo 1º: "[...] a noção de monumento histórico compreende a noção de criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural." (Carta de Veneza, 1964).

gração de elementos antes considerados de interesse menor. Por outro lado, sua utilização como categoria para interpretação permitiu ao técnico do IPHAN continuar dando ênfase ao caráter visual, àquilo que é possível ver, ainda predominantemente estético, para a seleção dos bens tombados.

Esse período também marca o aumento da preocupação com o crescimento dos centros urbanos históricos, antes considerados estagnados, como Ouro Preto. O crescente processo de industrialização do país, a aceleração da urbanização e as pressões imobiliárias para construção de novas vias de transporte trouxeram para o IPHAN uma preocupação com a gestão das cidades históricas, antes realizada em menor escala. Ao mesmo tempo, a década de 1960 também marca o crescimento do turismo e sua identificação como uma das soluções para a preservação dos sítios históricos. As viagens de Michel Parent entre 1966 e 1967 por quase todo o Brasil são exemplares para a compreensão dessa transformação. Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, Parent foi enviado como consultor pela UNESCO, a partir de uma demanda de Rodrigo Melo Franco de Andrade àquele organismo internacional, visando encontrar soluções para os problemas enfrentados pelo patrimônio brasileiro diante do acelerado processo de desenvolvimento do país. Foi no grande potencial turístico do país que Parent centrou muito de suas análises, indicando o turismo como um fator de promoção do patrimônio cultural brasileiro (PARENT, 1968). Acompanhando as indicações da Carta de Veneza, Parent aconselhou também o tombamento de grandes áreas. A valorização da paisagem pela sociedade e também pelo IPHAN acompanha essas transformações na valoração do patrimônio.

Além disso, sobretudo no fim dos anos 1970, iniciaram-se estudos abordando a assim chamada "ambiência" histórica e sociocultural do bem tombado (CHUVA, 1998: 58). A partir dessa época, uma série de estudos, denominados "estudos de entorno", foram instituídos, nos quais a noção de visibilidade do bem tombado foi concebida sob perspectiva diferente daquela contida no Decreto-lei 25/37.

Foi dessa forma que os conjuntos urbanos inscritos a partir da década de 1960 tiveram seu valor paisagístico mais claramente reconhecido, diferentemente daqueles tombados antes desse período, que obtiveram sua inscrição apenas por seu caráter histórico ou ligado às belas artes. Essa transformação na atribuição de valor para os bens foi tão marcante para alguns setores dentro da Instituição que levou o setor de estudos de tombamento a solicitar parecer sobre o assunto ao arquiteto Luiz Fernando Franco, que propõe a transcrição dos centros históricos

inscritos em outros livros para o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, através da informação nº 135/86 de 18 de setembro de 1986.

Segundo esse documento, a transcrição de um Livro do Tombo a outro se justificaria pelo fato de que, ao longo do desenvolvimento das disciplinas, outros olhares sobre o patrimônio podem conferir ao bem tombado novas formas de valorização. Nesse sentido, como também já apontado por Cecília Londres FONSECA (2005: 198), essa nova abordagem trata-se de uma leitura que entende os bens realmente enquanto conjuntos, como uma relação entre homem e o ambiente e os vestígios deixados por essa relação. Assim, mais importante do que o valor arquitetônico ou histórico dos edifícios ou do conjunto, o que se pretende valorizar primeiro como patrimônio é seu aspecto de vestígio da relação do homem com o meio.

No entanto, apesar dessa transformação de visão, das cidades históricas mineiras inscritas no Livro de Belas Artes em 1938, a única que obteve até o momento uma nova inscrição em outro livro foi Ouro Preto, inscrita em 1986 também no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Pode-se questionar, é verdade, sobre a real importância da transcrição e quais os seus efeitos sobre a gestão do bem. Embora a escolha do livro no qual o bem é inscrito seja reveladora do valor que lhe é atribuído pela Instituição no momento da sua inscrição, a prática tem mostrado que a gestão do bem, de uma maneira geral, independe do Livro no qual ele foi inscrito. Nesse sentido, menos do que a transformação da gestão, a transcrição das cidades históricas para o Livro Histórico e para o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico representaria o reconhecimento institucional de novos valores para aquele bem. A não transcrição, entretanto, não impediu que na prática da gestão esses novos valores tenham sido incorporados. Nesse sentido, mesmo as cidades inscritas de primeira hora em 1938 passaram a ter sua gestão influenciada por esses novos valores.

Da mesma forma, esse olhar transformado sobre os centros urbanos, capaz de lhes incorporar novos valores, também esteve presente na inscrição de outras cidades naquele momento. Um bom exemplo é o parecer dado pelo mesmo arquiteto Luiz Fernando Franco para o tombamento de Laguna, em Santa Catarina, inscrita em 1985:

> Em sua dimensão estritamente arquitetônica, o patrimônio construído do centro histórico de Laguna não apresenta as características de excepcionalidade normalmente adotadas como critério para

> decidir sobre a oportunidade do tombamento. [...] Cremos, não obstante, tratar-se de documento precioso da história urbana do país, menos como sede de acontecimentos notáveis – embora estes também tenham sido ali assinalados – do que pela escolha criteriosa do sítio, pelo papel que o povoado pôde desempenhar, em virtude de sua localização, no processo de expansão das fronteiras meridionais e, sobretudo, pela forma urbana assumida com precipitação espacial dos dois processos precedentes. (Arquivo Central do IPHAN – processo 1122-T-84; também em FRANCO, 1995).

Este parecer, em conjunto com os de outras cinco cidades, foram posteriormente publicados pelo IPHAN e, dentre outros, são reveladores da renovação em relação à abordagem dos centros urbanos vivida nesta fase[43]. Ele é indicador de uma transformação de olhar, o aspecto de monumentalidade e excepcionalidade dando lugar à idéia do bem como um documento, registro da história nacional e da relação do homem com seu ambiente. Esse momento é aquele identificado por Márcia SANT'ANNA (1995), no qual passa-se da idéia de "cidade-monumento" para a "cidade-documento". Na mesma direção do parecer dado para Laguna, apontando uma ampliação dos valores atribuídos para o tombamento, está o processo que resultou na inscrição de Natividade, hoje no estado de Tocantins, em três Livros do Tombo (Histórico, Belas Artes e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico) em 1987. Ele amplia a idéia de paisagem, procurando vê-la como constituidora do próprio bem, e não apenas como moldura:

> Natividade não será entendida se desvinculada deste elemento geográfico, que influenciou na história e na vida daquele núcleo urbano, minerador por excelência. A imensa serra da Natividade era fonte de matéria-prima da atividade econômica básica da população que ali se estabeleceu. A serra torna-se, para o homem, um elemento econômico fundamental à sua própria sobrevivência.
>
> O valor paisagístico e mesmo ecológico da serra é inegável e deve ser considerado. Por outro lado, não deve ser único, pois a conce-

43 Ver INSTITUTO ..., 1995.

> beria com função apenas de emolduramento de um espaço urbano a ser preservado, atribuindo-lhe, dessa forma, valor exógeno, quando o essencial é a relação histórica que mantém com o núcleo urbano. A história do homem é a de relações socioeconômicas e culturais e são essas relações que explicam o conjunto historicamente determinado: núcleo urbano e serra. (SANTOS; CHUVA, 1995: 26).

Se no caso de Natividade é a Serra o elemento natural que marca a paisagem e que se mistura à cidade de diferentes maneiras, já em São Francisco do Sul, inscrita no mesmo ano nos Livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, é o mar o principal elemento destacado de interação com o conjunto urbano:

> Vemos o mar intervindo diretamente no dia-a-dia das pessoas, constituindo um cotidiano coletivo que dá corpo a uma forma de vida, de mentalidade. Compreender essa particularidade de São Francisco do Sul é um meio de compreender sua mentalidade. É



Centro Histórico e Paisagístico da Cidade de São Francisco do Sul
s/a, s/d. Arquivo Central do IPHAN – Seção Rio de Janeiro

> a maneira de trazer, ao nível do consciente, elementos que participam do inconsciente daquela população, numa tentativa de produzir um autoconhecimento enquanto conjunto ao mesmo tempo individual e cultural, econômico e social. É um processo de formalização consciente do espaço em que se vive, em busca de reproduzi-lo no sentido de uma melhoria da qualidade de vida. (CHUVA; PESSOA, 1995: 56)

O processo de tombamento do Monte Santo no município de mesmo nome no Sertão da Bahia, pode também ser revelador de uma visão mais integrada da paisagem. Embora não seja utilizado explicitamente o termo paisagem cultural, há em alguns pareceres do processo uma preocupação de tombamento da serra inteira, não apenas como entorno ou ambiência dos bens construídos, mas como constituinte do próprio bem. Nesse sentido, embora seja um conjunto de bens arquitetônicos instalados no alto de uma serra que lhe dá visibilidade, o tratamento do bem é diferente daquele dispensado anteriormente ao Santuário da Serra da Piedade e ao Caraça. Trata-se de um caminho de cerca de dois quilômetros de extensão ao longo da serra, com 25 capelas com imagens alusivas à paixão de Cristo. Teve sua construção iniciada em 1785 por um missionário capuchinho que vira na serra semelhanças com o monte Calvário de Jerusalém e decidiu que este também deveria ser um "sacromonte". O processo de tombamento foi aberto em 1982, a partir de uma informação técnica da arquiteta da então 5ª DR, Maria do Socorro Borges Felix e Silva. Nessa informação já existia a visibilidade da serra inteira como um monumento:

> Achamos importante e necessário o tombamento do santuário, que deverá incluir toda a serra, pois é no seu perfil que foi inspirada a Via-Sacra, verdadeiro exemplar de autêntica cultura popular, merecendo portanto, ser considerado monumento nacional, ganhando com isto melhores condições de preservação.
>
> Conservar o Santuário é não apenas um dever de preservação da cultura, mas principalmente um ato de valorização do homem da terra, um gesto de sensibilidade, uma manifestação de respeito à terra santa das capelinhas e à terra santa da alma humana dos seus devotos. (Arquivo Central do IPHAN – Processo de Tombamento 1060-T-82)

No ofício do Diretor do IPAC – Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia –, Paulo O.D. de Azevedo, nota-se também a mesma preocupação:

> No meu entender o tombamento deverá incluir todo o acidente orográfico com seus seis quilômetros de extensão e trezentos e poucos metros de altura, pois é a serra com seu perfil que lembra o Monte Calvário que foi sacralizada pelo povo. (Arquivo Central do IPHAN – Processo de Tombamento 1060-T-82).

No parecer de Dora Monteiro de Alcântara, chefe do Setor de Tombamento do IPHAN, presente na informação n. 51/82 de 9 de novembro de 1982, é sugerida a delimitação, que termina por ser aceita:

> Sugerimos que as áreas de proteção ambiental e proteção rigorosa acima da cota 500 façam parte do conjunto arquitetônico e paisagístico a ser tombado, incluindo o acervo de bens móveis, quadros, imaginária, ex-votos, etc., listados entre as informações citadas.
>
> O restante da área indicada para proteção ambiental (abaixo da cota 500) poderia ser considerado como entorno, a ser definido pelo Conselho Consultivo [...]. (Arquivo Central do IPHAN – Processo de Tombamento 1060-T-82).

Apesar de esse caso merecer destaque especial por representar o tombamento de uma grande área, ressaltando a integração entre diferentes elementos, a paisagem é vista como um desses elementos e não como aquele que integra todos. Por um lado, há uma mudança em relação à concepção de paisagem. Nesse caso, a paisagem, além de ser valorizada por seu aspecto cultural, e não natural, é o próprio monumento, não mais percebida como ambiência, mas como sendo o próprio bem.

Todos esses estudos revelam uma preocupação maior que surge nos anos 1980, com a integração dos conjuntos arquitetônicos e o espaço físico que estes ocupam, procurando incorporar a paisagem e ultrapassando a antiga idéia de paisagem apenas como moldura. No entanto, em vários casos, a viabilização dessas novas propostas é dificultada. No caso de Natividade, embora o parecer técnico seja favorável ao tombamento da cidade e da serra como elementos indissolúveis, somente o conjunto urbano foi de fato inscrito. Entre outras ques-

tões, estava presente novamente o problema da demarcação de uma grande área para tombamento. Assim, houve empenho, em diversos estudos técnicos do IPHAN, no sentido de integração entre cidades e seus sítios através da paisagem, não se tornando, contudo, uma prática generalizada e consensual. O problema que se coloca para a gestão com o tombamento de grandes áreas também foi, sem dúvida, inibidor de ações desse tipo.

Um exemplo desse fato está visível nas discussões sobre o tombamento da Serra da Barriga, em Alagoas. Local onde se localizou o Quilombo dos Palmares, a serra teve seu processo de tombamento aberto em 1982, quando a associação para a criação do Memorial Zumbi dos Palmares tencionava criar ali um parque histórico nacional. No mesmo ano, em Informação de 21 de setembro de 1981, Dora de Alcântara ponderava que, apesar de concordar com a importância histórica da localidade, existiriam problemas para o tombamento de uma área muito grande, como os 2.200 ha de toda a serra, como proposto, além de solicitar uma série de outras informações ao Conselho Geral do Memorial Zumbi. Durante um longo tempo o processo permanece estagnado em função desses dados não terem sido enviados. Em 24/10/1985, Carlos Danuzio Lima, técnico da Diretoria de Tombamento e Conservação do IPHAN, elabora uma Informação à chefe do Setor de Tombamento, Dora de Alcântara, afirmando que o tombamento se justifica pelo valor simbólico e pelo sítio arqueológico, uma vez que o quilombo original foi completamente destruído:

> Não se possuindo meios mais seguros e delimitação da área de interesse para exploração de informações ali existentes, do que a própria sondagem arqueológica, e em se tratando de uma zona de complexa estrutura fundiária – pela presença de inúmeros pequenos proprietários e posseiros, camponeses – optou-se pela delimitação de uma área para o tombamento na qual teria início a pesquisa arqueológica em termos de amostragem. [...]
>
> Assim procedendo objetiva-se salvaguardar importante documento de parte de nossa história nacional, proporcionando ao mesmo tempo oportunidade para seu estudo. (Arquivo Central do IPHAN – Processo de Tombamento 1069-T-82)

Apesar desses esforços, aquilo que foi de fato tombado representa uma área muito menor do que aquela que havia sido proposta inicialmente[44]. Nota-se também uma transformação parcial dos valores inicialmente atribuídos ao bem. A idéia inicial era de se construir um Parque Histórico Nacional que abrangesse toda a serra, valorizando o lugar e a paisagem na qual os eventos ocorreram. A inexistência de edificações do século XVII, ou de seus vestígios, período em que existiram os quilombos no local, colocou em evidência que se pretendia atribuir um valor simbólico, independentemente dos vestígios materiais ali encontrados. Assim como em outros conjuntos tombados na década de 1980, discutidos anteriormente, sua importância está na nova visão de atribuição de valor, por se tratar de documentos históricos que devem ser preservados como fonte para a produção de conhecimento sobre a história da ocupação do território, sobre formas de vida e resistência etc., capazes de fornecer novas informações para uma reescritura da história do Brasil. Essas possibilidades de releitura podem incluir novos grupos sociais, antes excluídos da história, podendo também valorizar práticas renegadas anteriormente. No caso de Palmares, esse aspecto de possibilidade de releitura da história é um dos mais importantes e a paisagem cultural da área é valorizada também como fonte para essa produção de conhecimento.

No entanto, no momento de decisão a respeito do tombamento, esses valores não foram considerados suficientes para assegurar a intervenção do IPHAN numa vasta área. Com isso, o sítio foi tombado pelo seu valor arqueológico potencial, e não através da valorização de sua paisagem, representando uma área muito menor que a proposta originalmente. O mesmo problema é encontrado para o tombamento do Pantanal Matogrossense, cujo processo encontra-se aberto na Instituição sem que lhe tenha sido dado um parecer conclusivo.

Embora a extensão de grandes áreas tenha sido apontada como um problema para o tombamento de paisagens, a Instituição já possui a tradição de enfrentar questões de tombamento em sítios urbanos com perímetros muito grandes, como os de Salvador e São Luís, com uma diversidade de atores e de complexidade considerável. Ainda que a extensão da área para tombamento

44 Essa proposta, na verdade, engendra uma outra questão que se coloca para as ações de preservação do IPHAN, relacionadas principalmente às dúvidas e diferentes posições com relação à conveniência de aplicação do tombamento em sítios arqueológicos, uma vez que a própria natureza de pesquisa arqueológica impõe a destruição do sítio, ato legalmente inaceitável para um bem tombado.

continue sendo apontada como um problema à gestão da Instituição, dois municípios inteiros foram tombados: Porto Seguro e Paraty.

O tombamento desses dois municípios está ligado a motivações exteriores ao IPHAN, provenientes do decreto declarando ambos os municípios monumentos nacionais, assinado pelo presidente da República em 1966 e 1973. Nesses dois casos, a ação do decreto presidencial foi diferenciada daquela de outras cidades que já haviam sido declaradas monumentos nacionais, como Ouro Preto, por exemplo. Enquanto em Ouro Preto é apenas a cidade que é declarada monumento nacional, em Paraty e Porto Seguro o decreto menciona todo o município, com o intuito de valorizar também a área natural que circunda esses núcleos históricos. Em função disso, a despeito de Paraty e Porto Seguro já terem àquela época áreas urbanas tombadas, novos processos de tombamento foram abertos e novas inscrições foram feitas, visando incluir toda a área municipal para que fosse respeitado o decreto que as declarou monumento nacional, uma vez que se entende que um bem considerado monumento nacional deva ser um bem tombado.

O conjunto urbano de Paraty havia sido inscrito no Livro de Belas Artes e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1958. Com sua elevação a monumento nacional em 1966, foi realizada uma nova inscrição, em 1974, abarcando todo o município, novamente em ambos os livros. O município de Porto Seguro, declarado monumento nacional em 1973, foi tombado no ano seguinte, também nos mesmos dois livros[45]. Ambos representam cidades históricas rodeadas por áreas naturais e, no caso de Porto Seguro, representa ainda o sítio reconhecido pela historiografia tradicional como o berço da nacionalidade (Aguiar, 2001). Uma das explicações para esses tombamentos também pode ser encontrada na eminência de abertura de rodovias e o perigo que o turismo de massa e o desenvolvimento incontrolável poderia representar para essas áreas.

Se, por um lado, o tombamento de dois municípios inteiros pode ser visto como uma imposição externa ao IPHAN, por outro, a valorização de aspectos da natureza presente em ambos está também associada a uma maior preocupação com o patrimônio natural que ganha espaço na sociedade e que começa, pouco a pouco, a despertar maior interesse em setores da Instituição, como veremos a seguir.

45 O conjunto arquitetônico da cidade alta de Porto Seguro já havia sido objeto de tombamento em 1968.

Patrimônio natural e paisagem no IPHAN

> *No tocante à proteção dos monumentos naturais, a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional se encontra, pois, no momento, face à necessidade de uma ação extensiva do mesmo tipo daquela que enfrentou durante seus primeiros trinta anos de vida com relação aos monumentos arquitetônicos. A menos, é verdade, da experiência que desfruta e das possibilidades de proposições teóricas capazes de fornecer uma visão o quanto possível sistemática do conjunto de problemas que deve abordar.* (SAIA, 1967)

Embora previsto no decreto lei 25/37, o tombamento de áreas naturais não encontrou forte eco no IPHAN, sobretudo nos primeiros anos, como discutido anteriormente. A situação começa a mudar no final da década de 1960, mas é sobretudo na década de 1980 que a discussão ganha fôlego.

Na verdade, entre as décadas de 1930 e 1950, a preocupação com a preservação de áreas naturais recebe algumas ações oriundas de iniciativas externas à Instituição, como a criação de parques nacionais e florestas protegidas, a promulgação do código de florestas, de águas e de minas e a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza, em 1948. Na década de 1970, com a intensificação da discussão nos âmbitos internacional e nacional, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA. Após a constituição de 1988, em 1989 foi criado o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio-Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – a partir da fusão de uma série de órgãos já existentes: a Superintendência da Borracha (SUDHEVEA), a Superintendência da Pesca (SUDEPE), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), além da SEMA. A partir de 1992, o IBAMA passa a integrar os quadros do então recém-criado Ministério do Meio-Ambiente. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que cresce a pressão por ações direcionadas à preservação da natureza, a criação de uma série de outras instituições diminui a pressão sobre o IPHAN em relação às ações voltadas para a preservação do patrimônio natural, uma vez que este estava sendo protegido por legislação e órgãos próprios. Isso, no entanto, não significa que a Instituição tenha se mantido inteiramente afastada desse processo de transformação da proteção de bens naturais em uma questão relevante nas escalas nacional e internacional.

Quanto ao IPHAN, Antônio Luiz Dias Andrade, num estudo publicado em 1984 sobre a ação do Instituto direcionada para o patrimônio natural, mostra como, de uma forma geral, os estudos de tombamento enfatizavam apenas o caráter cultural dos bens a serem tombados. Assim,

> [...] são poucos os casos de tombamento aplicados àqueles bens [naturais], limitando-se aos exemplos de inegável beleza paisagística (os morros que envolvem a cidade do Rio de Janeiro, praia de Chega Negro e Piatã, em Salvador); sítios carregados de significado histórico (o Monte Pascoal, em Porto Seguro ou a colina de Guararapes); locais de importância para a ambientação de núcleos históricos ou monumentos isolados (Olinda, Casa da Torre de Garcia D´Ávila), assim como os bens de natureza arqueológica ou espeleológica. (ANDRADE, 1984: 42).

Na verdade, a negligência com relação ao patrimônio natural já era um fato marcado por alguns ao final da terceira década de ação do IPHAN. Em 1967, ao completar trinta anos, o IPHAN participou de mesa redonda para discutir a conservação da natureza, representado pelo arquiteto Luiz Saia. Naquele momento, a intensificação de uma política desenvolvimentista trazia preocupação especial com relação ao patrimônio cultural e natural. Especial destaque era dado ao caso de Paraty, onde se previa a construção de uma estrada, atravessando o município e que abriria aquela cidade ao fácil acesso às duas maiores metrópoles do país: Rio de Janeiro e São Paulo. Ao mesmo tempo, notava-se uma crescente atenção em direção ao turismo como um elemento de valorização do patrimônio, mas também com os riscos inerentes à sua massificação. Assim, nas palavras de Luiz Saia:

> Na verdade, a construção de uma rodovia litorânea ligando Santos ao Rio de Janeiro, isto é, atravessando uma área de fácil acesso para a população das cidades mais populosas do Brasil e que permitirá a ocupação turística de um litoral excepcionalmente aquinhoado pela natureza se esse empreendimento não for acompanhado de iniciativas destinadas a disciplinar essa ocupação e preservar as qualidades paisagísticas que a área oferece com uma generosidade sem par, certamente surgirão problemas

> de difícil solução, para o Governo e para os ocupantes desprevenidos. Não se trata de imobilizar a valorização econômica e humana do empreendimento; trata-se apenas de preservar, nessa faixa no entorno da estrada e à beira-mar, justamente aqueles elementos que a qualificam como valor paisagístico e turístico, e de evitar que uma exploração indiscriminada destrua exatamente o que se afigura o motivo maior de sua ocupação. (SAIA, 1967)

Apesar de a legislação federal permitir o tombamento de áreas naturais por seu valor excepcional, a atuação do IPHAN nessa direção continuou restrita, mesmo que essa lacuna fosse reconhecida por alguns. Um tombamento a partir da idéia de paisagem de excepcional valor dotado pela natureza, prevista no decreto-lei 25 de 1937, foi o dos vários morros no Rio de Janeiro (Pão de Açúcar, Cara de Cão, Urca, Babilônia, Pedra da Gávea e Penhascos Dois Irmãos e Corcovado, cf. Arquivo Central do IPHAN, Processo 0869-T-73). Esta ação teve início em 1973, a partir de uma carta de vários intelectuais, dentre eles Carlos Drumond de Andrade, Fernando Sabino e Austregésilo de Athayde, que solicitavam o tombamento do Pão de Açúcar, uma vez que a concessionária do bondinho projetara uma construção de três andares no topo do morro. Na verdade um primeiro tombamento havia sido feito em 1938, com o título de "Morros da cidade do Rio de Janeiro" (Processo 0099-T-38) sem que tivesse sido feita qualquer delimitação ou especificação sobre quais morros estariam tombados. O curioso é que sua inscrição foi realizada no Livro de Belas Artes e no Livro Histórico, mas não no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Provavelmente pela imprecisão desse primeiro tombamento e pela pressão imobiliária crescente na cidade, optou-se por abrir novo processo de tombamento, especificamente para os morros cujo valor paisagístico era mais facilmente reconhecível. Assim, na informação n. 134 de 07/06/1973, Lygia Martins Costa, chefe da Seção de Arte especifica o tombamento:

> O tombamento do Pão de Açúcar, em boa hora solicitado ao IPHAN com grande repercussão da imprensa, e que abrangerá naturalmente o Cara de Cão e a Urca que lhe são integrados, convém incluir pois individualmente: o Corcovado e a Pedra da Gávea, penhascos que balizam e definem a paisagem carioca, mas cujo perfil impressionante transcende de muito um valor regional

> para se constituir em excepcional patrimônio paisagístico do país, conjunto reconhecido em todas as épocas e por todos os visitantes como particularmente dotado pela natureza. Deve-se ainda estender esse tombamento individuado que representa a legitimação de um estado de fato, ao Morro Dois Irmãos, belo e de feição característica também, e igualmente exposto ao desenvolvimento urbano brusco e mal orientado. (Arquivo Central do IPHAN– Processo de Tombamento 0869-T-73).

Nesse assunto, o parecerista nomeado pelo Conselho Consultivo foi Gilberto Ferrez que ratificou o parecer técnico, enfatizando os mesmos motivos. Assim, consideram-se os morros do Rio de Janeiro, de acordo com o § 2º do Decreto-Lei 25 de 1937, citado anteriormente, como representantes de paisagens ou sítios dotados de feição notável pela natureza. Pode-se concluir então que os morros foram tombados por seu valor como monumentos naturais, por aquilo que representam enquanto símbolos para a cidade e o país. Trata-se aqui da paisagem-monumento, da valorização de monumentos naturais que integram a paisagem de uma cidade. Nos pareceres são valorizadas as características simbólicas do bem, de sua capacidade de representar a cidade e o próprio país.

No período em que Aloísio Magalhães assume a presidência do IPHAN (1979-1982) o interesse pelo patrimônio natural é renovado dentro do Instituto. Na década de 1980, com o crescente interesse em relação ao meio ambiente, foi criada a Coordenadoria de Patrimônio Natural, operando entre 1985 e 1990. Embora essa divisão estruturada dentro da Instituição tenha tido curta duração, ela foi capaz de sistematizar um conjunto importante de discussões sobre o assunto e de implementar ações que continuaram sendo levadas a cabo pelos técnicos a ela ligados, mesmo após a sua diluição dentro de outros setores da Instituição. Esta Coordenadoria produziu documento chamado *Diretrizes para a análise e a classificação do patrimônio natural* (Xavier; Delphim, 1988).

> As mesmas ameaças que afetam o meio ambiente e, conseqüentemente, o patrimônio cultural do país, exigem que o SPHAN/Pró-Memória assuma a sua parcela de responsabilidade legal sobre o patrimônio natural, que ele, menos por negligência, do que por

> falta de condições, oportunidade e pressão da sociedade – vem desconsiderando, em privilégio dos aspectos artísticos, históricos, arquitetônicos, urbanísticos, arqueológicos e documentais do patrimônio. (XAVIER; DELPHIM, 1988: 4) (Grifos no original)

Como classificação do patrimônio natural, o documento propõe a diferenciação entre sítios naturais e sítios alterados pelo homem. O documento apresenta uma caracterização do patrimônio natural, propondo uma divisão:

> **Sítios Naturais**
> 1. Sítios que representem feições típicas da natureza brasileira
> 2. Sítios naturais de grandes singularidades
> 3. Paisagens excepcionais pela beleza cênica e os pontos de vista de onde se pode fruir o espetáculo desse panorama
> 4. Sítios importantes como *habitat* de espécies de flora e fauna ameaçadas ou dos quais eles dependam indiretamente
> 5. Sítios de interesse científicos
>
> **Sítios alterados pelo homem**
> 1. Interesse arqueológico
> 2. Patrimônio natural urbano
> 3. Espaços naturais circundantes ou arredores de assentamentos urbanos
> 4. Sítios de interesse histórico, social, literário, artístico, religioso, legendário ou afetivo

Ainda sobre o patrimônio natural na constituição de 1988, há o estudo realizado por Carlos Fernando de Moura DELPHIM (2004). Nele, é apontado como a preocupação com o patrimônio natural e cultural do país está expressa em dois capítulos distintos da constituição. Desse modo, a conservação da natureza sob o ponto de vista biológico está impresso no capítulo sobre Meio Ambiente, diferente do capítulo sobre a preservação cultural. Nesse sentido, aos órgãos ambientais é dada

> [...] a responsabilidade legal e administrativa pelo meio ambiente ecologicamente equilibrado, pela preservação e restauração de pro-

> cessos ecológicos essenciais, pela biodiversidade e pela integridade do patrimônio genético, bem como por unidades de conservação como parques nacionais e reservas biológicas. (DELPHIM, 2004: 2).

No capítulo sobre a cultura, alguns conjuntos urbanos e sítios naturais são declarados como patrimônio brasileiro, cabendo a gestão aos órgãos culturais[46]. No entanto, é inegável que, tendo a natureza seu valor como patrimônio estabelecido através de parâmetros culturais, esta deve ser objeto de proteção dos órgãos ligados ao patrimônio cultural. No entanto, uma apreciação rápida da lista de bens tombados até hoje revela o número extremamente pequeno de bens naturais tombados.

Se considerarmos que a categoria de paisagem cultural da forma como tem sido trabalhada junto às instituições internacionais deve ressaltar características interativas entre o cultural e o natural, ou entre o material e o imaterial, abordando o sítio inteiro de uma maneira holística, até hoje não há bens inscritos no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico que tenham tido seu valor atribuído por representarem aspectos mais amplos dessa integração. De um modo geral, historicamente, a paisagem tem sido tratada muito mais a partir da idéia de panorama e vinculada a outros bens culturais, a partir dos quais é atribuído valor a ela.

46 "Constituem o patrimônio cultural brasileiro, os bens, de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico." (BRASIL, 1988).

Paisagem Cultural brasileira na Lista de Patrimônio da UNESCO

Uma das primeiras aproximações com o tema da paisagem cultural em relação às propostas brasileiras junto à UNESCO esteve presente no dossiê da candidatura de Diamantina à inscrição na lista do patrimônio mundial. Embora a inscrição de Diamantina tenha recaído apenas sobre parte do sítio urbano, o dossiê menciona a paisagem cultural e a articulação da cidade com a Serra dos Cristais como uma estratégia de atribuição de valor. No entanto, essa associação ainda foi realizada a partir de uma perspectiva que valoriza o natural apenas a partir do cultural. Enquanto a proposta de reconhecimento de paisagem cultural para a UNESCO tem o objetivo de ressaltar a relação entre homem e natureza criando paisagens nas quais esse relacionamento seja bastante explícito, o resultado final do dossiê de Diamantina mostrou a Serra dos Cristais quase como um entorno, ressaltando muito pouco as possíveis relações do homem com a natureza que teriam criado um patrimônio único na região. Embora alguns textos do dossiê tenham explorado o desafio de se construir uma cidade naquele ambiente natural específico e que esse fato teria gerado uma paisagem única, sendo, portanto, o diferencial de Diamantina em relação às demais cidade brasileiras[47], a proposta que foi de fato apresentada teve pouca diferença em relação às outras cidades brasileiras indicadas anteriormente como patrimônio mundial. Desse modo, o perímetro proposto para a inscrição foi parte do sítio urbano já tombado pelo IPHAN, tendo a idéia de paisagem cultural comparecido apenas como um elemento a mais na atribuição de valor para aquele sítio urbano.

Não há, nesse sentido, até hoje, um sítio brasileiro reconhecido como paisagem cultural na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO. Existem, no entanto, candidatos na declaração que o governo brasileiro entrega à UNESCO para figurar na lista indicativa do patrimônio mundial, que representa os sítios cujas candidaturas foram apresentadas, e que estão aguardando estudos e/ou pareceres. Na 29ª Reunião do Comitê Mundial em Durban, na África do Sul, de 10 a 17 de julho de 2005, o Brasil possuía dezoito bens na lista indicativa para patrimônio mundial da UNESCO, como mostra o quadro a seguir:

16 Ver o texto "Cultura Diamantina", no Dossiê.

Quadro V

Lista dos bens brasileiros que faziam parte da lista indicativa para patrimônio mundial da UNESCO em 2005

Nome do Bem	Estado	Critério
Complexo do Vale do Alto Ribeira	SP	Natural e Cultural
Estação Ecológica de Anavilhanas	AM	Natural
Cânion do rio Peruaçu	MG	Natural
Cavernas do Peruaçu, Área de Preservação Ambiental Federal / Parque Estadual Veredas do Peruaçu	MG	Natural e Cultural
Igreja e Mosteiro de São Bento	RJ	Cultural
Conjunto Arquitetônico de Turismo e Lazer na margem da Lagoa da Pampulha	MG	Cultural
Caminho do Ouro de Paraty e sua Paisagem	RJ	Cultural/ Paisagem Cultural
Os Conventos Franciscanos do Nordeste Brasileiro		Cultural
Palácio da Cultura, Antiga Sede do Ministério da Educação e Saúde	RJ	Cultural
Parque Nacional da Serra da Bocaina	RJ, SP	Natural
Parque Nacional do Pico da Neblina	AM	Natural
Reserva Biológica do Atol das Rocas	RN	Natural
Paisagem Cultural do Rio de Janeiro	RJ	Cultural/ Paisagem Cultural
Parque Nacional da Serra da Canastra	MG	Natural
Parque Nacional da Serra da Capivara e Áreas de Preservação Permanente	PI	Natural e Cultural
Parque Nacional da Serra do Divisor	AC	Natural
Estação Ecológica do Taim	RS	Natural
Estação Ecológica do Raso da Catarina	BA	Natural

Fonte: http://whc.unesco.org/archive/2005/whc05-29com-08Af.pdf

Dentre essas dezoito indicações, apenas duas são candidatas até o momento para inscrição na categoria de paisagem cultural: o Caminho do Ouro de Paraty e a Paisagem Cultural do Rio de Janeiro. No caso da proposta para Paraty, ela tem movimentado muito a comunidade local. Em 2001, um seminário contou com a presença de Jean Pierre Halevy, como consultor da UNESCO (SEMINARIO..., 2001). Por ser mais uma cidade colonial, era sabido que a candidatura da cidade deveria apresentar um diferencial, uma vez que a própria UNESCO considera que não cabem mais cidades coloniais brasileiras na sua lista, por tratar-se de uma lista representativa e não exaustiva, fato que já era colocado desde a candidatura de Diamantina. Uma das soluções apontadas durante o seminário foi a de associar a cidade à sua paisagem natural, ao mar e à Serra do Mar, além do Caminho do Ouro. Um Comitê local foi criado preparando a candidatura da cidade. Como estratégia para diferenciar Paraty das demais cidades coloniais, o Caminho do Ouro, parte da Estrada Real que descia a serra até o porto de Paraty, foi incluído na candidatura.

Em 2004, entretanto, a UNESCO julgou o dossiê apresentado pelo IPHAN para candidatura de Paraty na categoria de paisagem cultural incompleto e sugeriu uma série de alterações. As principais críticas referiam-se ao fato de não terem sido englobados de modo consistente os elementos necessários para se constituir uma "paisagem cultural", tais como as manifestações culturais populares, reivindicadas pela população. Tampouco foi destacada de maneira eficiente a relação entre os elementos naturais e culturais do sítio, atribuindo um valor muito maior ao aspecto construído do sítio histórico. Em 2007 encontra-se em preparação um novo trabalho de acordo com as recomendações feitas e atribuindo valor também às manifestações culturais locais e à relação entre cultura e natureza impressas na paisagem.

A proposta de transformar o Rio em paisagem cultural reconhecido pela UNESCO tem gerado bastante discussão. Uma primeira proposta foi dirigida apenas para a área da Floresta da Tijuca. As recomendações da consultoria da UNESCO foram de que a instrução fosse refeita e de que parte da cidade fosse também incluída, visando melhor integrar-se na concepção de paisagem cultural. O processo de elaboração do dossiê tem suscitado inúmeros questionamentos, sendo a inclusão ou não de favelas dentro dessa área apenas um deles. Sua conclusão é esperada e o parecer da UNESCO é aguardado, para que a primeira inscrição de uma paisagem cultural brasileira como patrimônio mundial seja tão especial e significativa como são o Rio de Janeiro ou Paraty.

Para pensar paisagem cultural e patrimônio no Brasil hoje

> *De fato, parece que a paisagem é continuamente confrontada com um essencialismo que a transforma em um dado natural. Há algo como uma crença comum em uma naturalidade da paisagem, crença bem arraigada e difícil de erradicar, mesmo sendo ela permanentemente desmentida por numerosas práticas.* (CAUQUELIN, 2007)

A forma como a paisagem foi tratada como patrimônio cultural variou consideravelmente ao longo dos setenta anos de gestão pública federal desse patrimônio no Brasil. Da mesma forma, essa abordagem tem variado bastante, seja no âmbito da discussão acadêmica sobre o próprio conceito da paisagem, seja em diferentes experiências internacionais de gestão do patrimônio cultural e do território a partir da categoria de paisagem. Isso mostra como a forma segundo a qual a paisagem é vista é, antes de mais nada, um constructo em permanente transformação. Um dos objetivos implícitos neste trabalho foi esse: o de desnaturalizar a idéia de paisagem e sua relação com o patrimônio cultural, procurando quebrar com aquele essencialismo do qual nos fala Anne Cauquelin. Compreender como a relação entre patrimônio cultural e paisagem foi tratada em diferentes momentos, além de nos mostrar como esta é uma relação construída por uma prática que se transforma, não sendo portanto um dado acabado, nos fornece ferramentas para pensar diferentes possibilidades para se trabalhar a paisagem a partir de diferentes interesses.

Processo iniciado na década de 1990 e intensificado a partir dos anos 2000, dentro das instituições de preservação do patrimônio cultural no Brasil, uma série de iniciativas procuram hoje incorporar a paisagem como um bem patrimonial a partir de novas perspectivas e utilizando o qualificativo de *paisagem cultural*. Apesar do diagnóstico da falta de uma ação dirigida do IPHAN em relação à preservação de paisagens de um modo geral e especialmente de paisagens culturais, entendidas como um sistema agregador de diferentes valores, ações isoladas têm caminhado nessa direção. O trabalho de Carlos Fernando Delphim, arquiteto do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização é um exemplo. Ex-integrante da Coordenadoria do Patrimônio Natural do

IPHAN, desde então explicita associações entre o natural e o cultural através do conceito de paisagem nos diferentes pareceres que produz institucionalmente. Bons exemplos são estudos que realizou acerca do sítio histórico de Porongos, ou o Relatório de Viagem ao Cariri (DELPHIM, 2006 e 2006a), ambos revelam um olhar para os bens patrimoniais no sentido de tomar a paisagem como o elo de integração entre diferentes aspectos.

Também junto ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, o projeto sobre os Caminhos dos Imigrantes no sul do país procura valorizar a perspectiva da paisagem através da idéia de rotas e caminhos. Da mesma forma, o Departamento de Patrimônio Imaterial, através da política de instrução de dossiês para inscrição de bens no livro dos lugares pode oferecer uma perspectiva integradora bastante interessante.

Entre os trabalhos desenvolvidos pelas Superintendências Regionais, um exemplo é o da 4ª Superintendência Regional, no Ceará, com o Projeto Cariri, desenvolvido em conjunto com a Universidade Regional do Cariri – URCA – e que também tem se preocupado em abordar a paisagem cultural como um instrumento para a leitura das referência culturais da região através de uma abordagem sistêmica. Na aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Cariri, a noção de paisagem cultural foi utilizada para a delimitação do território da pesquisa. Da mesma forma, o projeto de atribuição de valor à obra do poeta Patativa do Assaré, também do Cariri, dá especial ênfase à relação entre a sua poesia e a paisagem.

A categoria de paisagem cultural hoje mostra uma grande riqueza e variedade de possibilidades de abordagem. É possível, no entanto, apontar alguns aspectos que devem balizar qualquer abordagem sobre a paisagem como um bem patrimonial. Se quisermos utilizar essa categoria, devemos ter em mente que a paisagem cultural deve ser o bem em si, evitando cair no erro de percebê-la como o entorno ou ambiência para um sítio, ou para determinados elementos que tenham seu valor mais exaltado. Isso significa que sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nelas existam. A grande vantagem da categoria de paisagem cultural reside mesmo no seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que as instituições de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo trabalharam historicamente de maneiras apartadas. É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado.

Isso tem sido demonstrado por experiências distintas como a do Comitê para o Patrimônio Mundial da UNESCO ou a da Convenção Européia da Paisagem, aqui analisadas. Da mesma forma, como vimos, diferentes correntes da geografia têm tratado a paisagem de maneiras consideravelmente diferentes. Isso tem se refletido também nas ações de preservação do patrimônio cultural. No caso da Convenção Européia da Paisagem, algumas experiências têm se aproximado mais daquelas propostas pela Escola de Berkeley, como na elaboração de atlas e tipologias da paisagem. Já na proposta da UNESCO, vemos um múltiplo alinhamento. O estabelecimento das três diferentes subcategorias segundo as quais as paisagens culturais poderiam ser reconhecidas parece uma tentativa de englobar diferentes correntes. Assim, enquanto a *paisagem evoluída organicamente* traz em si uma matriz saueriana muito forte, através da perspectiva evolucionista e historicista, dando ênfase na forma como o homem construiu determinada paisagem ao longo do tempo, *a paisagem associativa* parte de uma matriz que valoriza em primeiro lugar as associações culturais feitas em torno de determinada paisagem, abordagem que, na geografia cultural, passou a ser valorizada a partir de seu movimento de renovação que teve início na década de 1980. Já a categoria chamada de *paisagem claramente definida* parece estar muito mais ligada a uma tradição do paisagismo e da arquitetura da paisagem.

Além de remeter à discussão existente na geografia, na área de preservação cultural, a utilização da qualificação *cultural* à paisagem pode também ser uma boa estratégia para diferenciação de outras abordagens ligadas à paisagem, como aquelas que tratam a categoria a partir da idéia de panorama, como vimos, muito utilizada nos primeiros anos de ação do IPHAN. No entanto, deve ser ressaltado que, como estabelecido pelos geógrafos alemães do século XIX e mantido pela tradição da geografia cultural desde então, paisagem cultural é qualquer paisagem alterada pelo homem. Transformação essa que pode se dar em diferentes níveis, até mesmo da forma como querem aqueles que trabalham com a fenomenologia da paisagem, realizada apenas ao nível mental, na apropriação emocional de uma paisagem natural. A grande tarefa que cabe àqueles que trabalham com a proteção do patrimônio cultural é a de identificar quais paisagens culturais devam ser objeto de atribuição de valor e de preservação a partir de quais critérios.

Além da questão da identificação e patrimonialização das paisagens culturais, um outro problema que tem que ser resolvido pela Instituição é quanto às

estratégias que devem ser adotadas para a sua preservação. Apesar de a legislação permitir a inscrição de paisagens no Livro do Tombo adequado, é necessário ainda que se discuta a validade do instrumento do tombamento aplicado a uma grande área como aquela que, quase sempre, abarca uma paisagem cultural. Da mesma forma, deve-se problematizar a ação do Registro do Patrimônio Imaterial em relação às paisagens. A discussão sobre a paisagem cultural como instrumento de reconhecimento e gestão do patrimônio cultural brasileiro que ora se intensifica, torna este um momento apropriado para se pensar ações conjuntas da Instituição, valorizando exatamente o aspecto integrador e holístico das abordagens a partir da paisagem cultural.

Todas essas são discussões que precisam ser levantadas caso se queira explorar a categoria de paisagem cultural na identificação e proteção do patrimônio cultural brasileiro em toda a sua potencialidade. Uma coisa, no entanto, é certa: todas essas dúvidas não nos devem impedir de iniciar o trabalho de reconhecimento e atribuição de valor de paisagens culturais no Brasil. É na prática e nas ações do dia-a-dia que a viabilidade de determinadas estratégias pode ser demonstrada com mais ênfase. É nos problemas e na discussão entre as pessoas envolvidas nessa prática que o tema vem ganhando corpo dentro das instituições da preservação cultural no país. Isto, no entanto, não nos permite que percamos de vista o embasamento teórico.

A categoria de paisagem cultural aplicada à preservação do patrimônio no Brasil ainda coloca muitas dúvidas e aventa muitas possibilidades de uso. Trata-se de um caminho a ser trilhado, ainda pouco explorado. E é ai que reside a riqueza da abordagem da paisagem cultural no processo de renovação dos trabalhos sobre o patrimônio cultural nesse começo do século XXI. Por tudo isso, conclamamos a todos os interessados no assunto que se debrucem sobre o tema e contribuam para novos olhares sobre o patrimônio cultural brasileiro.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Leila Bianchi. *Porto Seguro, berço da nacionalidade brasileira: Patrimônio, memória e história*, 2001. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: O caso de Ouro Preto*, 2006. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. Tombamento na preservação de áreas naturais. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 19, 1984.

ANDRADE, Mário. Anteprojeto de lei criando o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: SPHAN/PRO-MEMORIA. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: Uma trajetória.* Brasília: SPHAN/PRO-MEMORIA, 1980, p. 90-106.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. O patrimônio histórico e artístico nacional. In: *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Nacional PRO-MEMORIA, 1987, p. 56-66.

BERDOULAY, Vincent. *La formation de l'école française de géographie (1870-1914)*. Paris: CTHS, 1981.

BERDOULAY, Vincent; SOUBEYRAN, Olivier. Vidal de la Blache, Paul. In: LEVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (orgs.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003, p. 981-983.

BERQUE, Augustin. Paysage-empreinte, paysage-matrice: éléments de problématique pour une géographie culturelle. In: *L'Espace Géographique*, v. 12, n. 1, 1984, p. 33-34.

_____. (org.). *Cinq propositions pour une théorie du paysage*. Paris: Champ Valon, 1994.

BESIO, Mariolina. Conservation Planning: The European Case of Rural Landscapes. In: UNESCO; UNIVERSITY OF FERRARA (orgs). *Cultural Landscapes: The challenges of conservation*, Workshop. 11-12 Nov. 2002. (World Heritage Papers, n. 7, 2003, p 60-67).

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/.

BURQUE, Peter. *A escola dos Annales, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: UNESP, 1997.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o mundo do patrimônio: Notas para um balanço crítico. *Revista do Brasil,* n. 4, 1985, p. 32-43.

CAPEL, Horacio. *Filosofía y Ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.

CASTRO, Sônia Rabello. *O Estado na preservação de bens culturais*. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.

CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: A construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40).* 1998. Tese (Doutorado em História Social das Idéias), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

CHUVA, Márcia R. R.; PESSOA, José S. B. Centro Histórico de São Francisco do Sul. In: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL. *Estudos de tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p. 53-78. (Série Cadernos de Documentos, n.2).

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: EdUFSC, 1999.

COMISSAO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMAD. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

CONFERENCIA das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Agenda 21*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Edições Técnicas, 2001.

CORREA, Roberto Lobato. Carl Sauer e a Geografia Cultural. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51, n. 1, 1989, p. 113-122.

_____. A dimensão cultural do espaço: Alguns temas. *Espaço e Cultura*, v. 1, n. 1, 1995, p. 1-21

COSGROVE, Denis E. *Social Formation and Symbolic Landscape*. London, Sydney: Croom Helm, 1984.

_____. Geography is everywhere: Culture and symbolism in human geography. In: GREGORY, D.; WALFORD, R. (org.). *Horizons in Human Geography*. London: MacMilian, 1989.

DEJEANT-PONS, Maguelonne. European Landscape Convention. In: UNESCO; UNIVERSITY OF FERRARA (orgs). *Cultural Landscapes: the challenges of conservation*, Workshop. 11-12 Nov. 2002. (World Heritage Papers, n. 7, 2003, p 52-54).

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Manual de intervenções em jardins históricos.* Brasília: IPHAN, 2005.

_____. O Sítio Histórico de Porongos. In: IPHAN. *Cadernos de Estudos PEP – Contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2006.* Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

_____. Relatório de atividades desenvolvidas no Crato-CE. In: IPHAN. *Cadernos de Estudos PEP – Contribuição dos palestrantes da 1ª Oficina PEP 2006*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006a.

DUNCAN, James. The superorganic in American Cultural Geography. *Annals of the Association of American Geographers*. 70 (2), 1980, pp. 181-198.

_____. *The city as text. The politics of landscape interpretation in the Kandyan Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

ENGLISH, Paul Ward; MAYFIELD, Robert C. The Cultural Landscape. In: ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. (org.) *Man, Space, and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography*. New York, London, Toronto: Oxford University Press, 1972, p. 3-9.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL. *Estudos de tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995. (Série Cadernos de Documentos, n.2).

FONSECA, Cecília Londres. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 2005.

FOWLER, P. J. *World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002*. UNESCO: Paris, 2003, 133 p. (World Heritage Papers, n. 6). Disponível em: http://whc.unesco.org/en/series/6/

FRANCO, Luiz Fernando P. N. Centro Histórico de Laguna. In: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL. *Estudos de tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p. 9-22. (Série Cadernos de Documentos, n.2).

FREITAS, Inês Aguiar de; PINTO, Fernando Lemos Firmino. A 'síntese fisiográfica' de Alberto Lamego – contribuição para a história ambiental do estado do Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 6., 2004, Goiânia:. Disponível em: http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo2/E2_183.htm, consultado em 02/01/2007.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GOMES-MENDOZA, Josefina et al. (orgs.) *El Pensamiento Geográfico*. Madrid: Alianza, 1982.

GOMEZ-MENDOZA, Josefina; SANZ-HERRAIZ, Concepción. La tipología de paisajes como elemento necesario de su protección y de su gestión. Awareness to the landscape: from perception to protection / La sensibilisation au paysage: de la perception à la protection. *Environmental encounters*, v. 52. Council of Europe Publishing, 2001, p. 21-24. Disponível em: http://whc.unesco.org/documents/publi_wh_papers_07_en.pdf

HALEVY, Jean-Pierre. As tendências atuais para a inclusão de sítios na lista do patrimônio mundial. SEMINARIO de Planejamento Paraty. *Planejamento e Patrimônio Mundial*, 2001, p. 33-42.

HARTSHORNE, Richard. The nature of geography: a critical survay of current thought in the light of the past. Lancaster: AAAG, 1939.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). *Cartas Patrimoniais*. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

_____. Coletânea de leis sobre Preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

JOHNSTON, R. J. *Geografia e Geógrafos* (*a Geografia humana anglo-americana desde 1945*). São Paulo: Difel, 1986.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: Biblioteca Geográfica Brasileira – IBGE, 1948.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LEIGHLY, John. Introduction to Land and Life. In: LEIGHLY, J. (org.) *Land and Life. A selection from the writings of Carl Ortwin Sauer.* Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1963, p. 1-8.

MARTINEZ DE PISON, Eduardo. Reflexión sobre el concepto de paisaje. Awareness to the landscape: from perception to protection / La sensibilisation au paysage: de la perception à la protection. *Environmental encounters*, n. 52. Council of Europe Publishing, 2001, p. 11-18.

MEINING, Donald W. (org.): *The interpretation of ordinary landscape*. Londres: Oxford University Press, 1979.

MIKESELL, Marvin W. Landscape. In: ENGLISH, P. W.; MAYFIELD, R. C. (org.) *Man, Space, and Environment. Concepts in Contemporary Human Geography.* New York, London, Toronto: Oxford University Press, 1972, p. 9-15.

MITCHELL, Nora; BUGGEY, Susan. Protected Landscapes and Cultural Landscapes: Taking Advantage of Diverse Approaches. *The George Wright Forum*, v. 17, n. 1, 2000, The George Wright Society, p. 35-46.

MONDADA, Lorenza; SODERSTROM, Ola. Du texte a l'interaction: parcours à travers la géographie culturelle contemporaine. *Géographie et Cultures*, n. 8, 1993, p. 71-82.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. William Morris Davis e a teoria geográfica. *Revista Brasileira de Geomorfologia*, v. 2, n. 1, 2001, p. 1-20.

MOTTA, Lia. *Patrimônio urbano e memória social: Práticas discursivas e seletivas de preservação – 1975 a 1990*. 2000. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento), UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

O'DONNELL, Patricia M. Learning from World Heritage: Lessons from 'International Preservation & Stewardship of Cultural & Ecological Landscapes of Global Significance,' the 7th US/ICOMOS International Symposium. *The George Wright Forum*, v. 21, n. 3, 2004, p 41-61.

OLWIG, Kenneth R. Recovering the Substantive Nature of Landscape. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 86, n. 4, 1996, p.630-633.

PARENT, Michel. *Protection et mise em valeur du patrimoine culturel brésilien dans la cadre du développement touristique et économique*. Paris: UNESCO, *mimeo,* 1968.

PINTO-CORREIA, T.; CANCELA D'ABREU, A.; OLIVEIRA, R. Identificação de unidades de paisagem: metodologia aplicada a Portugal Continental. *Finisterra*, v. 36, n. 71, 2001, p. 195-2006.

PRIEUR, Michel. Legal provisions for cultural landscape protection in Europe. In: UNESCO; UNIVERSITY OF FERRARA (orgs). *Cultural Landscapes: The challenges of conservation,* Workshop. 11-12 Nov. 2002. (World Heritage Papers, n. 7, 2003, p 149-155).

_____. Les relations entre la Convention et les autres instruments internationaux. *Naturopa*, n. 98, 2002, p. 10-11.

REPORT of the Expert Group on Cultural Landscapes, La Petite Pierre (France) 24-26 October 1992. Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/pierre92.htm

ROSSLER, Mechtild. Linking Nature and Culture: World Heritage Cultural Landscapes. In: UNESCO; UNIVERSITY OF FERRARA (orgs). *Cultural Landscapes: The challenges of conservation,* Workshop. 11-12 Nov. 2002. (World Heritage Papers, n. 7, 2003, p. 10-15).

SAIA, Luiz. *Mesa redonda de informação sobre a conservação da natureza*. Rio de Janeiro, 1967, mimeo.

SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade monumento à cidade documento: A trajetória da norma de preservação das áreas urbanas no Brasil, 1937-1990*. 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 1995.

_____. *A cidade atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil nos anos 90*. 2004. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), UFBA, Salvador, 2004.

SANTOS, Helena M. dos; CHUVA, Marcia R. R. Conjunto Urbanístico, Arquitetônico e Paisagístico de Natividade. In: INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E

ARTISTICO NACIONAL. *Estudos de tombamento*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995, p. 23-52. (Série Cadernos de Documentos, n.2).

SAUER, Carl O. The Morphology of Landscape. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. N.; ROGERS, A. (org.). *Human Geography: An Essential Anthology*. Oxford: Blackwell, 1996 [1925], p. 296-315.

SCAZZOSI, Lionella. Le paysage, un document et un monument. *Naturopa*, n. 99, 2003, p. 30-31.

SCHICK, Manfred. Otto Schlüter 1872-1959. In: FREEMAN, T. W. (org.) *Geographers. Bibliographical Studies*, v. 6. London: Mansell, 1982, p. 115-122.

SEMINARIO de Planejamento Paraty. *Planejamento e Patrimônio Mundial*, 2001.

SILVA, Mauro Gil Ferreira; RIBEIRO, Rafael Winter. Debates entre o tradicional e o novo na geografia cultural. *Revista de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 3, 1999, p. 94-114.

SWANWICK, Carys. *Landscape character assessment. Guidance for England and Scotland*. The Countryside Angency & Scottish Natural Heritage, 2002.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.

_____. *Paisagens do medo*. São Paulo: Unesp, 2005.

TISSIER, Jean-Louis. Paysage. In: LEVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (orgs.). *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Belin, 2003, p. 697-701.

UNESCO; UNIVERSITY OF FERRARA (orgs). *Cultural Landscapes: The challenges of conservation*, Workshop. 11-12 Nov. 2002. (World Heritage Papers, n. 7, 2003, 193p).

UNESCO. Convention and UNESCO Policy. In: UNESCO; UNIVERSITY OF FERRARA (orgs). *Cultural Landscapes: the challenges of conservation*, Workshop. 11-12 Nov. 2002. (World Heritage Papers, n. 7, 2003, p 55-59).

_____. *Convention concerning the protection of the world cultural and natural heritage.* World Heritage Committee, Sixteenth session (Santa Fe, United States of America, 7-14 Dec. 1992). Disponível em: http://whc.unesco.org/archive/repcom92.htm

WEINMANN, Arno. Projects to Safeguard Threatened Landscapes in Germany and Eastern Europe. In: UNESCO; UNIVERSITY OF FERRARA (orgs). *Cultural Landscapes: the challenges of conservation*, Workshop. 11-12 Nov. 2002. (World Heritage Papers, n. 7, 2003, p 68-70)

XAVIER, Carlos Alberto Ribeiro de; DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *Diretrizes para a análise e a classificação do patrimônio natural.* Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, mimeo, 1988.

Anexo I

Breve Cronologia da Paisagem na Geografia (Segunda metade do século XIX e século XX)

Ano	Evento
1847	Alexander von Humboldt (1769-1859) publica o primeiro volume de *Cosmos*, seu livro mais conhecido. Mesmo antes da institucionalização da disciplina geográfica, é considerado por muitos como um dos fundadores dos estudos de paisagem a partir de uma perspectiva naturalista.
Final do Século XIX e início do século XX	Otto Shulluter (1872-1959) criou os termos "geografia cultural", "paisagem natural" e "paisagem cultural", criando a morfologia da paisagem cultural e adotando uma perspectiva oriunda da geomorfologia (o estudo das formas da terra).
	Siegfried Passarge (1866-1958) desenvolve o estudo da paisagem. Criou uma hierarquia das paisagens culturais.
1903	Paul Vidal de la Blache (1845-1918) publica o *Tableau de la géographie de la France*, obra que seria encarada como o modelo da escola de geografia regional francesa. Na sua obra são mais fortes os conceitos de região e de meio. No entanto, ao valorizar as marcas impressas no espaço pela relação entre homem e natureza provoca uma reflexão sobre a construção da paisagem.
1925	Carl Ortwin Sauer (1889-1975) publica "The Morphology of Landscape" no *Annals of the Association of American Geographers*, o periódico mais importante da comunidade geográfica norte americana, e cria um conteúdo programático para a geografia, tendo a paisagem como o conceito síntese da disciplina e no método morfológico como a forma de abordá-la. Seus trabalhos e sua influência fundam uma Escola na geografia conhecida como Escola de Berkeley.
1939	Richard Hartshorne (1899-1992), um dos geógrafos mais influentes do século XX, publica *The nature of geography*. Ele estabelece como objeto principal da geografia a diferenciação de áreas. Nega a paisagem como um conceito científico. Apesar disso, a Escola de Berkeley permanece atuante.

Ano	Evento
1952	Eric Dardel (1899-1967) publica *L'Homme et la Terre*. Fortemente influenciado pela fenomenologia, estava interessado na experiência dos homens em relação ao mundo em que vivem. Foi em grande parte ignorado no seu tempo e redescoberto posteriormente por aqueles que se interessaram pela interpretação dos sentidos das paisagens na geografia para os grupos que as vivenciam.
Fim da década de 1960	Um grupo de autores, procurando romper com o positivismo na geografia e incorporar a subjetividade na pesquisa geográfica cria uma nova corrente e que passa a ser chamada de *Humanistic Geography*, ou Geografia Humanista. Dentre eles tem destaque o chinês radicado nos Estados Unidos Yu-Fu Tuan, dando mais valor ao conceito de lugar.
1969	David Harvey, outro dos geógrafos mais importantes do século XX, ainda hoje atuante, publica *Explanation in geography*. O livro reflete o momento em que a corrente que ficaria conhecida como *Geografia teorético-quantitativa* ganhava espaço. Essa corrente via na utilização da linguagem matemática e no estabelecimento de modelos a linguagem universal das ciências. Valorizava o conceito de espaço. A Escola de Berkeley permanece como um nicho de resistência à predominância dessa corrente.
1973	David Harvey publica novo livro apoiado numa nova corrente de pensamento. *Social Justice and the City* influenciou muitos dos geógrafos da escola quantitativa a transformarem sua orientação. Aparecia a então chamada *Geografia crítica*, ou simplesmente *Geografia marxista*, nome que revela a orientação teórica dominante a partir de então. Para eles, são os conceitos de espaço e de território que são tidos como os mais importantes.
1980	James Duncan publica "The Super organic in American Cultural Geography" no mesmo periódico em que Sauer havia publicado "The Morphology of Landscape", tecendo fortes críticas à concepção de cultura adotada por Sauer e sua Escola. Junto com outros autores, como Dennis Cosgrove e Peter Jackson criam aquilo que chamam de *New Cultural Geography*, ou Nova Geografia Cultural para se diferenciarem dos trabalhos da Escola de Berkeley, a quem chamam de Geografia Cultural Tradicional.

Ano	Evento
1984	Denis Cosgrove publica "Social Formation and Symbolic Landscape" no qual explora a simbologia da paisagem através de uma perspectiva fortemente ancorada no materialismo histórico.
1987	Denis Cosgrove e Peter Jackon publicam "New Direction in Cultural Geography" no qual apontam os novos caminhos para a geografia Cultural ancorada na interpretação das paisagens. Valorizam a abordagem da paisagem como um texto e como teatro. Valorizam também a abordagem dos historiadores da arte sobre a iconografia da paisagem como o melhor método de interpretação de imagens já desenvolvido.
1989	David Harvey publica *The Condition of post modernity*, refletindo o momento em que teorias pós-modernas começam a ser discutidas com mais força dentro da geografia. A multiplicidade de enfoques confere maior visibilidade àqueles que trabalham com a paisagem.
1990	James Duncan publica "*The City as Tex*t", ou "A cidade como texto". Baseado nos seus estudos sobre o Sri Lanka, adota a idéia de que a paisagem deve ser lida como um texto, sendo como tal, passível de múltiplas interpretações.
1992	Criação do periódico *Géographie et Cultures*, importante veículo em francês das novas abordagens sobre cultura e geografia.
1994	Criação do periódico *Ecumene*, veículo de difusão em inglês de trabalhos da geografia cultural renovada.
1995	Criação do periódico *Espaço e Cultura*, preocupado com a tradução de textos clássicos da geografia cultural, bem como na difusão dos trabalhos de geografia cultural realizados no Brasil e no exterior.

Anexo II

Bens inscritos como Paisagem Cultural na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO até 2006

País	Bem inscrito	Ano de inscrição
Afeganistão	Paisagem cultural e vestígios arqueológicos do vale de Bamiyan	2003
África do Sul	Paisagem Cultural de Mapungubwe	2003
Alemanha	Jardins de Dessau-Wörlitz	2000
	Vale do Elba em Dresdem	2004
	Vale do Alto Reno	2002
Andorra	Vale do Madriu-Perafita-Claror	2004
Argentina	Quebrada de Humahuaca	2003
Austrália	Parque Nacional de Uluru-Kata Tjuta	1987
Áustria	Paisagem Cultural de Hallstatt-Dachstein/ Salzkammergut	1997
	Paisagem Cultural de Wachau	2000
Cazaquistão	Petroglifos da paisagem arqueológica de Tamgaly	2004
Chile	Cidade mineira de Sewell	2006
Cuba	Paisagem arqueológica das primeiras plantações de café do sudeste de Cuba	2000
	Vale de Viñales	1999
Espanha	Paisagem Cultural de Aranjuez	2001
Filipinas	Terraços de arroz das cordilheiras filipinas	1995
França	Jurisdição de Saint-Emilion	1999
	Vale do Loire entre Sully-sur-Loire e Chalonnes	2000
Hungria	Parque Nacional de Hotobágy-Puszta	1999
	Paisagem Cultural Histórica da região vinícola de Tokaj	2002

País	Bem inscrito	Ano de inscrição
Índia	Abrigo sobre rocha de Bhimbetka	2003
Iran	Bam e sua Paisagem Cultural	2004
Islândia	Parque Nacional de Pingvellir	2004
Itália	Sacri Monti do Piemonte e Lombardia	2003
	Costa Amalfitana	1997
	Parque Nacional de Cilento e de Vallo Diano	1998
	Portovenere, Cinque Terres e ilhas	1997
	Vale do Orcia	2004
Israel	Rota do Incenso – cidades do deserto de Néguev	2005
Japão	Sítios sagrados e caminhos de peregrinagem nos Montes Kii	2004
Líbano	Quadi Oadisha ou Vale santo e floresta de cedros de Deua (Horsh Arz el-Rab)	1998
Madagascar	Colina Real de Ambohimanga	2001
México	Paisagem do Agave e antigas instalações industriais de Tequila	2005
Mongólia	Paisagem Cultural do vale do Orkhon	2004
Nigéria	Paisagem Cultural de Sukur	1999
	Floresta Sagrada de Osun-Oshogbo	2005
Noruega	Vegaøyan –Arquipélago de Veja	2004
Nova Zelândia	Parque Nacional de Tongariro	1990
Filipinas	Arrozais em terraços das cordilheiras das Filipinas	1995
Polônia	Kalwaria Zebrzydowska: conjunto arquitetural maneirista e paisagem e parque de peregrinagem	1999
Portugal	Paisagem Cultural de Sintra	1995
	Paisagem vinícola da ilha do Pico	2004
	Região vinícola do Alto-Douro	2001

País	Bem inscrito	Ano de inscrição
República Democrática Popular de Lao	Vat Phou e os antigos assentamentos associados à paisagem cultural de Champassak	2001
República Tcheca	Paisagem Cultural de Lednice-Valtice	1996
Reino Unido	Ilha de St. Kilda	2005
	Jardins botânicos reais de Kew	2003
	Paisagem industrial de Blaenavon	2000
	Paisagem mineira da Cornualha e de West Devon	2006
Suécia	Paisagem Agrícola do Sul de Öland	2000
Togo	Koutammakou	2004
Zimbábue	Montes Matobo	2003
Alemanha/Polônia	Parque de Muskau	2004
Áustria/Hungria	Paisagem Cultural de Fertö/ Neusiedlersee	2001
Rússia/Lituânia	Istmo de Courlande	2000
França/Espanha	Pirineus – Monte Perdido	1997

Fonte: http://whc.unesco.org/fr/paysageculturel/e http://www.icomos.org/landscapes/ listedupatrimoine.htm

Anexo III

Os caminhos institucionais para a criação da Convenção Européia da Paisagem

As discussões para a criação da uma convenção sobre a paisagem na Europa tiveram início em 1994, quando, alguns meses antes da 1ª Sessão Plenária do Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa, a antiga Conferência permanente dos poderes locais e regionais adotou a Resolução 256 (1994) sobre a 3ª Conferência das regiões mediterrâneas. Nesse texto, a antiga Conferência permanente convida o Congresso, como órgão que a sucedeu, a elaborar, sobre a base da carta da paisagem mediterrânea – adotada em Sevilha, uma Convenção sobre a gestão e proteção da paisagem natural e cultural em toda a Europa.

Um ano depois, a Agência Européia do Meio Ambiente publicou o relatório "L'environnement de l'Europe" no qual consagra o capítulo 8 à questão da paisagem e exprime, como uma de suas conclusões, o desejo de que o Conselho da Europa elabore uma convenção européia da paisagem rural. Em 1995 a União Mundial pela Natureza (UICN) publicou o documento "Des Parcs pour la vie: des actions pour les aires protégées d'Europe", com o apoio de diferentes agências ambientais dos países europeus. O texto preconiza o estabelecimento de uma Convenção Internacional sobre a proteção das paisagens rurais na Europa.

A partir dessas recomendações e de uma demanda social crescente, o Congresso decidiu elaborar um projeto de Convenção européia da paisagem em vista de sua adoção pelo Comitê dos Ministros do Conselho da Europa. A fim de elaborar esse projeto, em setembro de 1994, o Congresso criou um grupo de trabalho *ad hoc*. Em novembro desse mesmo ano teve lugar a primeira reunião desse grupo, composto por membros da Câmara dos poderes locais e da Câmara das regiões do Congresso. Como aplicação do princípio da consulta e da participação, muitas instituições e programas internacionais, nacionais e regionais foram convidadas a participar dos trabalhos desse grupo de trabalho. Em razão da complexidade científica do tema e da diversidade das abordagens jurídicas nacionais, o grupo de trabalho elaborou, como documento preparatório, uma versão completa do projeto de Convenção em termos não jurídicos e um estudo de direito europeu comparado da paisagem. Esse estudo foi elabo-

rado a fim de conhecer as condições jurídicas e práticas relativas à proteção, à gestão e ao gerenciamento da paisagem nos Estados membros do Conselho da Europa. Por outro lado, durante esses trabalhos, o grupo de trabalho fez constantemente referências aos textos jurídicos já existentes ao nível internacional nesse domínio. Entre esses textos figuram a Convenção para a salvaguarda do patrimônio arquitetônico da Europa, a Convenção relativa à conservação da vida selvagem e do meio natural na Europa, a Convenção européia para a proteção do patrimônio arqueológico, a Recomendação 95 (9) do Comitê dos Ministros relativa à Conservação dos sítios culturais integrada às políticas de paisagem, a Recomendação (79) 9 do Comitê dos Ministros concernente à ficha de identificação e de avaliação das paisagens naturais em vista de sua proteção, a Carta da paisagem mediterrânea, o Regulamento das Comunidades européias concernentes aos métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências do ambiente e a manutenção do espaço natural, a diretiva das comunidades européias concernente à conservação dos habitats naturais, bem como da fauna e da flora selvagens, a diretiva das comunidades européias concernentes à avaliação do impacto sobre o ambiente, bem como outros textos importantes de direito nacionais, comunitário e internacional.

Dadas as exigências da democracia, bem como a especificidade, a polivalência e a variedade dos valores e interesses paisagísticos a levar em conta, no âmbito de seu programa de consulta sobre o projeto da Convenção, o grupo de trabalho organizou em Estrasburgo duas audições específicas. A primeira, dirigida aos organismos científicos nacionais e regionais privados e públicos e às organizações não governamentais européias interessadas, ocorreu entre 8 e 9 de novembro de 1995; a segunda, ocorrida em 24 de março de 1997, estava destinada aos organismos internacionais e às autoridades regionais européias. Em seguida a essas audições, na ocasião da 4ª Sessão plenária em Estrasburgo, entre 3 e 5 de junho de 1997, o Congresso adotou o anteprojeto de Convenção européia da paisagem no âmbito da resolução 53 (1997). O projeto de Convenção expresso em uma linguagem não jurídica e o estudo de direito comparado europeu da paisagem, já mencionados, foram apresentados como anexos à exposição de motivos dessa resolução. Nessa mesma ocasião, através da Recomendação 31 (1997), o Congresso solicitou à Assembléia parlamentar do Conselho da Europa que examinasse o anteprojeto da Convenção Européia da Paisagem contido na Resolução 53 (1997), expressasse uma avaliação e, se pos-

sível, de lhe desse apoio. Essa solicitação de avaliação e de apoio foi igualmente endereçada pelo Congresso ao Comitê das regiões da União Européia.

Por outro lado, além de recomendar ao Comitê de Ministros a adoção da Convenção européia da paisagem, o Congresso decidiu, ainda através da Resolução 53 (1997), consultar os representantes dos ministérios nacionais. Em função disso ele encarregou o grupo de trabalho de organizar uma conferência de consulta direcionada a esses representantes, bem como às principais organizações internacionais e não governamentais tecnicamente qualificadas no domínio da paisagem. A conferência foi realizada em Florença entre 2 e 4 de abril de 1998. Através dela, o Congresso pôde estabelecer um diálogo construtivo com as autoridades governamentais dos Estados membros do Conselho da Europa responsáveis pelas questões relativas à paisagem. Em particular, graças a essa troca de visões aberta e informal entre, de um lado, os membros do grupo de trabalho e os especialistas que os assistiram durante a preparação do projeto de Convenção e, de outro lado, os representantes dos ministérios encarregados da questão da paisagem, o Congresso pode compreender as exigências desses Estados no que tange ao estabelecimento de regras comuns visando a proteção, a gestão e o gerenciamento de suas paisagens pelo direito internacional.

A partir dos resultados bastante encorajadores da Conferência de Florença e do parecer bastante favorável das instituições internacionais sobre o anteprojeto da Convenção, e as proposições recebidas durante as audições mencionadas, o grupo de trabalho elaborou o projeto final da Convenção européia da paisagem, em vista de sua adoção pelo Congresso no âmbito do projeto de recomendação apresentado na ocasião da 5ª Sessão plenária (Estrasburgo, 26 a 28 de maio de 1998). Esse projeto de recomendação, adotado pelo Congresso em 27 de maio de 1998 (Recomendação 40, 1998), solicitou ao Comitê de Ministros do Conselho da Europa que examinasse o projeto de Convenção européia da paisagem em vista de sua adoção como Convenção do Conselho da Europa já, se possível, na ocasião da campanha sobre o patrimônio comum decidida pelos chefes de Estado e de governo durante seu 2º Sommet em Estrasburgo em outubro de 1997. A recomendação mencionada convidou, por outro lado, a Assembléia parlamentar do Conselho da Europa a apoiar o projeto de Convenção da paisagem em vista de sua adoção pelo Comitê de Ministros. Durante a sua 641ª reunião (15 a 18 de setembro de 1998), os delegados dos Ministros do Conselho da Europa examinaram a Recomendação 40 (1998) do CPLRE e solicitaram ao Comitê para as atividades do Conselho da

Europa em matéria de diversidade biológica e paisagística (CO-DBP) e ao Comitê do patrimônio cultural (CC-PAT) considerar a oportunidade e possibilidade de elaborar sob os auspícios do Conselho da Europa um texto de Convenção da paisagem, tendo em conta o projeto de Convenção européia da paisagem do CPLRE figurando na Recomendação 40 (1998). Esses organismos deram um parecer favorável em fevereiro e abril de 1999. Em função disso, durante a 676ª reunião (1º a 2 de julho de 1999), o Comitê dos Ministros decidiu pela criação dum Comitê de especialistas governamentais encarregados da redação da Convenção européia da paisagem baseada no projeto preparado pelo Congresso. Em particular, o Comitê de Ministros recomendou ao Comitê de especialistas que desse uma atenção particular aos artigos concernentes ao órgão encarregado de colocar em execução da Convenção e a identificação das paisagens de interesse europeu. O comitê de especialistas se reuniu três vezes (em setembro e novembro de 1999 e em janeiro de 2000) e transmitiu um novo projeto de Convenção ao CC-PAT e ao CO-DBP em janeiro de 2000. Esses dois comitês examinaram conjuntamente o texto em 10 de março de 2000 e decidiram de submetê-lo ao exame do Comitê dos Ministros, acompanhado do relatório da reunião, em vista de sua eventual adoção e aberto à assinatura. A parir dos textos existentes no relatório e dos pareceres da Assembléia parlamentar e do Congresso dos poderes locais e regionais da Europa, o secretário geral do Conselho da Europa submeteu um projeto de Convenção ao Comitê de Ministros para a adoção. O Comitê de Ministros adotou o texto da Convenção em 19 de julho de 2000 e fixou como data para a sua assinatura 20 de outubro de 2000.

Adaptado de: http://conventions.coe.int/Treaty/fr/Reports/Html/176.htm

Anexo IV

Convenção Européia da Paisagem – países signatários e ratificações

Estados	Assinatura	Ratificação	Entrada em vigor
Albânia	-	-	-
Alemanha	-	-	-
Andorra	-	-	-
Armênia	14/5/2003	23/3/2004	1/7/2004
Áustria	-	-	-
Azerbaijão	22/10/2003	-	-
Bélgica	20/10/2000	28/10/2004	1/2/2005
Bósnia-Herzegovina	-	-	-
Bulgária	20/10/2000	24/11/2004	1/3/2005
Chipre	21/11/2001	-	-
Croácia	20/10/2000	15/1/2003	1/3/2004
Dinamarca	20/10/2000	20/3/2003	1/3/2004
Espanha	20/10/2000	-	-
Estônia	-	-	-
Finlândia	20/10/2000	16/12/2005	1/4/2006
França	20/10/2000	-	-
Geórgia	-	-	-
Grécia	13/12/2000	-	-
Hungria	28/9/2005	-	-
Irlanda	22/3/2002	22/3/2002	1/3/2004
Islândia	-	-	-
Itália	20/10/2000	-	-
Letônia	-	-	-

Estados	Assinatura	Ratificação	Entrada em vigor
Macedônia	15/1/2003	18/11/2003	1/3/2004
Liechtenstein	-	-	-
Lituânia	20/10/2000	13/11/2002	1/3/2004
Luxemburgo	20/10/2000	-	-
Malta	20/10/2000	-	-
Moldávia	20/10/2000	14/3/2002	1/3/2004
Mônaco	-	-	-
Noruega	20/10/2000	23/10/2001	1/3/2004
Holanda	27/7/2005	27/7/2005	1/11/2005
Polônia	21/12/2001	27/9/2004	1/1/2005
Portugal	20/10/2000	29/3/2005	1/7/2005
República Tcheca	28/11/2002	3/6/2004	1/10/2004
România	20/10/2000	7/11/2002	1/3/2004
Reino Unido	-	-	-
Rússia	-	-	-
San Marino	20/10/2000	26/11/2003	1/3/2004
Sérvia e Montenegro	-	-	-
Eslováquia	30/5/2005	9/8/2005	1/12/2005
Eslovênia	7/3/2001	25/9/2003	1/3/2004
Suécia	22/2/2001	-	-
Suíça	20/10/2000	-	-
Turquia	20/10/2000	13/10/2003	1/3/2004
Ucrânia	17/6/2004	-	-

Fonte: http://conventions.coe.int/Treaty/Commun/ChercheSig.asp?NT=176&CM=2&DF=12/01/2006&CL=FRE acessado em 12/01/2006.

Anexo V

Bens Inscritos no Livro do Tombo Arqueológico Etnográfico e Paisagístico até 2006 (em ordem de inscrição)

Nome do Bem Inscrito
Museu de Magia Negra
Jardim Botânico (Especificamente O Portão da Antiga Fábrica de Pólvora e o pórtico da antiga Academia Imperial de Belas Artes;
Ilha da Boa Viagem, acervo arquitetônico e paisagístico
Casa nº 21 da Ladeira do Morro do Valongo
Sambaqui do Pindahy
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba
Coleção Arqueológica e Etnográfica do Museu Paraense Emílio Goeldi
Jardim do Hospital São João de Deus
Peças de Arqueologia Existentes no Museu da Escola Normal Justiniano de Serra
Coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística do Museu Coronel David Carneiro
Cidade de Congonhas do Campo
Coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística do Museu Paranaense
Coleção Arqueológica Balbino de Freitas de Conchais do Litoral Sul (No Museu Nacional)
Sambaqui situado acerca de 1 km da Barra do Rio Itapitangui
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Colégio do Caraça

	Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
	Museu da Polícia Civil: acervo	RJ	Rio de Janeiro	0035-T-38	001
		RJ	Rio de Janeiro	0157-T-38	002
		RJ	Niterói	0164-T-38	003
		RJ	Rio de Janeiro	0010-T-38	004
		MA	São Luís	0211-T-39	006
		SP	Carapicuíba	0218-T-39	007
		PA	Belém	0135-T-38	008
		BA	Cachoeira	0202-T-39	009
		CE	Fortaleza	0078-T-38	010
		PR	Curitiba	0040-T-38	011
	Congonhas do Campo, MG: conjunto arquitetônico e urbanístico	MG	Congonhas	0238-T-41	012
		PR	Curitiba	0140-T-38	013
		RJ	Rio de Janeiro	0077-T-38	014
		SP	Cananéia	0525-T-55	015
	Caraça: conjunto arquitetônico e paisagístico	MG	Catas Altas	0407-T-49	015-A

Nome do Bem Inscrito
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Santuário de Nossa Senhora da Piedade
Conjunto arquitetônico e paisagístico da cidade de Parati e, separadamente, o edifício da Santa Casa
Conjunto Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Vassouras, Demarcado no Processo, Constituído de Construções Públicas e Particulares, Incluindo Calçamento e Arborização
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico... Trechos da Av. Otávio Mangabeira, Conceição da Praia, Dique compreendendo os Conjuntos Urbanísticos e Vales Florestais...mares e Penha, Penha, Praça Ana ...
Casa na Av. Getúlio Vargas s/nº conhecida como Sobradão
Conjunto Paisagístico do Cemitério de N. Sra. da Soledade
Conjunto paisagístico do pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral.
Lapa da Cerca Grande
Gruta de Mangabeira
Cemitério Protestante
Conjunto urbano-paisagístico; Avenida Koeller - Conjunto urbano-paisagístico
Conjunto das Ruas Carneiro de Campos Sodré e Travessa Aquino Gaspar
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Praça Frei Caetano Brandão, Ex-largo da Sé ; Largo da Sé (Antigo) (Belém, PA)
Antiga Rua Direita, Rua Dom Pedro II, incluindo o conjunto arquitetônico e urbanístico do referido logradouro.
Área sita na Rua Marechal Deodoro, 365
Área do Passeio Público Antiga Praça dos Mártires, Inclusive... ; Praça dos Mártires (Antiga) (Fortaleza, CE)
Área do Parque do Flamengo tal como; Aterro do Flamengo
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico Constituído pela Cidade de São Cristóvão

	Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
	Serra e Santuário de Nossa Senhora da Piedade; Serra da Piedade	MG	Caeté	0526-T-55	016
		RJ	Parati	0563-T-57	017
		RJ	Vassouras	0566-T-57	018
		BA	Salvador	0464-T-52	019 a 027
	Casa na Avenida Getúlio Vargas; Sobradão do Foro	MG	Minas Novas	0597-T-59	028
		PA	Belém	0376-T-48	029
		MG	Belo Horizonte	0591-T-58	029-A
		MG	Matozinhos	0491-T-53	030
		BA	Ituaçu	0606-T-60	032-A
		SC	Joinville	0659-T-62	033
		RJ	Petrópolis	0662-T-62	034
		BA	Salvador	0684-T-62	034-A
	Largo da Sé: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	PA	Belém	0739-T-64	035
	Rua Direita: conjunto arquitetônico e urbanístico	MG	Sabará	0485-T-53	036
		SC	Joinville	0754-T-65	037
	Praça dos Mártires	CE	Fortaleza	0744-T-64	038
	Parque do Flamengo	RJ	Rio de Janeiro	0748-T-64	039
		SE	São Cristóvão	0785-T	040

Nome do Bem Inscrito
Conjunto Paisagístico de Cabo Frio
Parque Nacional da Tijuca e Florestas de proteção acima das cotas de oitenta e cem metros.
Palácio de Cristal e a Praça da Confluência em que ele se acha situado.
Acervo arquitetônico e urbanístico da cidade de Olinda, na área delimitada no Processo nº 674-T-62.
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta de Porto Seguro
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila de São Miguel compreendido...
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Localidade de Mambucaba
Fazenda Santa Eufrásia com seus bosques e acervo móvel
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cachoeira; Monumento Nacional (Cachoeira, BA)
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Praça Getúlio Vargas
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Igarassu
Morro do Pão de Açúcar
Morro da Urca
Morro da Babilônia
Penhasco do Corcovado
Penhasco dos Dois Irmãos
Penhasco da Pedra da Gávea
Morro Cara de Cão
Conjunto arquitetônico da Praça da Matriz e o prédio do Museu de Arte e História; prédio do Museu Municipal de Arte e História
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Lençóis
Conjunto Arquitetônico do antigo Horto Florestal
Município de Porto Seguro em especial o Monte Pascoal; Monte Pascoal (Porto Seguro, BA)
Município de Parati, convertido em Monumento Nacional pelo Decreto nº 58.077, de 24 de março de 1966

Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
	RJ	Cabo Frio	0757-T-65	041
Floresta da Tijuca	RJ	Rio de Janeiro	0762-T-65	042
Praça Koblenz	RJ	Petrópolis	0612-T-60	043
	PE	Olinda	0674-T-62	044
	BA	Porto Seguro	0800-T-68	045
	SC	Biguaçu	0810-T-68	046
	RJ	Angra dos Reis	0816-T-69	047
	RJ	Vassouras	0789-T-67	048
	BA	Cachoeira	0843-T-71	049
	RJ	Nova Friburgo	0833-T-71	050
	PE	Igarassu	0359-T-45	051
Morro do Pão de Açúcar	RJ	Rio de Janeiro	0869-T-73	052
	RJ	Rio de Janeiro	0869-T-73	053
	RJ	Rio de Janeiro	0869-T-73	054
Penhasco do Corcovado	RJ	Rio de Janeiro	0869-T-73	055
Penhasco dos Dois Irmãos	RJ	Rio de Janeiro	0869-T-73	056
Penhasco da Pedra da Gávea	RJ	Rio de Janeiro	0869-T-73	057
	RJ	Rio de Janeiro	0869-T-73	058
	MG	Nova Era	0880-T-73	059
	BA	Lençóis	0847-T-71	060
	RJ	Rio de Janeiro	0633-T-61	061
	BA	Porto Seguro	0800-T-68	062
	RJ	Parati	0563-T-57	063

Nome do Bem Inscrito
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luis
Prédio localizado na Rua Presidente Domiciano, nº 195 e seu respectivo parque arborizado
Prédio localizado na Estrada do Açude, nº 764 e respectivos acervos histórico e artístico; prédio localizado à rua Murtinho Nobre, nº 93, conhecido como "Chácara do Céu", e respectivos acervos histórico e artístico
Conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade de Alcantâra
Conjunto de Edificações que compõem o Forte de Coimbra ; Presídio de Nova Coimbra (Antigo) (Corumbá, MS)
Conjunto arquitetônico e paisagístico "Ver-o-Peso" e áreas adjacentes, Praça Pedro II e Boulevard Castilhos França, inclusive o Mercado de Carne e o Mercado Bolonha de Peixe
Prédios números 2, 6 e 8, formando um conjunto arquitetônico, situados na Praça Coronel Pedro Osório
Conjunto arquitetônico e urbanístico do Largo do Chafariz, ou Praça Monsenhor Confúcio, inclusive Chafariz da Boa Morte
Conjunto arquitetônico e urbanístico da Rua João Pessoa, antiga da Fundição
Conjunto arquitetônico e urbanístico (extensão do tombamento) da cidade de Goiás, compreendendo os seguintes logradouros: rua Dom Cândido; trechos da Praça do Rosário; rua Bartolomeu Bueno; caminho que leva à Fonte da Carioca; rua Guedes de Amorim até o largo da Boa Vista; rua Senador Eugênio Jardim; rua da Abadia e trecho da rua Treze de Maio; rua Passo da Pátria; inclusive a Igreja de Santa Bárbara; rua Couto Magalhães, esquina com a rua Senador Eugênio Jardim; rua Couto de Magalhães, trecho que inclui a Igreja de Nossa Senhora do Carmo e trecho entre a rua Sebastião Fleury Curado e rua Dr Corumbá; rua Sebastião Fleury Curado que margeia o Rio Vermelho, desde a entrada da cidade até a terceira ponte; praça ao lado da Igreja de São Francisco de Paula; Praça Castelo Branco e trecho da rua Dr Corumbá, entre a Praça Castelo Branco até a esquina da rua Couto Magalhães; Rua Moretti Foggia e Rua Félix Bulhões até a casa nº 9, inclusive.

	Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
		MA	São Luís	0454-T-51	064
	Palacete Bertholdy; Casa à Rua Presidente Domiciano, 195	RJ	Niterói	0899-T-74	065
		RJ	Rio de Janeiro	0898-T-74	066
	Centro Histórico de Alcântara, MA	MA	Alcântara	0390-T-48	067
		MS	Corumbá	0917-T-74	068
		PA	Belém	0812-T-69	069
		RS	Pelotas	0925-T-75	070
	Praça Monsenhor Confúcio: conjunto arquitetônico e urbanístico; Praça Brasil Caiado: conjunto arquitetônico e urbanístico	GO	Goiás	0345-T-42	071
	Rua João Pessoa: conjunto arquitetônico e urbanístico	GO	Goiás	0345-T-42	072
		GO	Goiás	0345-T-42	073

Nome do Bem Inscrito
Gruta do Lago Azul Localizada na Fazenda Anhumas e Gruta de N. Sra. Aparecida Localizada Na Fazenda Jaraguá; Grutas de Bonito
Conjunto Arquitetônico da Cidade de Rio de Contas
Fortaleza de N. Sra. da Conceição... Da Ilha de Araçatuba; Fortaleza De Araçatuba (Florianópolis, Sc)
Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico, inclusive a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento
Conjunto Urbano formado pela quadra existente entre as ruas da Constituição E...; Conjunto Urbano formado pelos prédios da Rua Gonçalves Ledo (Rio de Janeiro, Rj) Quadra entre as Ruas da Constituição e Luís de Camões
Conjunto arquitetônico e paisagístico, especialmente o cemitério, da cidade de Mucugê.
Sítio de Santo Antônio das Alegrias ou do Físico
Conjunto Paisagístico em Santa Cruz Cabrália Especialmente O Ilhéu da Coroa Vermelha, Orla Marítima e o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade Alta, que inclui a Igreja Matriz de N. Sra...
Acervo Natural, Paisagístico e Urbanístico e Arquitetônico da Serra do Monte Santo; Serra Do Monte Santo (Monte Santo, Ba); Santuário de Santa Cruz (Monte Santo, Ba); Rua Frei Apolônio Toddi...
Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico Centro Histórico da Cidade de Salvador
Açude do Cedro
Presépio de Pipiripau
Centro Histórico da Cidade de Laguna
Serra da Barriga, parte mais acantilada, conforme descrição constante na Informação nº123/85, às fls 146 a 148 e do mapa ...
Coleção Arqueológica João Alfredo Rohr, assim distribuída : as peças depositadas nas dependências particulares do Colégio Catarinense, em Florianópolis - SC; as peças em exposição no Museu Homem do Sambaqui (Colégio Catarinense), em Florianópolis-SC; as peças em exposição no Museu Arquológico e Oceanográfico do balneário de camboriú-SC; e as peças em exposição na Academia Nacional da Polícia Federal, em Brasília-DF. Anotação : O tombamento inclui também outras peças depositadas nos locais acima referidos, tudo em conformidade com a relação constante no segundo volume do Processo nº 1129-T-84.
Casarão do Chá

Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
Grutas de Bonito, MS	MS	Bonito	0979-T-78	074
	BA	Rio de Contas	0891-T-73	076
Fortaleza de Araçatuba	SC	Florianópolis	0943-T-76	077
	BA	Itaparica	0973-T-78	078
	RJ	Rio de Janeiro	0986-T-78	079
	BA	Mucugê	0974-T-78	081
Sítio de Santo Antônio das Alegrias: ruínas	MA	São Luís	1017-T-80	082
	BA	Santa Cruz Cabrália	1021-T-80	083
Parque Monte Santo, BA	BA	Monte Santo	1060-T-82	085
Centro Histórico de Salvador, BA	BA	Salvador	1093-T-83	086
	CE	Quixadá	1082-T-83	087
	MG	Belo Horizonte	1115-T-84	088
	SC	Laguna	1122-T-84	089
República dos Palmares	AL	União dos Palmares	1069-T-82	090
	SC	Florianópolis	1129-T-84	091
	SP	Moji das Cruzes	1124-T-84	092

Nome do Bem Inscrito
Terreiro da Casa Branca constituído de uma área de aproximadamente 6.800 m^2, com as edificações, árvores e principais objetos sagrados, situado na Avenida Vasco da Gama s/nº, em Salvador/Bahia.
Imóvel situado na Rua Santa Cruz, 325; Casa Modernista de Warchavchik Na Vila Mariana (São Paulo, Sp)
Conjunto arquitetônico e paisagístico do Observatório Nacional à Rua General Bruce, 586, situado em área com cerca de 40 mil m^2, delimitada conforme poligonal descrita e constante no Processo Nº 1009-T-79, bem como todo o acervo arrolado no Anexo 3 do mesmo Processo.
Casa Presser, na Av. Daltro Filho, 929
Escola Rural e Casa do Professor
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto
Fazenda do Pinhal, situada no quilômetro 4,5 da Estrada da Broa, com 45 hectares e 1 acre, incluindo vegetação e benfeitorias, tais como: sede da fazenda, senzala, tulha, terreiros de café, cachoeiras e pomar murado.
Instalações portuárias situadas nas Ruas dos Barés, Marquês de Santa Cruz, Monteiro de Souza, Vivaldo Lima, Taqueirinha, Visconde Mauá, Praça Oswaldo Cruz e Ilha de São Vicente e ainda, as edificações situadas na Avenida Eduardo Ribeiro nº 02 - Alfândega e Guardamoria -, na Rua Taqueirinha nº 25, escritório central e fachada anexa -, na Rua Governador Vitório nº 121 - setor administrativo -, na Rua Monteiro de Souza s/nº - setor de operações, antigo prédio do tesouro -, na Rua Vivaldo Lima nº 61 - Museu do Porto -, na Rua Marquês de Santa Cruz s/nº - antiga casa de tração elétrica -, armazéns nºs 3,4,5,10,15,18 e 20, Rod-Way e Bomba de incêndio.
Centro Histórico e Paisagístico da Cidade de São Francisco do Sul
Conjunto Arquitetônico, Paisagístico e Urbanístico da Cidade de Natividade
Vivenda Santo Antônio de Apipucos, Edificações e Sítio Paisagístico ao seu redor; Fundação Gilberto Freyre (Recife, Pe)

	Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
	Ilê Axé Iyá Nassô Oká	BA	Salvador	1067-T-82	093
	Casa modernista à Rua Santa Cruz, 325	SP	São Paulo	1121-T-84	094
		RJ	Rio de Janeiro	1009-T-79	095
	Casa à Avenida Daltro Filho, 929; Casa Schmitt-Presser	RS	Novo Hamburgo	1113-T-84	096
		SC	Rio dos Cedros	1141-T-85	097
		MG	Ouro Preto	0070-T-38	098
		SP	São Carlos	1183-T-85	099
		AM	Manaus	1192-T-86	100
		SC	São Francisco do Sul	1163-T-85	101
		TO	Natividade	1117-T-84	102
	Vivenda Santo Antônio de Apipucos	PE	Recife	1245-T-87	103

Nome do Bem Inscrito
Conjunto arquitetônico e urbanístico de Antônio Prado, constituído pelos seguintes imóveis : Avenida Valdomiro Bocchese, 214, 218, 228, 284, 285, 321, 357, 373, 439, 476, 496, 497, 500, 524, 531, 540, 553, 554, 574, 568, 587, 646, 698, 710, 912, 1032, 1061 E 1072 ; Rua Francisco Marcantônio, 5 e 13, 25, 57, 77 e 97 ; Rua Luiza Bocchese, 38, 54, 68 e 80 ; Rua Cesira Barrueco, 321 ; Rua Oswaldo Hampe, 176 ; Rua Adylles Ampessan, 54 ; Avenida dos Imigrantes, 137, 163, 235 e 320 ; integram, igualmente, o referido tombamento, os imóveis sem número situados na Avenida dos Imigrantes, conhecidos como Igreja e Campanário, cuja propriedade é atribuída à Mitra Diocesana de Caxias do Sul, bem como aquele cuja propriedade é atribuída a José Eurico Gazziotin e, ainda, o da Travessa Irmão Irineu, cuja propriedade e atribuída a Cláudio Policarpo Bocchese .
Conjunto arquitetônico, urbanístico, paisagístico e histórico
Área central da Praça Quinze de Novembro e imediações, cujo perímetro vem a seguir descrito: percorrendo-se o sentido horário, inicia no ponto de interseção entre o eixo da rua da Assembléia e o prolongamento da linha da fachada posterior do prédio nº 101 da Praça XV de Novembro, conhecido como antigo "Convento do Carmo", segue pelo prolongamento da linha da fachada posterior deste prédio, seguindo por esta até atingir a interseção do prolongamento desta linha com o eixo da Rua do Carmo, de onde segue até atingir o eixo deste mesmo logradouro, seguindo por este eixo, até atingir a interseção deste eixo com o Beco dos Barbeiros inclusive, de onde segue até atingir, pelo seu prolongamento, a interseção com o eixo da Rua Primeiro de Março, seguindo por este eixo, até atingir, pelo seu prolongamento com a linha imaginária do prolongamento do eixo longitudinal da igreja da Candelária, de onde segue até atingir a interseção deste eixo com o eixo da Avenida Alfredo Agache, de onde segue até atingir a interseção deste eixo com o eixo da Rua da Assembléia, seguindo por este eixo até atingir a interseção deste mesmo eixo com o prolongamento da linha da fachada posterior do prédio nº 101 da Praça XV de Novembro, conhecido como antigo "Convento do Carmo", ponto inicial desta descrição, concluindo-se assim, o perímetro da área tombada.
Conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Cuiabá
Parque Nacional da Serra da Capivara
Conjunto histórico, arquitetônico e paisagístico de Corumbá
Parque Zoobotânico do Museu Paraense Emílio Goeldi . A Área objeto do referido tombamento encontra-se delimitada pelo quarteirão formado, à frente, pela Avenida Magalhães Barata, à direita, pela Travessa Nove de Janeiro, aos fundos, pela Avenida Gentil Bittencourt e à esquerda, pela Avenida Alcindo Caceia.
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Laranjeiras

Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
	RS	Antônio Prado	1248-T-87	104
	GO	Pirenópolis	1181-T-85	105
	RJ	Rio de Janeiro	1213-T-86	106
	MT	Cuiabá	1180-T-85	107
	PI	São Raimundo Nonato	1322-T-92	108
	MS	Corumbá	1182-T-85	109
	PA	Belém	1297-T-89	110
	SE	Laranjeiras	1288-T-89	111

Nome do Bem Inscrito
Coleção Mário de Andrade do IEB / USP, produto de quatro sub-coleções distintas assim caracterizadas: 1) Sub-coleção de Artes Visuais; 2) Sub-coleção de Arte Religiosa e Popular; 3) Sub-coleção da Revolução de 1932; 4) Sub-coleção Bibliográfica e Arquivística .
Conjunto histórico e paisagístico da cidade de Penedo
Conjunto arquitetônico e paisagístico do Santuário do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, assim como o acervo móvel e integrado do templo religioso que o compõe, cujo perímetro está assim descrito: Inicia-se na Rua do Rosário, afetando os lotes dos dois lados do logradouro, até a interseção com a cota 700, daí continuando, em linha reta, em direção oeste, até interceptar a cota 760; segue em linha reta, na direção norte, até encontrar o Córrego de Santo Antônio de Pirapetinga; desce pelo leito desse córrego até a ponte da Rua do Comércio, seguindo, na direção sul, até encontrar novamente a Rua do Rosário, fechando assim a poligonal de tombamento.

Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
	SP	São Paulo	1217-T-87	112
	AL	Penedo	1201-T-86	113
Santuário de Bom Jesus do Bacalhau; Santuário do Bacalhau; Capela do Senhor Bom Jesus de Matozinhos	MG	Piranga	1223-T-87	114

Nome do Bem Inscrito
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha com área correspondente à poligonal de tombamento adiante descrita e, especialmente as obras constituídas pelos edifícios do Cassino, atual Museu de Arte de Belo Horizonte, Iate Tênis Clube, Casa do Baile, casa que pertenceu a Juscelino Kubitschek e antiga sede do Golf Club, atual sede da Fundação Zoobotânica, em Belo Horizonte, MG. Descrição da área de tombamento: Inicia-se na confluência da Avenida Otacílio Negrão de Lima com a Avenida Coronel Oscar Pascoal, seguindo pela primeira no sentido Norte, passando pelo Iate Tênis Clube, Restaurante Redondo e Casa do Baile. Logo após a Casa do Baile, faz uma alça triangular abraçando a Praça Alberto Dalva Simão- paisagismo de Roberto Burle Marx - e retorna ao leito da Avenida Otacílio Negrão de Lima, próximo ao Monumento a Iemanjá, digo Yemanjá, continuando pelo trecho da Avenida Pedro I, que margeia a Lagoa, retornando em seguida, novamente à Avenida Otacílio Negrão de Lima até a Rua Gandu, em todo o seu pequeno percurso, prosseguindo à Oeste, pela Rua Ilha Grande até a Rua Garopas, abraçando o PIC/Pampulha Iate Clube - obra de Oscar Niemeyer - e retornando por ela até a Avenida Otacílio Negrão de Lima. Daí prosseguindo em toda a orla da Lagoa até encontrar o portão do Jardim Zoológico de Belo Horizonte (excluído), segue pelo eixo do seu caminho interno (excluído) até o prédio -sede da Fundação Zoobotânica- construído como sede do Golf Club, contornando-o de modo a incluí-lo totalmente. Retorna pelo eixo do mesmo caminho (excluído) até o portão do Jardim Zoológico (excluído) e a Avenida Otacílio Negrão de Lima, por onde prossegue continuamente até o número quatro mil cento e oitenta e oito, correspondente à Casa de Juscelino Kubitschek, fazendo uma alça que envolve o terreno onde se situa o imóvel. Segue pela Avenida Otacílio Negrão de Lima, incorporando a Praça São Francisco de Assis, continuando até a confluência desta com a Avenida Coronel Oscar Pascoal, que coincide com o ponto de partida. O tombamento inclui os jardins e os bens integrados das edificações, e, ainda, os bens móveis inventariados nos autos do mesmo processo, conforme a seguinte listagem: um tapete - passadeira - (395 x106 cm); um tapete - passadeira - (390x107 cm); um tapete retangular (485x212cm); um tapete retangular (426x342 cm), todos de origem do oriente; uma roleta de cassino; duzentas e setenta e seis cadeiras com desenho de Le Corbusier, com quatro pernas roliças despontadas inclinadas e abrindo para baixo mobiliário original do Cassino; uma escultura "Figura Alada" de autoria de José Pedroza; uma escultura "Nú" de autoria de Augusto Zamoyski; uma escultura "O Abraço" de autoria de Alfredo Ceschiatti; um painel de Azulejos "Paisagem de Ouro Preto", de autoria de Alberto da Veiga Guignard; uma mesa retangular, com dois pés, sendo um colocado paralelamente e o outro perpendicularmente ao tampo, mobiliário original da Casa do Baile. Os bens móveis citados integram o acervo do Museu de Arte de Belo Horizonte e são de propriedade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Consta ainda, um Painel (pintura de Cavalete) de autoria de Cândido Torquato Portinari, que integra o acervo do Iate Tênis Clube; Situação: Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;
Conjunto composto especialmente pelo prédio onde funciona o Museu Paulista, inclusive seus jardins fronteiros e os bosques que o circundam; pelo monumento à Independência e pela casa do Grito; e o Parque da Independência, no qual está situado o referido conjunto.

Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
	MG	Belo Horizonte	1341-T-94	115
	SP	São Paulo	1348-T-95	116

Nome do Bem Inscrito
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade da Lapa
Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Icó
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife
Conjunto Paisagístico do Morro do Pai Inácio
Conjunto Paisagístico da Lagoa Rodrigo de Freitas
Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico na Cidade de Igatu, inclusive as ruínas de habitações de pedra
Conjunto arquitetônico e urbanístico da Cidade de Sobral
Terreiro do Axé Opô Afonjá
Estádio Mário Filho, conhecido como Estádio Maracanã
Sítio Arqueológico e Paisagístico da Ilha do Campeche
Conjunto Arquitetônico e Paisagístico na Cidade de Aracati
Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de Cataguases
Sítio Roberto Burle Marx e sua coleção museológica e bibliográfica

	Outras Denominações	Estado	Município	Número do Processo	Número de Inscrição
	Centro histórico da Lapa	PR	Lapa	1309-T-90	117
		CE	Icó	0968-T-78	118
		PE	Recife	1168-T-85	119
		BA	Palmeiras	1356-T-95	120
		RJ	Rio de Janeiro	0878-T-73	121
	Xique-Xique do Igatu; Cidade de Pedras	BA	Andaraí	1411-T-98	122
		CE	Sobral	1379-T-97	123
	Terreiro de Candomblé do Axé Opô Afonjá; Ilê Axé Opô Afonjá	BA	Salvador	1432-T-98	124
	Estádio Mário Filho	RJ	Rio de Janeiro	1094-T-83	125
		SC	Florianópolis	1426-T-98	126
		CE	Aracati	0969-T-78	127
	Centro Histórico de Cataguases	MG	Cataguases	1342-T-94	128
	Casa à Estrada da Barra de Guaratiba, 2.019; Sítio Santo Antônio da Bica	RJ	Rio de Janeiro	1131-T-84	129

Fonte: Base de dados do Arquivo Noronha Santos, em 06/03/2006

Impresso em outubro de 2007,
por Imprinta Express Gráfica e Editora Ltda.
para a Coordenação Geral de Pesquisa,
Documentação e Referência, IPHAN.